

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

HELIO ALEXANDRE LIMA HOLANDA

**AS PERCEPÇÕES DOS FORMADORES DE OPINIÃO
SOBRE OS FATORES RELACIONADOS À INDUÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PARTICIPAÇÃO DO
COOPERATIVISMO NESSE PROCESSO:
O CASO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

**VITÓRIA
2003**

**AS PERCEPÇÕES DOS FORMADORES DE OPINIÃO
SOBRE OS FATORES RELACIONADOS À INDUÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PARTICIPAÇÃO DO
COOPERATIVISMO NESSE PROCESSO:
O CASO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. João Gualberto Moreira Vasconcellos

**VITÓRIA
2003**

HELIO ALEXANDRE LIMA HOLANDA

AS PERCEPÇÕES DOS FORMADORES DE OPINIÃO SOBRE OS FATORES RELACIONADOS À INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PARTICIPAÇÃO DO COOPERATIVISMO NESSE PROCESSO: O CASO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Aprovada em ____ de _____ de 2003.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. João Gualberto Moreira Vasconcellos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Morandi
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Luciana Tatagiba
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor João Gualberto Moreira Vasconcellos, pelo apoio competente e sincero, e mais, pela suprema paciência.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Administração da UFES, cujo profissionalismo na implantação e condução do Mestrado possibilitou muitas conquistas pessoais e profissionais.

Ao meu amigo Edalmo Viganôr pelo constante e importante apoio nos momentos difíceis.

Aos meus pais pela dignidade e manifestações de dedicação e amor.

RESUMO

Trata das percepções de formadores de opinião do município de Santa Maria de Jetibá – ES sobre os fatores de indução do desenvolvimento local e da participação do cooperativismo nesse processo. Discorre sobre a questão do desenvolvimento econômico e social, desde abordagens clássicas como as de Schumpeter, Keynes e Marx; até abordagens contemporâneas como as de Furtado e Kotler et al. Aborda a problemática do desenvolvimento brasileiro orientado pelas elites, que gerou profundas desigualdades socioeconômicas no país e projeta essa problemática para o Espírito Santo, evidenciando as disparidades regionais presentes no estado. Estabelece diferenças entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, chamando a atenção para as questões-chave da economia e para as condicionantes não econômicas do desenvolvimento, bem como para a necessidade de mudanças na metodologia de avaliação da riqueza nacional. Apresenta o conceito de Capital Social, enfatizando a perspectiva participativa no processo de desenvolvimento, e descreve as características do cooperativismo e as diferentes percepções sobre esse modelo de gestão. Delimita o município de Santa Maria de Jetibá como *locus* da pesquisa, contextualizando historicamente seus colonizadores, os pomeranos, desde suas origens na Europa até o seu assentamento em terras espírito-santenses, ao mesmo tempo em que apresenta as características gerais do município. Adota uma metodologia de abordagem qualitativa, utilizando como técnica o estudo de caso. Seleciona como amostra 13 pessoas escolhidas entre as formadoras de opinião do município, levantando suas percepções por meio de entrevistas semi-estruturadas e de diálogos. Relata os resultados da pesquisa com base em 14 categorias obtidas por meio de análise de conteúdo. Destaca o tradicionalismo local como fator de construção identitária da comunidade pomerana. Conclui apresentando paradoxos entre as potencialidades de desenvolvimento social e as percepções dos formadores de opinião sobre o desenvolvimento econômico local; apontando para a importância dada à avicultura em detrimento da agricultura.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Santa Maria de Jetibá; Cooperativismo; Capital Social; Participação Social; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This work discusses the perceptions of people who influence the opinion of others in the county of Santa Maria de Jetibá – ES about the local development factors and the participation of cooperativism in this process. It deals with the issue of economic and social development, from classical approaches such as the ones from Schumpeter, Keynes and Marx; to the contemporary approaches such as the ones from Furtado and Kotler et al. It approaches the problem of Brazilian development oriented by the elite which created deep socioeconomic unbalance in the country and projects these problems to the state of Espírito Santo showing the regional discrepancies present in the state. It establishes the differences among the concepts of economic development and growth, calling attention to the key issues of economy and to non-economic conditions as well as to the need of change in the methodology of national wealth evaluation. It presents the concept of Social Capital enhancing the perspective of participation in the process of developing and it describes the features of cooperativism and the different perceptions about this management model. It marks the county of Santa Maria de Jetibá as the research *locus* placing its settlers historically, the Pomeranians, since their origin in Europe until their settling in the Espírito Santo land and at the same time it presents the general features of the county. It adopts a qualitative approach methodology using as a technique the case study. It selects samples of 13 chosen people raising their perception through semi-structured interviews and dialogues. It reports the results of the research based on 14 categories obtained by the content analyses. It enhances the local tradition as a factor of identity construction of the Pomeranian community. The conclusion presents paradoxes among the potentialities of the social development and the perceptions of the ones who influence others opinions about the local economic development pointing out the importance given to poultry leaving the agriculture behind.

Keywords: Economic Growth; Economic Development; Santa Maria de Jetibá; Cooperativism; Social Capital; Social Participation; Family Agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O ciclo vicioso da baixa produtividade.....	77
Figura 2	Os recursos de uma nação.....	82
Figura 3	Processos e desafios para o desenvolvimento	84
Figura 4	Características climático-geográficas de Santa Maria de Jetibá.....	125
Figura 5	Bandeira do município de Santa Maria de Jetibá	141
Figura 6	O brasão do município de Santa Maria de Jetibá	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação dos estados brasileiros de acordo com IDH..	14
Quadro 2	O Brasil no ranking internacional do IDH.....	33
Quadro 3	Participação de facções no poder político no período de 1989 à 2004, por gestão.....	168

LISTAS DE SIGLAS

BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CEASA	Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COOABRIEL	Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel
COOPEAVI	Cooperativa Agropecuária Centro-Serrana
COOPEd	Cooperativa Educacional
COOPFER	Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação
Férrea	
COOPNORTE	Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo
EMCAPER	Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
FARESE	Faculdade da Região Serrana
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FINDES	Federação das Indústrias do Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDM	Índice de Desenvolvimento dos Municípios
IDM-ES	Índice de Desenvolvimento dos Municípios do Espírito Santo
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IDU	Índice de Desenvolvimento Urbano
IFM	Índice de Finanças do Município
IGME	Índice de Infra-estrutura dos Grandes e Médios Empreendimentos
IPES	Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNDA Agricultura	Programa Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura
PNB	Produto Nacional Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE Empresas	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SICOOB-ES	Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	UMA ABORDAGEM PRELIMINAR À QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	12
1.1.1	Democracia à brasileira: as elites com vez e voz.....	19
1.2	O RECONHECIMENTO E O REORDENAMENTO DOS VETORES DE DESENVOLVIMENTO: O GRANDE DESAFIO DA CONTEMPORANEIDADE.....	20
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	22
1.4	A QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA.....	24
1.5	OBJETIVOS.....	24
1.5.1	Objetivo geral.....	24
1.5.2	Objetivos específicos.....	24
1.6	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	25
1.7	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	31
2	METODOLOGIA.....	39
2.1	O CONTEXTO DA PESQUISA.....	39
2.2	A AMOSTRA.....	42
2.3	A COLETA DE DADOS.....	44
2.4	O TRATAMENTO DOS DADOS.....	45

2.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	48
3	DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO DO CONCEITO DA PERSPECTIVA CLÁSSICA AO DA CONTEMPORÂNEA.....	49
3.1	UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA: DOS CLÁSSICOS AOS NOSSOS DIAS.....	49
3.2	A PERSPECTIVA CLÁSSICA E EMBRIONÁRIA DE SCHUMPETER....	53
3.2.1	Schumpeter: aristocrata, político, banqueiro e acadêmico.....	53
3.2.2	Os primórdios do pensamento econômico sobre o desenvolvimento.....	55
3.2.3	Schumpeter x Keynes.....	56
3.2.4	A teoria do desenvolvimento econômico.....	57
3.2.5	O empreendedorismo como base do lucro e do desenvolvimento..	58
3.2.6	Schumpeter X Marx.....	60
3.2.7	Schumpeter: além da Economia.....	62
3.3	CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	63
3.4	O PROCESSO ECONÔMICO E AS QUESTÕES-CHAVE DA ECONOMIA.....	65
3.5	CONDICIONANTES NÃO ECONÔMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA DE KOTLER	67
3.5.1	Fatores de influência internacional no processo de desenvolvimento	68
3.5.2	Os problemas que assolam as nações	72
3.5.3	A perspectiva de Kotler na avaliação da riqueza nacional	78

3.6	O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	83
4	CAPITAL SOCIAL: EXPLORANDO O CONCEITO.....	88
4.1	O CAPITAL SOCIAL EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO.....	88
4.2	SEIS TESES SOBRE PARTICIPAÇÃO.....	91
5	O COOPERATIVISMO.....	94
5.1	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	94
5.1.1	As origens do cooperativismo.....	95
5.1.2	Valores e princípios cooperativistas.....	98
5.1.3	Diferentes percepções do cooperativismo.....	100
5.2	O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	104
6	O CASO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	106
6.1	OS POMERANOS, SUA ORIGEM, SUA HISTÓRIA.....	106
6.2	OS IMIGRANTES POMERANOS NO CONTEXTO ESPIRITO-SANTENSE.....	114
6.2.1	Um pouco da história do Espírito Santo.....	114
6.2.2	Santa Maria de Jetibá: um breve histórico.....	122
6.2.3	Um breve diagnóstico do Município.....	124
6.2.3.1	O setor agropecuário.....	125
6.2.3.2	O setor industrial.....	127
6.2.3.3	O setor de comércio e	128

serviços.....	
6.2.3.4 O poder público.....	128
6.2.3.5 Os consórcios intermunicipais.....	129
6.2.3.6 As cooperativas.....	130
6.2.3.7 As instituições de ensino superior.....	131
6.2.3.8 O turismo.....	131
7 RELATÓRIO DA PESQUISA.....	131
7.1 AS CARACTERÍSTICAS DO POVO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ...	133
7.1.1 Um povo trabalhador, sofrido e desconfiado.....	133
7.1.2 Retração, ingenuidade e tradicionalismo.....	138
7.1.3 Materialismo ou auto-afirmação?.....	145
7.1.4 Individualismo X participação X cooperação: paradoxos.....	146
7.2 OS PROBLEMAS SOCIAIS.....	149
7.2.1 Alcoolismo, drogas e suicídio.....	149
7.2.2 Meio ambiente: indiferença X conscientização.....	153
7.3 O PAPEL DO PODER PÚBLICO.....	156
7.3.1 Infra-estrutura X tecnologia X informação: expectativas da ação governamental.....	156
7.4 A RELIGIÃO LUTERANA: SUA PRESENÇA, SEUS DESGASTES.....	160
7.5 O COOPERATIVISMO: DEPENDÊNCIA, CONFLITOS E PROBLEMAS CONCEITUAIS.....	162

7.6	A RIVALIDADE NO QUADRO POLÍTICO.....	165
7.7	A DINÂMICA ECONÔMICA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.....	167
7.7.1	A comercialização e o desenvolvimento local.....	167
7.7.2	Distribuição X concentração de renda: uma questão política?.....	171
7.7.3	Rentabilidade das propriedades.....	172
7.7.4	Agricultura X avicultura: esteios econômicos desiguais.....	173
7.8	CONCLUSÕES.....	177
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
9	REFERÊNCIAS.....	191

1 INTRODUÇÃO

1.1 UMA ABORDAGEM PRELIMINAR À QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Muitas questões ainda relativizam o conceito de progresso da humanidade na sociedade globalizada, entre elas três macroquestões: a da ética, a ambiental e a do desenvolvimento.

As questões de ordem ética têm imposto constantes bifurcações no caminho do progresso científico e das atividades empresariais, colocando em xeque as escalas de valores de todo o globo, de cada sociedade ou do ser humano em sua essência.

Não menos marcantes, as questões de ordem ambiental têm ocupado espaço privilegiado na pauta das principais discussões contemporâneas, na medida em que os danos ambientais, anteriormente considerados especulações científicas ou preciosismos ambientalistas, hoje dão nítidas mostras de sua contundência na qualidade da vida humana.

Outro fator que relativiza o conceito de progresso humano é a desigualdade nas condições socioeconômicas de diversas parcelas da humanidade, nos mais variados cantos do planeta.

O Brasil vive suas desigualdades nas esferas regional e intra-regional, o que inflige às diversas populações condições bastante diferenciadas de vida e repercute em suas perspectivas de bem-estar.

Essa situação alimenta o sistema de exclusão e injustiça social existente no País, ao mesmo tempo em que solapa a instituição política da igualdade de todos perante a lei (BRASIL,1988).

Vive nosso país uma fase que não é apenas de contestação, mas também de desilusão e ansiedade. Já a ninguém escapa que nossa industrialização tardia foi conduzida no quadro de um desenvolvimento imitativo, que reforçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social (FURTADO, 2000, p. 27).

As palavras de Furtado, embora tenham sido ditas há quase duas décadas, mantêm uma atualidade que retrata a incapacidade brasileira em melhor distribuir os resultados de seu crescimento. Até mesmo a região Sudeste, a mais rica do País, não deixa de apresentar desequilíbrios.

Usando-se como principal referência para este trabalho o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), percebe-se o quadro de desequilíbrio inter e intra-regional que marca o Brasil.

O Sudeste, com seus quatro estados entre os onze de maior IDH do País, apresenta São Paulo em 2.º lugar, com 0,814, o Rio de Janeiro em 5.º lugar, com 0,802, o Espírito Santo em 10.º, com 0,767, e Minas Gerais em 11.º, com 0,766.

O Quadro 1, a seguir, dá mostras do desequilíbrio inter-regional no Brasil, tomadas a partir do IDH de cada estado.

Como se pode perceber, os estados das regiões Norte e Nordeste só figuram a partir da 12.ª posição. Os estados da região Sul ocupam até a 9.ª posição, estando dois deles entre os quatro primeiros colocados. Na região Centro-Oeste, o Distrito Federal classifica-se na 1.ª posição, enquanto os demais estados ocupam até a 8.ª.

Quadro 1: Classificação dos estados brasileiros de acordo com o IDH.

Classificação	Estado	IDH	Região
1.º	Distrito Federal	0,844	Centro-Oeste
2.º	São Paulo	0,814	Sudeste
3.º	Rio Grande do Sul	0,809	Sul
4.º	Santa Catarina	0,806	Sul
5.º	Rio de Janeiro	0,802	Sudeste
6.º	Goiás	0,770	Centro-Oeste
7.º	Mato Grosso do Sul	0,769	Centro-Oeste
8.º	Mato Grosso	0,767	Centro-Oeste
9.º	Paraná	0,786	Sul
10.º	Espírito Santo	0,767	Sudeste
11.º	Minas Gerais	0,766	Sudeste
12.º	Amapá	0,751	Norte
13.º	Roraima	0,749	Norte
14.º	Rondônia	0,729	Norte
15.º	Tocantins	0,721	Norte
16.º	Pará	0,720	Norte
17.º	Amazonas	0,717	Norte
18.º	Rio Grande do Norte	0,702	Nordeste
19.º	Ceará	0,699	Nordeste
20.º	Bahia	0,693	Nordeste
21.º	Acre	0,692	Norte
22.º	Pernambuco	0,692	Nordeste
23.º	Sergipe	0,687	Nordeste
24.º	Paraíba	0,678	Nordeste
25.º	Piauí	0,673	Nordeste
26.º	Maranhão	0,647	Nordeste
27.º	Alagoas	0,633	Nordeste

A Tabela 1 permite concluir que o Estado do Espírito Santo não ocupa uma posição confortável quando se comparam outros de seus indicadores sociais com os da região Sudeste e do Brasil.

Tabela 1: Comparação entre indicadores sociais do Espírito Santo com os da região Sudeste e do Brasil.

Indicadores Sociais	Espírito Santo	Região Sudeste	Brasil
População (2000)	3.097.232	72.412.411	169.799.170
Taxa anual de crescimento demográfico	1,96	1,61	1,62
Esperança de vida ao nascer, em anos (2000)	70,3	69,6	68,6
Taxa de alfabetização (% da população com 10 anos e mais de idade que sabe ler ou escrever (2000)	89,4	92,5	87,1
Taxa de escolarização (% que freqüenta a escola (1999)			
• população de 7 a 14 anos de idade	94,7	96,7	95,7
• população de 15 a 17 anos de idade	73,1	81,0	78,5
• população de 18 a 19 anos de idade	45,4	53,0	51,9
• população de 20 a 24 anos de idade	22,7	24,9	25,5
Taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos (1999)	26,0	24,4	34,6
Leitos hospitalares (SUS) por 1.000 habitantes (2000)	2,2	3,0	2,9
Consultas médicas (SUS) por habitante (2000)	2,4	2,7	2,3
Taxa de homicídios em 100.000 habitantes (2000)	46,7	36,4	27,0

Fonte: IPES, 2002.

Tais indicadores não refletem a *performance* econômica do Estado no período de 1985 a 2000, como pode ser visto na Tabela 2, pois, nesse período, o Espírito Santo teve um aumento no índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 95,14%.

Nesse mesmo período, o PIB *per capita* cresceu 14,06%, o que demonstra uma pujante concentração de renda, evidenciando que o crescimento da economia, representado pelo crescimento do PIB, não repercute diretamente num aumento da renda *per capita* dos cidadãos ou na melhoria de sua qualidade de vida.

Tabela 2: Desempenho do Estado do Espírito Santo no período de 1985-2000.

Ano	Índice de crescimento real do PIB	Índice de crescimento real do PIB <i>per capita</i>	Taxa de crescimento real do PIB (%)	Taxa de crescimento real do PIB <i>per capita</i> (%)
85	100,00	100,00	-	-
86	103,28	100,90	3,28	0,90
87	101,68	97,15	- 1,55	-3,72
88	105,45	98,61	3,71	1,51
89	108,44	99,35	2,84	0,75
90	105,18	94,50	- 3,01	-4,89
91	112,32	99,05	6,79	4,81
92	115,40	100,01	2,74	0,97
93	118,68	101,16	2,85	1,15
94	126,63	106,21	6,70	4,99
95	127,18	105,01	0,43	-1,13
96	134,84	105,78	6,03	0,74
97	137,19	105,87	1,74	0,08
98	141,10	107,17	2,85	1,21
99	144,77	108,20	2,68	0,98
00	195,14	114,06	7,00	5,33

Fonte: IPES, 2002.

É evidente, então, a questão da desigualdade, a mais diretamente correlacionada à problemática do desenvolvimento.

Apesar dos fatores objetivos, como as guerras, o tamanho do mercado e as riquezas naturais, não se pode desconsiderar o papel dos agentes políticos e sociais locais, nacionais e internacionais na construção de ambientes que possibilitem a redução das desigualdades.

À medida que cresce o poder dos agentes econômicos, aumenta também a importância relativa dos demais atores do tecido social na contenção de eventuais abusos e na promoção de um desenvolvimento mais harmonioso, por meio de uma relação dialética entre essas forças.

Kotler et al. (1997, p. 112) corroboram essa idéia, ao exporem o que, em sua opinião, são os recursos de uma nação, aquilo que possibilita que ela lide melhor com as oportunidades e ameaças, e o que deve ser alvo da preocupação dos estrategistas econômicos, [...] *não apenas em termos de escopo e intensidade, mas também com os efeitos de substituição e sinergia entre esses elementos ao longo do tempo.*

Para os autores, tais recursos seriam

- a liderança governamental;
- os recursos próprios da nação;
- a organização industrial;
- a coesão social;
- a cultura, as atitudes e os valores do País.

É possível, com propriedade, reunir os recursos acima em três vertentes essenciais:

- a política, compreendendo a liderança governamental;
- a econômica, abrangendo os recursos próprios e a organização industrial da nação;
- a social, englobando a coesão social, a cultura, as atitudes e os valores do País.

A vertente social pode ser representada pelo conceito de [...] *Capital Social* - o valor das famílias, comunidades e várias organizações que compõem a sociedade (KOTLER et al., 1997, p. 31).

Para Kenneth Newton (1997), citado por Kliksberg (2000a, p.6),

[...] o Capital Social pode ser visto como um fenômeno subjetivo, composto de valores e atitudes que influem em como as pessoas se relacionam entre si. Inclui confiança, normas de reciprocidade e valores que ajudam as pessoas a transcender relações conflitivas e competitivas para formar relações de cooperação e ajuda mútua.

Percebe-se, entre as vertentes, a atenção a fatores não econômicos, como liderança política, coesão social, cultura, atitudes e valores do País. Esse fato dará rumo à presente pesquisa, uma vez que a consideração de tais fatores determina novas posturas para os agentes envolvidos no desenvolvimento, entre os quais o Estado e a sociedade organizada.

Entre as idéias defendidas neste trabalho está a de que os esforços voltados para o desenvolvimento econômico devem ser sistêmicos, pois já não há mais possibilidade de se alcançarem bons resultados com esforços unilaterais, tendo em vista.

[...] a existência de aspirações cada vez mais intensas e generalizadas na população mundial, quanto à real participação nos sistemas políticos. Existe aquilo que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) chama, adequadamente, de “um impulso irresistível em prol da participação”. O povo quer democracias genuínas em que intervenha e nas quais tenha o controle de seu destino (KLIKSBURG, 1994, p. 6).

Quando se trata da discussão sobre participação e democracia, há que se fazer ressalvas ao caso brasileiro, na medida em que nossa história econômico-política atribui características *sui generis* a tais conceitos.

1.1.1 Democracia à brasileira: as elites com vez e voz

No Brasil, o processo político sempre foi marcado pela inconstância e pela tendência ao autoritarismo.

Desde a Proclamação da República, o poder político brasileiro deu nítidas mostras de manipulação pelas elites nacionais. Vasconcellos (1995, p. 59) chama a isso de *falsa democracia* nos seguintes termos:

A proclamação da república, que resultou no fim da centralização das decisões políticas nas mãos do imperador, também significou a ascensão do coronel ao primeiro plano da cena política. O grande proprietário de terras, o coronel da Guarda Nacional, tomou finalmente as rédeas do poder da política brasileira. Passou a controlar a frágil democracia, que nasceu marcada por forte exclusão popular.

Anos mais tarde, na Era Vargas, a candidatura de Getúlio parecia uma opção de franca oposição à oligarquia paulista e à República dos Coronéis.

[...] Getúlio Vargas também era um produto típico da República Velha e de suas fraudes eleitorais. Entretanto, no contexto de sua candidatura e com a intenção de ampliar as bases da campanha de oposição, tornou-se um defensor da representação popular, através do voto secreto, e da criação da justiça eleitoral, segundo o programa defendido pela Aliança Liberal [que se apresentava] como uma corrente que acolhia todos os descontentes e todas as esperanças [...] (VASCONCELLOS, 1995, p. 181).

Décadas depois, após a ditadura militar de 1964, e ainda muito recente, a redemocratização do País, tratada por Weffort (1992) como Nova Democracia, não se desvencilhou dos aspectos historicamente autoritários da construção política nacional.

[...] as novas democracias são aquelas cuja construção ocorre em meio às transições políticas de uma transição na qual foi impossível a completa eliminação do passado autoritário. Além disso, essa construção se dá em meio às circunstâncias criadas por uma crise social e econômica que acentua as situações de desigualdade social extrema,

bem como de crescente desigualdade. Em consequência, as novas democracias estão tomando [...] formas institucionais peculiares que enfatizam mais a delegação do que a representação (ou participação) (WEFFORT, 1992, p. 85).

O modelo democrático brasileiro tem ido ao encontro do modelo criticado por Schumpeter, que faz alusão à democracia clássica como *um método de adquirir poder com base na competição pacífica entre as elites* (SCHUMPETER, apud WEFFORT, 1992, p. 97).

As consequências dessa perspectiva, na medida em que não são historicamente corrigidas, criam condições propícias para a manutenção da desigualdade, o que se traduz, na realidade brasileira, no aumento do fosso entre os estratos sociais.

O Espírito Santo, em escala reduzida, reproduziu o processo de construção política do Brasil, não se afastando das figuras centrais instituídas pelas condições sociopolíticas capitaneadas pelas elites.

1.2 O RECONHECIMENTO E O REORDENAMENTO DOS VETORES DE DESENVOLVIMENTO: O GRANDE DESAFIO DA CONTEMPORANEIDADE

Um dos grandes desafios para o futuro está em reconhecer e reordenar os vetores de desenvolvimento para tirar deles o melhor proveito e alcançar, no final, os melhores resultados.

Nesse sentido, compreender e definir o papel dos diversos atores sociais é fundamental e garante menores desgastes no processo de desenvolvimento, bem como um maior aproveitamento de suas potencialidades.

Ocorre, no entanto, que, das três vertentes anteriormente citadas, uma, a vertente social, tem seu papel menos delineado pelas leis e instituições que regem a sociedade, ficando a critério de iniciativas isoladas, individuais ou grupais, a amplitude desse papel.

Dessa forma, num Estado democrático, é a propensão à participação, ancorada em condições ambientais propícias a tal participação, como o estímulo e o apoio por parte das instituições, que garante a efetiva representatividade do social no processo de desenvolvimento.

Em última instância, trata-se de uma questão de ordenamento institucional, uma das questões-chave da economia (ROSSETI, 1997) que muito se aproxima do objeto deste trabalho e que será detalhado mais adiante. Esse ordenamento institucional visa detalhar as formas de arranjo social levadas a efeito para que a sociedade alcance seus objetivos quanto a produção, alocação e justa distribuição.

À procura de soluções para seus problemas, a sociedade busca arranjos que melhor se adaptem à realidade vivida. Fatores de toda ordem contribuem para a escolha do que é considerado o arranjo mais apropriado: as necessidades percebidas, os recursos disponíveis, o grau de liberdade de opção por parte do povo, a resultante das relações *capital x trabalho* e, como já citado anteriormente, o grau de coesão das pessoas nessa sociedade, o nível de confiança recíproca existente, enfim, o Capital Social acumulado pelo povo.

Entre as diversas opções, o modelo cooperativista, que consegue combinar o social na dimensão associativa e o econômico na dimensão empresarial, apresenta-se como alternativa de inserção social no plano econômico, privilegiando a participação dos associados e, em tese, incrementando o Capital Social daquele grupo.

Entre os princípios do cooperativismo está *o princípio da preocupação com a comunidade*, que diz: *As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento*

sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país através de políticas aprovadas por seus membros (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 40).

Há, no entanto, que se questionar: Esse princípio é percebido no cotidiano das comunidades nas quais já existe uma história de práticas cooperativas?

Assim, considerando esse tema, o desenvolvimento econômico e as questões de ordem metodológica, que impõem limitação ao objeto em estudo, esta pesquisa focalizará as **PERCEPÇÕES DOS FORMADORES DE OPINIÃO SOBRE OS FATORES RELACIONADOS À INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E À PARTICIPAÇÃO DO COOPERATIVISMO NESSE PROCESSO: O CASO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.**

O referencial teórico utilizado enfocará diferentes áreas do conhecimento, de forma a privilegiar uma abordagem sistêmica de ordem tanto objetiva quanto subjetiva sobre a questão do desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico não é um problema que se presta apenas para ser modelado pelos economistas. Fatores sociais, culturais e políticos também devem ser levados em consideração ao se chegar a um panorama geral do potencial de oportunidades de uma nação (KOTLER et al., 1997, p. 35).

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para o fim pretendido, esta dissertação, além de um capítulo introdutório, dedicará o segundo capítulo a questões de ordem metodológica, visando explicitar os procedimentos adotados e assim tornar transparente o processo de produção desta pesquisa.

O terceiro capítulo abordará o tema Desenvolvimento Econômico numa perspectiva abrangente, ou seja, os condicionantes não econômicos do desenvolvimento serão contemplados em nível macro. O estudo, porém, focalizará o desenvolvimento em nível micro. Tal procedimento fundamenta-se na idéia de que é no nível micro, no nível local, que as macroconcepções se fundamentam. É a partir do local que o global se realiza. Assim, é a percepção da interdependência dos dois pólos que garantirá o aproveitamento dos possíveis efeitos sinérgicos.

Na mesma linha, o quarto capítulo será dedicado exclusivamente à questão do Capital Social, explicando seu conceito e sua repercussão na realidade social como polarizador e catalisador dos esforços sociais em torno da solução de questões de interesse comum.

O cooperativismo terá tratamento distinto no quinto capítulo, que versará sobre o histórico desse modelo de gestão, bem como buscará mostrar a possível correlação entre as práticas cooperativistas e a idéia da materialização e do incremento do Capital Social em favor do desenvolvimento.

O sexto capítulo focalizará Santa Maria de Jetibá, *locus* privilegiado da pesquisa, tratando de sua história, seus aspectos políticos, socioeconômicos e demográficos, e abordando também a questão do cooperativismo no Município.

O sétimo capítulo constará do relatório da pesquisa realizada no Município, na qual foram utilizadas entrevistas do tipo semi-estruturado com formadores de opinião de diversos segmentos da comunidade. Por meio desse instrumento foram colhidas suas impressões em relação ao desenvolvimento do Município, bem como sua opinião sobre a importância relativa do cooperativismo nesse processo.

Por fim, o oitavo capítulo reunirá as conclusões do estudo, estabelecendo as possíveis correlações entre o referencial teórico adotado e os dados levantados em Santa Maria de Jetibá.

1.4 A QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

Como já foi mencionado, esta pesquisa procurará respostas para a seguinte questão:

Quais as percepções dos formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá sobre fatores relacionados ao desenvolvimento do Município e à participação do cooperativismo nesse processo?

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo geral

- Conhecer a percepção dos formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá sobre fatores relacionados ao desenvolvimento do Município bem como à participação do cooperativismo nesse processo.

1.5.2 Objetivos específicos

- Conceituar *desenvolvimento econômico*.
- Diferenciar *crescimento econômico* de *desenvolvimento econômico*.

- Conceituar *capital social*.
- Conceituar *cooperativismo*.
- Identificar as relações que podem ser estabelecidas entre o conceito de Capital Social e as características do modelo cooperativista de gestão, bem como as possibilidades de incremento do desenvolvimento econômico em razão dessas relações.
- Descrever aspectos políticos, socioeconômicos e demográficos de Santa Maria de Jetibá.
- Estabelecer correlações entre o referencial teórico e as percepções dos formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá a respeito do processo de desenvolvimento local e da participação do cooperativismo nesse processo.

1.6 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Desde o início, um dos principais desafios do presente trabalho foi a delimitação do objeto de estudo.

Abordar a questão do desenvolvimento econômico foi a idéia que surgiu após a conclusão de disciplinas sobre o Estado do Espírito Santo, durante o cumprimento dos créditos exigidos para integralização do currículo do curso de Mestrado em Administração.

O tema parecia instigante. No entanto, desde o início, também houve preocupação com o caráter de aplicabilidade dos conhecimentos produzidos por meio desta investigação. Por outro lado, a linha de pesquisa denominada Gestão das Organizações e Subjetividade, ao mesmo tempo em que abria um amplo leque de possibilidades, traduzia-se também em um entrave a quem quer que pretendesse escrever sobre a questão do desenvolvimento.

Assim sendo, as questões que predominaram durante muito tempo foram: Como estabelecer uma relação entre o tema e a linha de pesquisa? Que condições poderiam alinhar desenvolvimento, organizações e subjetividade?

Após muita reflexão, verificou-se que seria mais fácil responder à questão inversa: Que condições poderiam alinhar a subjetividade à organização? Como alinhar esse binômio à questão do desenvolvimento?

É óbvio que em todas as organizações humanas a subjetividade é fator preponderante. No entanto, não se pode desconsiderar que as características da relação *capital x trabalho* exercem forte influência nas relações intra-organizacionais e, por conseguinte, nos comportamentos e nas subjetividades envolvidas.

Assim, buscou-se um modelo organizacional no qual a relação *capital x trabalho* pudesse ter um impacto menor. Pensou-se no setor público, mas o caráter de aplicabilidade dos conhecimentos mais uma vez pareceu inviável, por força da instabilidade política que há muito assola o Estado do Espírito Santo, mormente na esfera estadual de poder.

A idéia do trabalho em nível de município não pareceu estar de todo afastada, mas dificultava a delimitação em razão das opções possíveis: os 78 municípios do Estado.

Buscou-se outro modelo de organização que atendesse ao propósito de se considerar a subjetividade de forma mais plena, com menor influência do fator capital, modelo no qual a gestão estivesse atrelada a princípios mais abrangentes que aqueles norteadores do lucro.

Dessa forma, pensou-se em organizações não governamentais (ONGs), mas o acesso a elas e as conclusões sobre se eram ou não relevantes seriam empecilhos ao andamento dos trabalhos dado o número e a recentidade de organizações dessa natureza relacionadas com o desenvolvimento do Espírito Santo.

Mais algumas reflexões conduziram a pesquisa para o campo das cooperativas, organizações nas quais o fator subjetividade é preponderante para a criação, manutenção e gestão do negócio. Enfim, estava estabelecido o vínculo *organização e subjetividade*. Faltava, a partir desse momento, buscar uma vinculação entre aquele binômio e a questão do desenvolvimento.

Obviamente, no que concerne ao desenvolvimento, não se pode desconsiderar a perspectiva espacial, ou seja, o trato da questão passa necessariamente pelo plano dos blocos econômicos, na perspectiva da globalização, das nações, das regiões, dos estados, dos municípios ou de outros eventuais desdobramentos metodologicamente possíveis.

Entre as opções, a que pareceu mais factível e acessível, bem como a que garantiria, em tese, maior aplicabilidade do conhecimento produzido foi a opção pelo município.

Havia, nesse sentido, uma possível bifurcação metodológica: a escolha entre os municípios metropolitanos e os do interior. No entanto, a idéia de se trabalhar com a forma cooperativista de organização induzia à necessidade de se considerar um espaço físico para cujo cenário econômico tal tipo de organização pudesse ser mais significativo, fenômeno que fatalmente não ocorreria na Grande Vitória. Por esse motivo, a opção por um município do interior parecia a mais enriquecedora para a pesquisa.

Nesse novo cenário, mais uma vez o número de opções pareceu dificultar a escolha, pois, descontados os sete municípios da Região Metropolitana, restavam ainda 71 municípios do interior do Espírito Santo.

Foi necessária, então, uma associação de parâmetros para que se pudesse restringir o universo a ser estudado. A pergunta passou então a ser: Que município do interior do Estado conta com uma cooperativa que seja representativa no cenário econômico local?

Mais uma vez esbarrou-se numa questão conceitual: Qual o significado do termo *representativa*? Para pôr fim ao emaranhado de dúvidas, optou-se por recorrer a variáveis objetivas, indicadores econômicos, *rankings*.

Nesse caso, foram levados em consideração, por serem mais acessíveis, mais conhecidos, mais claros e amplamente aceitos, os dados publicados pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), que anualmente divulga a relação das 150 maiores empresas do Espírito Santo (FINDES, 2002).

No *ranking* das 150 maiores empresas classificadas segundo a receita operacional bruta, verificou-se que só havia três cooperativas, entre elas a Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel (COOABRIEL), localizada em São Gabriel da Palha, classificada em 112.º lugar, Cooperativa Agropecuária Centro-Serrana (COOPEAVI), localizada em Santa Maria de Jetibá, classificada em 116.º lugar, e a Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo (COOPNORTE), localizada em Nova Venécia, classificada em 125.º lugar.

As receitas operacionais brutas das três organizações mostraram-se próximas: R\$25.038.000,00; R\$ 23.525.000,00 e R\$ 21.370.000,00, respectivamente.

As três cooperativas caracterizavam-se por ser as únicas representantes de seus municípios na relação das 150 maiores empresas do Espírito Santo.

Por outro lado, mantiveram-se na relação das 43 maiores empresas comerciais e das 53 maiores empresas industriais, respectivamente: entre as comerciais, a COOABRIEL ocupou o 33.º lugar e a COOPEAVI, o 35.º lugar; entre as industriais, a COOPNORTE ocupou o 45.º lugar.

Classificadas por atividade, a COOABRIEL ocupou o 21.º lugar no comércio atacadista, a COOPEAVI, o 4.º lugar no comércio varejista e a COOPNORTE, o 7.º lugar entre as indústrias de produtos alimentícios.

De acordo com os principais indicadores, só a COOABRIEL aparecia na ordem das empresas de maior liquidez corrente, classificada em 9.º lugar.

Entre as dez maiores empresas por setor, a COOPNORTE apareceu em 7.º lugar entre as indústrias de alimentos. A COOPEAVI ocupou a 4.ª posição num setor onde só existiam cinco empresas, e a COOABRIEL não constou da relação das dez maiores de seu setor.

Na prática, percebeu-se que pouca diferença havia entre os indicadores das três organizações, o que apontou a necessidade da busca de outros referenciais para a seleção do município.

Um fator que exerceu especial influência nessa seleção foi o fato de Nova Venécia e São Gabriel da Palha estarem entre os municípios da área de influência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como pode ser visto na Tabela 3, fator que os diferencia de Santa Maria de Jetibá quanto à possibilidade de aporte de recursos federais e aumenta a importância relativa dos agentes econômicos locais no município não incluído.

Esgotados os aspectos objetivos, que já haviam reduzido de 71 para 3 as opções de escolha, restaram, entre outras, questões de ordem prática relativas à execução da pesquisa.

O município de Santa Maria de Jetibá foi o privilegiado, inclusive por estar também mais próximo de Vitória, o que tornaria mais fácil a realização das viagens necessárias ao andamento da pesquisa.

A singularidade de Santa Maria de Jetibá, como município altamente identificado com a cultura alemã e, principalmente, com a pomerana, lhe conferia uma identidade diferenciada no cenário espírito-santense, de base colonizadora preponderantemente italiana, a ponto de ser conhecida como *A mais pomerana das cidades do Espírito Santo*. Esse foi outro fator que pesou a favor da escolha desse município como objeto do estudo.

Por ser um município cuja emancipação se dera havia pouco mais de uma década, o acesso a dados sobre sua formação seria facilitado, favorecendo ainda mais a realização da pesquisa.

Por fim, a projeção nacional de Santa Maria de Jetibá como segunda maior produtora de ovos do Brasil aumentava a importância relativa da COOPEAVI no cenário das cooperativas estaduais.

Foram todos esses fatores que culminaram com a escolha de Santa Maria de Jetibá e, por conseguinte, do modelo cooperativista local, levado a efeito prioritariamente pela COOPERAVI, como *locus* privilegiado da pesquisa.

Tabela 3: Distribuição dos municípios do Espírito Santo por área, localização geográfica, distância em linha reta e altitude da sede.

Município	Área km²	Localização Geográfica		Distância Linha reta km	Altitude Sede m
		Latitude	Longitude		
Água Doce do Norte	483,60	18°32'50"	40°58'50"	208,4	200
Águia Branca	450,40	18°59'01"	40°44'22"	152,8	130
Alto Rio Novo	234,20	19°03'27"	41°00'59"	156,4	520
Baixo Guandu	931,00	19°30'33"	40°00'44"	114,0	100
Barra de São Francisco	945,50	18°45'18"	40°53'24"	182,8	195
Boa Esperança	394,20	18°32'22"	40°17'44"	196,8	140
Colatina	1.789,30	19°32'18"	40°37'46"	91,6	40
Conceição da Barra	1.039,60	18°35'34"	39°43'53"	201,0	3
Ecoporanga	2.290,00	18°22'26"	40°49'49"	221,0	230
Jaguaré	720,40	18°54'23"	40°04'31"	160,0	60
Linhares	3.460,30	19°24'04"	40°04'07"	105,6	25
Mantenópolis	320,70	18°51'50"	41°07'14"	179,6	390
Marilândia	307,80	19°24'48"	40°32'27"	102,4	130
Montanha	1.093,80	18°07'33"	40°21'46"	243,0	180
Mucurici	537,20	18°05'35"	40°31'04"	246,0	250
Nova Venécia	1.430,00	18°42'38"	40°24'05"	178,0	66
Pancas	826,60	19°13'31"	40°51'03"	132,4	180
Pedro Canário	582,30	18°17'33"	39°57'26"	227,0	65
Pinheiros	887,80	18°24'44"	40°12'55"	211,0	120
Ponto Belo	472,00	18°07'22"	40°32'24"	244,1	270
Rio Bananal	696,40	19°15'53"	40°20'00"	115,6	80
São Domingos do Norte	298,90	19°08'41"	40°37'25"	133,2	138
São Gabriel da Palha	434,60	19°01'00"	40°32'11"	145,6	109
São Mateus	2.327,40	18°42'55"	39°51'17"	183,6	31
Sooretama	587,70	19°11'30"	40°05'46"	127,4	58
Vila Pavão	436,30	18°37'13"	40°36'09"	189,6	230
Vila Valério	472,70	18°59'53"	40°23'20"	146,4	140

Fonte: IPES, 2002.

1.7 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância deste estudo reside, principalmente, na tentativa de trazer à luz mais uma perspectiva para o tratamento da questão do desenvolvimento econômico.

O momento não poderia ser mais oportuno, uma vez que esforços têm sido envidados para conferir melhores condições de vida a uma parcela considerável da sociedade brasileira, o que, em última instância, consiste em corrigir disfunções estruturais que levaram um País inquestionavelmente rico em recursos naturais a desassistir boa parte da população no atendimento de necessidades básicas, como a alimentação. Mais que isso, há que se somar aquela parte que, mesmo em condições razoáveis de segurança alimentar, é “condenada” à pobreza de forma sub-reptícia, pela baixa qualidade do ensino e pelas precárias condições sanitárias a que está sujeita.

Ainda que se considere que a desigualdade está embutida na própria natureza da sociedade (CHARON, 2002), há que se questionar o distanciamento das situações extremas, principalmente se os recursos naturais forem abundantes e a capacidade produtiva for considerável, como é o caso do Brasil.

A situação brasileira reflete um desajuste entre crescimento e desenvolvimento, na medida em que, embora o País cresça, não se desenvolve. O verdadeiro desenvolvimento só se dá quando se beneficia o todo da sociedade (FURTADO, 2000).

A Tabela 4 mostra como se apresenta a concentração de renda no Brasil nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1989, 1993 e 1999.

Tabela 4: Concentração de renda no Brasil nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990.

Décadas/ Anos	10% mais pobres	50% mais pobres	10% mais ricos	1% mais ricos	Índice Gini
1960	1,9	17,4	39,6	12,11	0,497
1970	1,2	15,1	46,5	14,51	0,565
1980	1,2	14,1	47,9	13,5	0,592
1985	0,9	13,1	47,7	13,3	0,660
1989	0,7	10,9	52,2	15,9	0,635
1993	0,7	12,9	49,0	15,5	0,602
1999	1,2	13,9	46,8	13,0	0,576

Fonte: CHARON, 2002, p. 228 (Adaptação).

Para melhor compreendê-la, é importante esclarecer que o *Índice Gini* constitui uma medida técnica da distribuição de renda em uma sociedade, na qual o número zero corresponde à perfeita igualdade de distribuição de renda, e o índice um, à desigualdade absoluta, à pior concentração possível. Percebe-se, então, que o Brasil apresenta uma forte tendência à desigualdade, com clara propensão à concentração de renda.

Mesmo que não fosse possível interpretar os índices de Gini, seria fácil concluir que, nas últimas quatro décadas, 1% das pessoas mais ricas acumulou, no mínimo, seis vezes mais renda que 10% das mais pobres (12,11 para 1,9, respectivamente), relação considerada a melhor, alcançada na década de 1960. No final da década de 1980 essa relação chegou a 46,8 para 1,2, respectivamente, significando uma renda 22,7 vezes maior.

Seriam possíveis várias outras análises da Tabela acima, mas os números são suficientemente claros para corroborar esta argumentação.

A precária distribuição de renda redundou em perdas históricas para as camadas mais pobres. Fatores como a expectativa de vida, o nível educacional e a renda real ajustada possibilitaram a elaboração do IDH, que permite verificar o nível de “defasagem” do Brasil no que tange a indicadores sociais importantes.

O Quadro 2 retrata a posição brasileira no *ranking* internacional do IDH.

Quadro 2: O Brasil no *ranking* internacional do IDH.

IDH – Alto		
1. Noruega		
2. Austrália		
3. Canadá		
4. Suécia		
5. Bélgica		
6. Estados Unidos		
7. Islândia		
8. Holanda		
9. Japão		
10. Finlândia		
	IDH – Médio	IDH - Baixo
	65. Líbano	127. Paquistão
	66. Tailândia	129. Nepal
	67. Fiji	136. Nigéria
	68. Arábia Saudita	138. Sudão
	69. Brasil	141. Uganda
	73. Peru	143. Zâmbia
	78. Jamaica	146. Angola
	84. Equador	152. Ruanda
	87. China	

Fonte: CHARON, 2002, p. 230.

No Espírito Santo, no que tange ao IDH, as disparidades entre os municípios ficam bastante evidentes, como se pode observar na Tabela 5.

Apenas seis municípios do Espírito Santo estão entre os mil primeiros em relação ao IDH Municipal (IDH-M), e somente 25 encontram-se entre os dois mil primeiros municípios em relação a esse mesmo índice.

Se forem considerados os 5.527 municípios do Brasil, a posição média seria 2.754. Logo o Espírito Santo teria 27 de seus municípios (35%) abaixo da posição média no *ranking* nacional.

Levando em consideração os critérios das Nações Unidas, percebe-se que somente dois municípios do Estado, Vitória e Vila Velha, apresentam o IDH-M alto (> 0.800). O restante aparece com o IDH-M médio (>0,500 e < que 0,799).

O município que interessa especificamente a esta dissertação, Santa Maria de Jetibá, apresenta um IDH-M de 0,724, que o coloca na 41.^a posição no Estado e na 2.549.^a posição no País.

Vale ressaltar que os dois outros municípios cogitados anteriormente, Nova Venécia e São Gabriel da Palha, ocupam a 33.^a e a 30.^a posição, respectivamente, no *ranking* estadual.

Tal fato é relevante na medida em que a Tabela que orienta as políticas públicas estaduais (Tabela 6), produzida pelo Instituto de Pesquisas do Espírito Santo (IPES), a qual retrata o Índice de Desenvolvimento dos Municípios do Espírito Santo (IDM-ES),¹ coloca Santa Maria de Jetibá na 53.^a posição, Nova Venécia na 36.^a e São Gabriel da Palha na 57.^a, o que denota um desalinhamento entre os parâmetros de apreciação do desenvolvimento capixaba e internacional.

A disparidade entre os parâmetros pode ser percebida quando, comparando as Tabelas 5 e 6, se verifica que Aracruz, o município que aparece em 2.^o lugar no IDM-ES, aparece em 11.^o no IDH-M, e Serra, que aparece em 3.^o no IDH-M, aparece em 29.^o no IDM-ES. Outros exemplos de disparidade podem afetar projetos locais de desenvolvimento por diferenças metodológicas de apreciação.

Tabela 5: Índice de desenvolvimento humano municipal* no Espírito Santo (2000).

MUNICÍPIO	Índice de Longevidade (IDHM-L)	Índice de Educação (IDHM-E)	Índice de Renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Class. na UF	Class. Nacional
Vitória	0,762	0,948	0,858	0,856	1	18
Vila Velha	0,734	0,928	0,790	0,817	2	261
Iconha	0,808	0,830	0,732	0,790	3	805
Guarapari	0,784	0,872	0,712	0,789	4	817
Santa Teresa	0,831	0,827	0,708	0,789	5	833
Anchieta	0,784	0,891	0,679	0,785	6	948
Ibiraçu	0,760	0,865	0,714	0,780	7	1.066
Venda Nova do Imigrante	0,762	0,847	0,724	0,778	8	1.114
Piúma	0,784	0,854	0,691	0,776	9	1.157
Colatina	0,762	0,847	0,709	0,773	10	1.255
Aracruz	0,736	0,885	0,695	0,772	11	1.280

¹ O IDM-ES representa a média aritmética entre os Índices de Desenvolvimento Urbano (IDU), de Desenvolvimento Social (IDS), de Finanças Municipais (IFM), de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o de Infra-estrutura para Grandes e Médios Empreendimentos (IGME).

Cachoeiro de Itapemirim	0,732	0,867	0,711	0,770	12	1.332
Dores do Rio Preto	0,759	0,858	0,689	0,768	13	1.367
João Neiva	0,734	0,879	0,684	0,765	14	1.445
Bom Jesus do Norte	0,772	0,860	0,664	0,765	15	1.449
Castelo	0,757	0,828	0,702	0,762	16	1.523
Serra	0,705	0,896	0,683	0,762	17	1.538
Rio Novo do Sul	0,808	0,814	0,658	0,760	18	1.583
Linhares	0,719	0,852	0,700	0,757	19	1.684
Marechal Floriano	0,762	0,809	0,692	0,755	20	1.737
Alfredo Chaves	0,784	0,823	0,655	0,754	21	1.761
Fundão	0,734	0,842	0,680	0,752	22	1.824
São Roque do Canaã	0,772	0,822	0,658	0,751	23	1.856
Cariacica	0,703	0,878	0,669	0,750	24	1.886
Itaguaçu	0,772	0,811	0,662	0,748	25	1.925
São José do Calçado	0,757	0,817	0,662	0,745	26	2.018
Marilândia	0,762	0,824	0,648	0,745	27	2.038
Guaçuí	0,727	0,808	0,693	0,743	28	2.088
Mimoso do Sul	0,767	0,814	0,645	0,742	29	2.103
São Gabriel da Palha	0,730	0,806	0,689	0,742	30	2.116
Itarana	0,752	0,808	0,662	0,741	31	2.127
Alegre	0,727	0,818	0,671	0,739	32	2.187
Nova Venécia	0,704	0,837	0,673	0,738	33	2.198
Viana	0,701	0,874	0,635	0,737	34	2.253
Domingos Martins	0,740	0,793	0,675	0,736	35	2.281

(Continua)

MUNICÍPIO	Índice de Longevidade (IDHM-L)	Índice de Educação (IDHM-E)	Índice de Renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Class. na UF	Class. Nacional
São Mateus	0,665	0,843	0,680	0,730	36	2.438
Iúna	0,759	0,749	0,679	0,729	37	2.459
Atílio Vivácqua	0,734	0,818	0,633	0,729	38	2.466
Vargem Alta	0,743	0,786	0,653	0,727	39	2.483
Rio Bananal	0,719	0,788	0,668	0,725	40	2.521
Santa Maria de Jetibá	0,752	0,753	0,665	0,724	41	2.549
Marataízes	0,654	0,839	0,678	0,723	42	2.552
Muniz Freire	0,727	0,758	0,685	0,723	43	2.555
Apiacá	0,734	0,797	0,639	0,723	44	2.556
Muqui	0,682	0,819	0,667	0,722	45	2.581
Ibatiba	0,759	0,735	0,670	0,721	46	2.598
Irupi	0,759	0,741	0,658	0,719	47	2.636
Laranja da Terra	0,740	0,789	0,628	0,719	48	2.649
Afonso Cláudio	0,740	0,769	0,643	0,717	49	2.670
Montanha	0,692	0,796	0,663	0,717	50	2.679

Santa Leopoldina	0,752	0,772	0,609	0,711	51	2.797
São Domingos do Norte	0,700	0,805	0,626	0,710	52	2.811
Baixo Guandu	0,659	0,824	0,646	0,710	53	2.824
Conceição do Castelo	0,701	0,785	0,641	0,709	54	2.836
Pinheiros	0,705	0,801	0,621	0,709	55	2.839
Jerônimo Monteiro	0,650	0,810	0,658	0,706	56	2.897
Sooretama	0,719	0,765	0,621	0,702	57	2.963
Barra de São Francisco	0,663	0,794	0,645	0,701	58	2.978
Vila Valério	0,676	0,771	0,649	0,699	59	3.011
Ponto Belo	0,692	0,791	0,604	0,696	60	3.063
Ecoporanga	0,681	0,793	0,612	0,695	61	3.076
Boa Esperança	0,641	0,810	0,631	0,694	62	3.093
Jaguaré	0,635	0,793	0,644	0,691	63	3.144
Ibitirama	0,727	0,707	0,636	0,690	64	3.159
Divino de São Lourenço	0,727	0,756	0,582	0,688	65	3.180
Conceição da Barra	0,638	0,810	0,617	0,688	66	3.183
Vila Pavão	0,676	0,787	0,602	0,688	67	3.186
Itapemirim	0,654	0,792	0,613	0,687	68	3.211
Água Branca	0,641	0,787	0,630	0,686	69	3.218
Mantenópolis	0,663	0,760	0,627	0,683	70	3.256
Brejetuba	0,701	0,692	0,645	0,680	71	3.302
Mucurici	0,692	0,776	0,570	0,679	72	3.309
Alto Rio Novo	0,638	0,765	0,634	0,679	73	3.316
Presidente Kennedy	0,654	0,761	0,606	0,674	74	3.397
Pedro Canário	0,635	0,787	0,598	0,673	75	3.404
Pancas	0,635	0,752	0,613	0,667	76	3.509
Água Doce do Norte	0,626	0,767	0,583	0,659	77	3.627

(Conclui)

Fonte: UNPD, 2002.

(*) Não consta da relação o recém-criado município de Governador Lindenberg.

No caso citado, fica evidente que questões de ordem quantitativa, decorrentes principalmente da instalação da Aracruz Celulose, grande produtora e exportadora de celulose branqueada para produção de papel, alteram sensivelmente a análise dos dados do município de Aracruz, o que pode ocorrer com vários outros e contribuir para deturpar a interpretação local de desenvolvimento.

A argumentação anterior evidencia a necessidade de uma discussão mais detalhada em torno da questão do desenvolvimento. O plano local mostra-se o mais adequado para esse tipo de trabalho, na medida em que possibilita enxergar realidades e peculiaridades que, traduzidas em pontos fortes e fracos, possibilitem o arranjo mais adequado das forças produtivas em torno de propósitos comuns.

Tabela 6: Municípios do Espírito Santo quanto ao valor do IDM-ES.*

N.º	Município	Valor IDM-ES	Posição quanto ao IDM-ES
1	Afonso Cláudio	0,1424	54.º
2	Água Doce do Norte	0,1389	56.º
3	Águia Branca	0,1164	69.º
4	Alegre	0,1484	49.º
5	Alfredo Chaves	0,1763	32.º
6	Alto Rio Novo	0,1141	70.º
7	Anchieta	0,3821	4.º
8	Apiacá	0,1843	28.º
9	Aracruz	0,4814	2.º
10	Atílio Vivácqua	0,1751	35.º
11	Baixo Guandu	0,1918	23.º
12	Barra de São Francisco	0,1323	60.º
13	Boa Esperança	0,1363	58.º
14	Bom Jesus do Norte	0,1936	21.º
15	Brejetuba	0,0886	76.º
16	Cachoeiro de Itapemirim	0,3092	6.º
17	Cariacica	0,2962	8.º
18	Castelo	0,2019	19.º
19	Colatina	0,3079	7.º
20	Conceição da Barra	0,1605	41.º
21	Conceição do Castelo	0,1472	50.º
22	Divino de São Lourenço	0,1333	59.º
23	Domingos Martins	0,185	27.º
24	Dores do Rio Preto	0,1563	43.º
25	Ecoporanga	0,1228	67.º
26	Fundão	0,2119	15.º
27	Guaçuí	0,1706	37.º
28	Guarapari	0,2769	9.º
29	Ibatiba	0,1275	64.º
30	Ibiraçu	0,2535	12.º
31	Ibitirama	0,0924	75.º
32	Iconha	0,1796	29.º
33	Irupi	0,0971	74.º
34	Itaguaçu	0,1684	38.º
35	Itapemirim	0,1759	33.º
36	Itarana	0,1757	34.º
37	Lúna	0,1209	68.º
38	Jaguareé	0,1281	62.º
39	Jerônimo Monteiro	0,1668	39.º

(Continua)

Nº	Município	Valor IDM-ES	Posição quanto ao IDM-ES
40	João Neiva	0,2373	13.º
41	Laranja da Terra	0,1508	46.º
42	Linhares	0,2693	11.º
43	Mantenópolis	0,1084	72.º
44	Marataízes	0,1601	42.º
45	Marechal Floriano	0,1889	25.º
46	Marilândia	0,1544	44.º
47	Mimoso do Sul	0,1792	30.º
48	Montanha	0,1535	45.º
49	Mucurici	0,146	51.º
50	Muniz Freire	0,1268	65.º
51	Muqui	0,1928	22.º
52	Nova Venécia	0,1734	36.º
53	Pancas	0,1042	73.º
54	Pedro Canário	0,1252	66.º
55	Pinheiros	0,1668	39.º
56	Piúma	0,2242	14.º
57	Ponto Belo	0,1499	47.º
58	Presidente Kennedy	0,1412	55.º
59	Rio Bananal	0,1309	61.º
60	Rio Novo do Sul	0,1858	26.º
61	Santa Leopoldina	0,1768	31.º
62	Santa Maria de Jetibá	0,1438	53.º
63	Santa Teresa	0,2037	18.º
64	São Domingos do Norte	0,164	40.º
65	São Gabriel da Palha	0,1369	57.º
66	São José do Calçado	0,145	52.º
67	São Mateus	0,1909	24.º
68	São Roque do Canaã	0,2018	20.º
69	Serra	0,4024	3.º
70	Sooretama	0,1485	48.º
71	Vargem Alta	0,2102	16.º
72	Venda Nova do Imigrante	0,2095	17.º
73	Viana	0,2766	10.º
74	Vila Pavão	0,1276	63.º
75	Vila Valério	0,1112	71.º
76	Vila Velha	0,3757	5.º
77	Vitória	0,6679	1.º

(Conclui)

Fonte: IPES, 2002.

(*) Não consta da relação o recém-criado município de Governador Lindemberg.

2 METODOLOGIA

Este capítulo descreve o método adotado na pesquisa do ponto de vista de sua sistemática e de suas características técnicas. Não deixa de contemplar também os fatores subjetivos que tanto influíram na elaboração do trabalho.

2.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

As características do objeto de estudo foram determinantes na escolha da metodologia adequada para responder à questão central do trabalho: **Quais as percepções dos formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá sobre os fatores relacionados ao desenvolvimento do Município e à participação do cooperativismo nesse processo?**

Por se tratar de um município do interior do Espírito Santo, Santa Maria de Jetibá, situada a aproximadamente 80km de Vitória. É um lugar tranquilo na região central-serrana do Estado. Desde a primeira placa que marca em quilômetros sua distância de Vitória, fica claro tratar-se da mais pomerana das cidades do Espírito Santo, isso em alusão ao povo que a colonizou, oriundo da Pomerânia, país europeu que já não existe. Esse povo chegou ao Brasil no final do século XIX e, como se viu na pesquisa, apresenta características muito próprias.

O poder econômico e político da região pode exercer influências nos resultados da pesquisa, dependendo da postura do pesquisador no contexto.

Conhecendo-se a importância da agricultura para a região, optou-se por procurar, em primeiro lugar, a Secretaria Municipal de Agricultura, ocasião em que se soube que essa mesma Secretaria também era responsável pelo Desenvolvimento Municipal. Isso valorizou ainda mais essa fonte como merecedora de atenção.

Devido à impossibilidade de acesso ao secretário da pasta, contou-se com a valiosa colaboração de um dos engenheiros agrônomos do Município, bastante receptivo ao trabalho.

Por ser conhecedor dos problemas técnicos e políticos da região, esse engenheiro serviu de facilitador para o trabalho, indicando pessoas de diversos segmentos e cedendo espaço para a realização de diversas entrevistas.

Obviamente, a malha de entrevistados foi diversificada devido não só à indicação dos próprios entrevistados, mas também à percepção do pesquisador, que procurou evitar vieses políticos ou econômicos prejudiciais a um trabalho de caráter científico. Assim, atentou-se para a diversificação de *status* dos entrevistados, bem como para seu posicionamento ideológico, o que pode ser constatado no item que se refere à seleção dos sujeitos da pesquisa.

Na investigação do objeto deste estudo, optou-se por uma metodologia de abordagem estritamente qualitativa porque, a despeito de eventuais imprecisões que possa apresentar por suas limitações, permite o acesso a aspectos subjetivos de forma mais livre, o que constitui uma grande vantagem em relação a metodologias de abordagem quantitativa.

O acesso às percepções manifestadas, bem como a compreensão e a interpretação dessas percepções requerem, sobretudo, sensibilidade e liberdade cognitiva que possibilitem a maior aproximação possível à essência do objeto de pesquisa.

Bogdan e Biklen (1994), considerando as características da pesquisa qualitativa, ratificam essas idéias, destacando que:

1. o pesquisador é o principal instrumento da pesquisa qualitativa, e o ambiente natural, sua fonte direta de dados;
2. a investigação é descritiva;
3. a ênfase está no “processo” e nas manifestações;
4. não há preocupação em comprovar hipóteses anteriormente definidas, mas em chegar à “abstração” a partir da análise dos dados;
5. o pesquisador focaliza o “significado”, buscando a “perspectiva das pessoas” por seus diferentes pontos de vista.

Usando a taxonomia de Vergara (1998), conclui-se:

Quanto aos fins, a pesquisa foi exploratória, descritiva e explicativa:

- exploratória, porque há pouco conhecimento acumulado e sistematizado a respeito das percepções dos formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá quanto ao processo de desenvolvimento local, razão pela qual a pesquisa apresentou uma característica de sondagem, o que não possibilitou a elaboração de hipóteses, às quais todavia se chegou no transcorrer dos trabalhos;
- descritiva, porque visa descrever as percepções da população do Município por meio das percepções de seus formadores de opinião, bem como estabelecer correlações entre as variáveis percebidas e a definição de sua natureza;
- explicativa, porque, na medida em que objetivou tornar as percepções e as variáveis detectadas inteligíveis, esclareceu suas interações e possíveis consequências e potencialidades em relação à dinâmica do desenvolvimento local.

Quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica e de campo, constituindo um estudo de caso:

- bibliográfica, porque envolveu o estudo sistematizado de diversas mídias de caráter primário, como livros, dos quais foram tiradas conclusões a respeito do pensamento do próprio autor, e de caráter secundário, como fontes nas quais autores comentavam outros autores, material acessado que, posteriormente analisado, ratificou o caráter bibliográfico da pesquisa;
- de campo, porque coletou, por meio de entrevistas, dados primários com os entrevistados em seu ambiente.

Não se pode negar que a realização de entrevistas, tanto na sede de Santa Maria de Jetibá quanto no interior, possibilitou experiências vivenciais que muito colaboraram para o trabalho.

A presente pesquisa, como um estudo de caso, ampara-se no fato de que, sendo circunscrita a uma comunidade, não permite manipular comportamentos relevantes, tem caráter de profundidade e detalhamento, partindo de [...], *uma questão do tipo “como” ou “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle* (YIN, 2001, p. 28).

Além disso, [...] *um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos* (YIN, 2001, p. 32).

2.2 A AMOSTRA

A pesquisa compreendeu uma amostra de treze pessoas, cujo papel desempenhado ao longo de sua vida profissional, política, social, lhes conferiu a

condição de conhecedores do processo de desenvolvimento de Santa Maria de Jetibá, principalmente por influência de sua participação no cooperativismo, bem como a condição de formadores de opinião, pela posição que ocupam.

A amostragem foi não proporcional. A escolha dos sujeitos deu-se de forma não probabilística, definida por tipicidade e por acessibilidade: não probabilística porque a amostra foi definida de forma intencional; por tipicidade porque os elementos foram selecionados de acordo com a posição que ocupam na sociedade local; por acessibilidade porque também foram escolhidos pela facilidade de se chegar até eles (VERGARA, 1998).

Considerando os aspectos subjetivos da sociedade local, sua retração, timidez e até receio de livre manifestação, optou-se por não identificar os sujeitos da pesquisa. No entanto, sua qualificação é altamente esclarecedora e demonstra a abrangência da amostra. Assim sendo, foram entrevistados, por ordem cronológica,

- um representante da imprensa local;
- um representante da Comunidade Luterana de Santa Maria de Jetibá;
- dois engenheiros agrônomos do Município;
- um produtor rural, que também é presidente de uma Associação de Produtores, produtor cultural e presidente de uma das associações de moradores do local;
- um dos diretores da COOPEAVI;
- um dos diretores da Cooperativa de Crédito do Município, integrada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo (SICOOB-ES);
- dois vereadores, sendo um agricultor e outro agropecuarista;
- um especialista em agricultura familiar;
- três membros do Sindicato dos Agricultores, das Agricultoras Familiares e dos Assalariados de Santa Leopoldina e de Santa Maria de Jetibá.

2.3 A COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de

- pesquisa bibliográfica, em livros, em dicionários, em revistas especializadas, em jornais pertinentes ao assunto, procedimento que, conforme Vergara (1998), oferece o material analítico necessário à posterior condução da investigação; e
- pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos indivíduos que preencheram as condições indicadas na seleção de sujeitos, entrevistas que, dada a sua flexibilidade, possibilitaram o acesso à realidade local e a coleta de impressões, os quais muito colaboraram para a análise dos dados.

As entrevistas foram gravadas em onze fitas cassete, com duração média de 45 minutos cada uma. Em seguida, foram transcritas, totalizando 75 páginas de texto.

A combinação das duas técnicas permitiu um confronto bastante útil ao processo de análise dos dados e à validação da pesquisa.

Com base no referencial teórico adotado, identificaram-se aspectos pertinentes ao tema Desenvolvimento Econômico e, de forma acessível, montaram-se questões que possibilitassem a livre expressão do entrevistado, principalmente por não serem eles especialistas, mas leigos.

Assim sendo, as entrevistas giraram em torno de questões como:

- o desenvolvimento de Santa Maria de Jetibá;
- a base do desenvolvimento local;
- a distribuição de renda no Município;

- os pontos fortes e fracos do Município;
- a religião luterana;
- a relação da população e dos produtores com o meio ambiente;
- a infra-estrutura local;
- a participação popular no Município;
- o cenário político local;
- o cooperativismo;
- a possibilidade de acesso à tecnologia e a informações no Município.

A amplitude das perguntas e a liberdade dada ao entrevistado proporcionaram um clima de confiança recíproca, que permitiu a coleta de dados subjacentes que só vieram ratificar o discurso dos entrevistados.

2.4 O TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados deu-se de forma eminentemente qualitativa, uma vez que envolveu percepções pessoais sugeridas pela própria natureza do problema.

Tais percepções foram apreciadas à luz das referências bibliográficas disponíveis, para que se pudessem estabelecer análises pertinentes mediante as proposições elaboradas.

A proposição é a [...] *orientação teórica que serve como guia da análise do estudo de caso [...] ajuda a pôr em foco certos dados e ignorar outros [...] a organizar todo o estudo de caso e a definir explicações alternativas a serem examinadas* (YIN, 2001, p. 133).

A idéia central era que a estratificação social local possibilitasse aos formadores de opinião exercer influências superiores à média da população e conduzir essa população a percepções e comportamentos que pudessem ser compreendidos e interpretados à luz do pensamento daqueles agentes de influência.

O tratamento dos dados requer

[...] um método que compreenda os problemas e suas formulações, como delimitados pelas condições de existência. Portanto permeados de interesses, representações da realidade e ambigüidade, que correspondem ao perene movimento da sociedade, suas lutas e seus acordos. Em outras palavras, o tratamento dos dados exige um método que nos permita ir além do fenômeno da comunicação e da linguagem, distinguindo a aparência da essência; que nos chame a atenção para o caráter contraditório das coisas e das afirmações do pensamento; e que nos leve a olhar para os objetos e para as produções humanas como coisas que se relacionam e constituem um processo totalizante. O método escolhido é, pois, o dialético (GURGEL, apud VERGARA, 1998, p. 58).

Assim, realizadas as entrevistas, todo o material foi submetido a uma análise de conteúdo. Essa análise consiste na

[...] desmontagem de um discurso e [na] produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (VALA, 1986, p. 104).

Na análise de conteúdo, aquilo que foi expresso é avaliado à luz da carga simbólica que pode trazer consigo, ou seja, são considerados os aspectos não lingüísticos que compõem a mensagem, as condições de sua produção, em busca de uma estrutura de significados subjacentes ao discurso, que foi constituída por força da influência do contexto, aí considerado o ambiente, seus atores, as relações de poder estabelecidas e os componentes histórico-geográfico-culturais.

Além disso, a análise de conteúdo pode valer-se de material não produzido, com o fim de servir à investigação empírica, podendo incidir sobre material não estruturado (VALA, 1986).

Preservando o aspecto qualitativo da pesquisa, a análise foi criteriosa, pois [...] o *rigor não é exclusivo da quantificação, nem [tampouco] a quantificação garante por si a validade e a fidedignidade do que se procura* (VALA, 1986, p. 103).

Os dados coletados foram descritos, interpretados, codificados, categorizados e apresentados de forma estruturada, estabelecendo-se a correlação entre os objetivos e as formas de atingi-los (VERGARA, 1998).

Para tal fim, adotou-se a metodologia proposta por Vala (1986), que compreende:

1. delimitação dos objetivos e definição de um quadro teórico de referências, orientador da pesquisa, que é a seleção de um certo número de conceitos analíticos que farão referência a um ou a vários modelos teóricos;
2. constituição de um *corpus*, que é o procedimento orientado pela sensibilidade do pesquisador de efetivamente selecionar, no universo de dados disponíveis, aqueles que realmente interessem ao trabalho específico;
3. definição de categorias, que é a criação de um código de leitura do material selecionado, de forma que se possa reduzir sua complexidade, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido, agrupando os textuais em unidades internamente coerentes.
4. definição de unidades de análise que podem ser divididas em unidades formais, como palavras, frases, um personagem, entre outros, e semânticas, como o tema ou a unidade de informação, que podem ou não coincidir com unidades lingüísticas.

Tal metodologia possibilitou o tratamento coerente dos dados em relação ao objeto de pesquisa. Fez-se, portanto, a delimitação dos objetivos dentro de um quadro teórico de referências; constituiu-se um *corpus* robusto e coerente com a proposta do trabalho; definiram-se as categorias, quatorze ao todo, que permitiram

uma leitura estruturada do *corpus*; e, por fim, adotou-se o tema como unidade de análise, o que deu ainda maior consistência à interpretação dos dados.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método escolhido apresenta como limitação o envolvimento de diversas subjetividades, inclusive a do pesquisador, na apreciação do objeto. Como afirma Pêcheux, citado por Vala (1986, p. 102): [...] *dos defeitos constitutivos de toda a análise de conteúdo: a intervenção do codificador no estabelecimento do sentido do texto.*

Diferentemente das pesquisas quantitativas, cuja precisão pode ser aferida por instrumentos matemáticos, a pesquisa qualitativa distancia-se dessa possibilidade, na medida em que toda sorte de fatores pode exercer influência na coleta ou no tratamento dos dados.

Outra limitação diz respeito à seleção dos sujeitos, uma vez que não se podem entrevistar todos os atores em condições de contribuir para o trabalho e que esse conceito guarda certa relatividade.

O tempo foi outro fator limitador: outras técnicas poderiam ter enriquecido a pesquisa, mas o exercício das atividades profissionais do pesquisador e o considerável investimento que repetidas viagens representariam impossibilitaram a diversificação tão desejável.

Tendo sido este um estudo de caso, a presente pesquisa abriga as preocupações relativas a essa metodologia. A falta de rigor do método constitui a primeira das preocupações dos críticos.

A possibilidade de se tratar o estudo de caso como instrumento didático, que permite flexibilizações que alteram a essência do material coletado, com objetivos didáticos, contrapõe-se frontalmente à fidedignidade que se espera no tratamento dos dados do estudo de caso como técnica de pesquisa.

Outra limitação que tem sido alvo da preocupação dos críticos é a pequena capacidade de o estudo de caso permitir generalização científica. Sobre esse ponto Yin (2001, p. 29) contra-argumenta, dizendo que os estudos de caso [...] *são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações e universos.*

E acrescenta:

[...] o estudo de caso como experimento não representa uma “amostragem”, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Ou [...] o objetivo é fazer uma análise “generalizante” e não “particularizante” (YIN, 2001, p. 29).

Consideradas as características do método, a presente dissertação pretende colaborar para a construção do processo de discussão sobre o desenvolvimento econômico-social do Espírito Santo com base em peculiaridades e potencialidades locais.

1. DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO DO CONCEITO DA PERSPECTIVA CLÁSSICA AO DA CONTEMPORÂNEA

UMA BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA: DOS CLÁSSICOS AOS NOSSOS DIAS

As discussões sobre crescimento e desenvolvimento, do ponto de vista histórico, só tiveram fundamento após o advento do capitalismo. No período anterior, prevaleciam condições econômicas análogas em todas as sociedades. Condições

naturais e inexistência de guerras eram os grandes determinantes do diferencial competitivo das nações.

Embora o desenvolvimento econômico seja um tema que tenha obtido destaque somente no século XX, a preocupação com o crescimento econômico nos principais países da Europa é muito mais antiga. Contudo, o objetivo primordial dos que se ocupavam com as finanças públicas era aumentar o poder econômico e militar do soberano. Raramente havia preocupação com a melhoria das condições de vida do conjunto da população (SOUZA, 1999, p. 15).

Como consequência dos avanços tecnológicos decorrentes da revolução industrial concomitantes ao surgimento de modelos econômicos mais complexos, mais baseados na industrialização, foi possível a acumulação de capital, o que alterou as estruturas sociais e as percepções em torno do crescimento da economia.

Há quem defenda a idéia de que a relação foi inversa:

A revolução industrial foi, antes de mais nada, uma revolução capitalista. Não foram as inovações técnicas que criaram o capitalismo, mas o capital investido nas manufaturas da Idade Moderna que levou à introdução da máquina-ferramenta, desenvolveu o sistema fabril e aplicou força motriz não animal à produção (SROUR, 1998, p. 13).

De qualquer forma, foi a partir daí que começou a ocorrer a busca da compreensão dos mecanismos que regem o crescimento econômico das nações.

O conhecimento desses mecanismos tem sido fundamental para as intervenções no cenário econômico. *Um pré-requisito para melhores políticas econômicas é um melhor entendimento do crescimento econômico* (JONES, 2000, p. 3).

Como resultado dessa compreensão, chegou-se à conclusão de que é a ocorrência de acumulação de capital, seja por meio de bens, de dinheiro ou de capacitação tecnológica, seja por meio do crescimento populacional e do progresso tecnológico, que possibilita o crescimento da economia (MILONE, 2002).

Com a obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith (1776), a questão do crescimento ganhou robustez acadêmica.

Nessa obra, o autor busca a identificação dos fatores da formação da riqueza nacional e analisa o funcionamento do mercado, sob a ótica de sua dinâmica e dimensão, para reduzir os custos médios de produção pela obtenção de ganhos de escala que permita a produção com lucros. Como efeito da expansão dos mercados tem-se a expansão da renda e do emprego (SMITH, 1996).

A despeito de toda a importância de Adam Smith para o estudo em questão, é o pensamento de Joseph Schumpeter que este trabalho adota como principal referência, na medida em que acompanha a linha de pensamento do autor, que, em sua obra *Teoria do desenvolvimento econômico*, primeiro estabelece a diferenciação conceitual entre *crescimento e desenvolvimento* econômico.

A questão do desenvolvimento também ficou mais evidente, no final dos anos de 1930, com a aplicação da *Contabilidade Nacional*, nascida sob os auspícios da teoria Keynesiana. Com ela, passou-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e a classificá-los como “ricos” e “pobres”, dependendo do valor dessa renda média (SOUZA, 1999, p. 17).

A partir da Segunda Guerra Mundial, com o incremento e a diversificação dos setores produtivos, bem como com os avanços tecnológicos que aumentaram o distanciamento das economias de países ricos e pobres, a análise do crescimento econômico ganhou corpo.

Na década de 1950, Robert Solow, do Massachusetts Institute of Technology, tornou-se célebre com a publicação de dois artigos nos quais esclarecia o papel do capital físico e da tecnologia no crescimento econômico (JONES, 2000).

Ainda nesse período, os economistas dos países pobres começaram a diagnosticar a situação de seu país, tendo, entre outros propósitos, conseguir investimentos dos países ricos para implementar seus planos de desenvolvimento. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi o centro irradiador desses trabalhos.

A Cepal foi alvo de críticas, pois, ao contrário do que era de interesse das nações ricas, defendia a idéia da substituição das importações por parte das nações subdesenvolvidas, o que implicaria a industrialização dos países pobres, em detrimento da divisão internacional do trabalho, que propunha a especialização na produção de bens para os quais os países apresentassem vantagens comparativas.

A idéia predominante entre as nações ricas consistia em relegar às pobres a condição de produtoras de alimentos, exportadoras de matérias-primas e importadoras de bens manufaturados. Seriam, pois, verdadeiros “celeiros” que, para se abastecer, deveriam contar com o “arado” alheio.

O debate sobre o desenvolvimento econômico, no Brasil, tomou forma com os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/1953) e do Grupo Misto BNDES-Cepal (1953/1955), que forneceram elementos para os planos nacionais subseqüentes. O relatório da Comissão Mista salientou que o ritmo do crescimento industrial, desde a década de 1940, era três vezes superior ao da agricultura e que o Brasil já possuía amplo setor de mercado interno, justificando a produção em larga escala (SOUZA, 1999, p. 19).

Na década de 1980, Romer e Lucas, citados por Jones (2000), agregaram a economia das “idéias” e o capital humano à análise do crescimento econômico.

Permearam esses pensamentos diversas linhas, entre elas:

- a linha da *Teoria do crescimento ótimo*, que privilegia a Matemática, estabelece os objetivos de longo prazo e o caminho de crescimento ótimo a ser percorrido para atingi-los;
- a linha da *Análise do “Resíduo”*, que privilegia a análise do progresso tecnológico como fator indutor do crescimento;
- a linha das *Economias subdesenvolvidas*, que privilegia o estudo pormenorizado da realidade de cada país (MILONE, 2002).

Existem, portanto, perspectivas variadas para as tentativas de compreensão do fenômeno do crescimento e do desenvolvimento econômico, e é recorrendo à perspectiva de Schumpeter que se buscará o referencial teórico mais interessante aos propósitos deste trabalho, entre os quais a efetiva diferenciação entre os conceitos de *desenvolvimento econômico* e de *crescimento econômico*.

3.2 A PERSPECTIVA CLÁSSICA E EMBRIONÁRIA DE SCHUMPETER

O entendimento do problema de desenvolvimento na contemporaneidade requer a compreensão da gênese do pensamento econômico.

Assim, recorreu-se ao autor clássico que empreendeu os esforços mais significativos para compreensão e descrição do processo de desenvolvimento, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), com o objetivo de formar um arcabouço que possibilitasse o melhor aproveitamento do referencial teórico adotado.

Para melhor compreensão do pensamento daquele economista é importante conhecer um pouco de sua biografia.

3.2.1 Schumpeter: aristocrata, político, banqueiro e acadêmico

Nascido na Áustria em 1883, Schumpeter ficou órfão de pai com quatro anos de idade. Sete anos após, sua mãe casou-se com um militar de alta patente, o que

possibilitou ao jovem uma educação aristocrática que viria a marcar sua forma de pensar.

Ingressou na Universidade de Viena, onde teve grande destaque, tanto por sua competência acadêmica, como por sua independência de pensamento. Foi conselheiro financeiro de uma princesa egípcia, época na qual publicou seu primeiro livro, o que lhe valeu uma vaga de professor na Áustria.

Conhecido como *enfant terrible*, Schumpeter teve uma produção acadêmica prodigiosa e precoce. Ainda aos vinte e sete anos escreveu *The theory of economic development*, que viria a ser considerada uma obra-prima e marcaria o esforço de análise do que hoje é considerado “mundo subdesenvolvido” (HEILBRONER, 1996).

Em 1919, participou de uma comissão de nacionalização da indústria alemã estabelecida pelo novo governo socialista da Alemanha. Em seguida, foi convidado para ser ministro da economia da Áustria, cargo que ocupou por pouco tempo.

Migrando para a iniciativa privada, foi diretor de um banco que faliu, deixando imensa dívida, a qual Schumpeter pagou por dez anos, com recursos próprios.

Após a frustrada experiência na iniciativa privada, dedicou-se exclusivamente à carreira acadêmica, que só se encerrou em 1950, com sua morte.

3.2.2 Os primórdios do pensamento econômico sobre o desenvolvimento

Foi após um período de aproximadamente 200 anos de capitalismo, com períodos de depressão e ascensão, que influenciaram, mas não impediram sua trajetória de crescimento, que Schumpeter começou a teorizar sobre esse modelo econômico.

Num momento da história econômica em que as questões do desenvolvimento eram tratadas pelo prisma quantitativo, o pensamento predominante à época era o do crescimento baseado na exploração da natureza pelas sucessivas gerações, as mais novas das quais se valiam dos recursos deixados pelas ancestrais para aumentar sua capacidade de exploração.

Foi diante desse cenário primário que Schumpeter começou a dar complexidade à questão do desenvolvimento.

Nenhum outro economista, que eu saiba, percebeu tão claramente a importância crítica da taxa de crescimento na produção total. Como ele afirmou, se a produção aumentar no futuro ao nível que aumentou no passado, todos os sonhos dos reformadores sociais poderão dar certo. Entretanto, se a política se dirigir à redistribuição imediata, não se realizarão nem os desígnios dos reformistas, nem o aumento da produção (SMITHIES, apud COSTA, 1997, p. 9).

Percebendo a importância do crescimento econômico para a justiça social, Schumpeter chamou a atenção para os perigos da redistribuição prematura de riqueza, ao mesmo tempo em que distinguia claramente o crescimento, [...] *demonstrado pelo aumento da população e da riqueza* (SCHUMPETER, 1996, p. 74), do desenvolvimento, o que é importante para os propósitos deste trabalho. *O desenvolvimento consiste primariamente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentes de que aqueles recursos cresçam ou não* (SCHUMPETER, 1996, p. 76).

Nota-se, no entanto, que o autor desconsiderou o problema justamente inverso, o da concentração de renda, que assola o Brasil, por exemplo, e que levou o País a

ter diversos períodos de largo crescimento, concomitantemente a outros, de agravamento dos problemas sociais.

3.2.3 Schumpeter x Keynes

Naquele mesmo período, início do século XX, John Maynard Keynes, contemporâneo de Schumpeter, introduzia uma perspectiva analítica do futuro econômico, através da obra *Economic possibilities for our grandchildren*, na qual apresentava uma visão otimista para os netos de sua geração, baseada numa ação incisiva do governo no sentido de interromper a trajetória de estagnação do capitalismo (HEILBRONER, 1996).

A visão de Schumpeter era oposta à de Keynes. Para ele, o capitalismo era dinâmico e orientado para o crescimento, não havendo a necessidade de intromissão do governo senão para corrigir eventuais perturbações sociais.

Vale ressaltar ainda que o sistema schumpeteriano se contrapõe, em muitos aspectos, ao sistema keynesiano. Schumpeter e Keynes, contemporâneos que se conheceram pessoalmente, nunca demonstraram nenhuma afinidade intelectual ou ideológica (COSTA, 1997, p. 12).

Marcado por contradições, o pensamento de Schumpeter, na verdade, não propunha a perenidade do capitalismo, pelo contrário, para ele, a longo prazo o capitalismo não resistiria.

3.2.4 A teoria do desenvolvimento econômico

Escrito em 1912, *The theory of economic development* considerava um cenário ainda bastante incipiente, se comparado ao da problemática econômica atual. A preocupação de Schumpeter era descrever o desenvolvimento não como o conhecemos hoje, mas pela ótica do crescimento, embora ele já demonstrasse uma preocupação que extrapolava a esfera econômica. Para ele, o desenvolvimento era a descrição do crescimento do capitalismo.

O próprio Schumpeter afirmou que a Teoria do Desenvolvimento Econômico, em seu método e objetivo, é “francamente teórica”. Esclarece ainda que quando escrevera o livro pensava diferente sobre a relação entre pesquisa prática e pesquisa teórica (COSTA, 1997, p. 9).

Preservando seu estilo contraditório, Schumpeter descreveu o crescimento do capitalismo baseado num modelo no qual não existia a figura do crescimento, pois não havia a figura da acumulação do capital: [...] *um capitalismo sem acumulação, um capitalismo cujo fluxo de produção é perfeitamente estático e imutável, transformando-se em um “fluxo circular”, que nunca altera ou expande sua criação de riqueza* (HEILBRONER, 1996, p. 272).

O modelo concebido por Schumpeter desconsiderava a existência do lucro, uma vez que não havia ganhos que excedessem as contribuições individuais para a produção.

Nessa lógica, trabalhadores e proprietários teriam suas quotas preestabelecidas no fluxo circular do capital, de forma que todo “excedente” fosse absorvido por quem produzisse ou empenhasse seus recursos. Da mesma forma ocorreria com os capitalistas, cuja retribuição seria um salário pela sua participação como gerentes. Uma lógica bastante estática, portanto.

3.2.5 O empreendedorismo como base do lucro e do desenvolvimento

Como já foi dito, para explicar suas concepções Schumpeter valia-se de um processo econômico que se dava através de um fluxo circular, no qual

[...] todo indivíduo pode agir pronta e racionalmente, porque está seguro no ambiente em que pisa e se apóia na conduta ajustada a esse fluxo circular por parte de todos os outros indivíduos que por sua vez esperam dele a atividade habitual, [ou seja], ao descrever o fluxo circular deve-se tratar as combinações dos meios de produção (as funções de produção) como dados, como possibilidades naturais e admitir apenas variações pequenas na margem, tais que todo indivíduo pode realizar ao adaptar-se às mudanças em seu ambiente econômico, sem desviar-se materialmente das linhas habituais (SCHUMPETER, 1996, p. 87-88).

Vê-se que a idéia é bastante artificial. Partiu da premissa de que se possam manter inalteradas todas as demais condições.

A visão schumpeteriana atribuía à interrupção no fluxo circular a responsabilidade pelo surgimento do *lucro*. Tal interrupção se daria pela inovação tecnológica, ou seja, tudo permaneceria seguindo um fluxo contínuo sem qualquer perturbação, até que alguém reordenasse os recursos ou introduzisse uma inovação que impossibilitasse a repartição do capital por não encontrar origem no trabalho ou em recursos preexistentes.

Como a quebra no fluxo se dá pela novidade, a *destruição criadora*, a sua perpetuação dá início a outro fluxo, baseado principalmente na imitação por parte de outros interessados. O surgimento de outro fluxo circular extingue a possibilidade de lucro até que surja outra inovação. *Essa ocorrência da mudança “revolucionária” é justamente o [...] problema, o problema do desenvolvimento econômico num sentido muito estreito e formal* (SCHUMPETER, 1996, p. 74).

À medida que as inovações tecnológicas ou as modificações introduzidas nos antigos produtos são absorvidas pelo mercado e seu consumo se generaliza, a taxa de crescimento da economia diminui e tem início um processo recessivo com a redução de investimento e a baixa oferta de emprego (COSTA, 1997, p. 12).

No conjunto de suas idéias, Schumpeter inaugurou o conceito de *empreendedorismo*, com a figura do empreendedor como esteio do lucro e do desenvolvimento no capitalismo.

Na medida em que as “novas combinações” podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido. Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecem descontinuadamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento (SCHUMPETER, 1996, p. 76).

A argumentação de Schumpeter veio a dar uma explicação mais robusta para os momentos de declínio da atividade econômica, até então justificados pelas variações de colheita, pela população e até por atividades solares.

Para Heilbroner (1996), o empreendedor de Schumpeter está mais próximo de uma figura romântica, um modelo de cavaleiro errante não absorvido pelo sistema. Esse cavaleiro, o empreendedor, não sendo um burguês, aspira a sê-lo e, procurando realizar sua aspiração, dá vida à sociedade.

O tratamento dado ao empreendedor pelo autor é verdadeiramente distinto, na medida em que não só admite a idéia de crédito para ele, como também idealiza a figura do *banco de desenvolvimento* para dar suporte às suas iniciativas, já que, sendo inovações, não contariam com recursos preexistentes que as financiassem. Ao mesmo tempo defende a idéia de que ninguém mais precisaria de crédito, que, em essência, é um instrumento de desenvolvimento.

Para Schumpeter, o capital figura como um “agente especial” cujo único propósito é financiar a inovação, principalmente da indústria, na qual se baseia seu modelo de desenvolvimento (COSTA, 1997).

Assim como é romântico com relação ao empreendedor, o autor adota uma postura pouco crítica em relação aos banqueiros, talvez em razão de sua experiência pessoal no segmento.

Ele [o banqueiro] se coloca entre os que desejam formar combinações novas e os possuidores dos meios produtivos. Ele é essencialmente um fenômeno do desenvolvimento, embora apenas quando nenhuma autoridade central dirige o processo social. Ele torna possível a realização de novas combinações, autoriza as pessoas, por assim dizer, em nome da sociedade, a formá-las. É o éforo da economia de trocas (SCHUMPETER 1996, p. 83).

Já o consumidor, na situação de mudança do fluxo, seria induzido pelo produtor a adotar os hábitos que fossem convenientes à transformação pretendida.

[...] é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. Portanto, apesar de ser permissível e até necessário considerar as necessidades dos consumidores como uma força independente, e, de fato, fundamental na teoria do fluxo circular, devemos tomar uma atitude diferente quando analisamos a mudança (SCHUMPETER, 1996, p. 76).

3.2.6 Schumpeter x Marx

A visão de desenvolvimento defendida por Schumpeter encontra amparo na visão de Karl Marx, na medida em que este considera desenvolvimento como decorrência de uma mudança dialética e de um desequilíbrio auto-induzido.

Na verdade, Schumpeter demonstrou toda uma tendência socialista, embora defendesse a viabilidade do que ele chamava de *capitalismo plausível*: [...] *um modelo planejado de um sistema econômico que é acompanhado por um processo de contínuo crescimento e auto-renovação* (HEILBRONER, 1996, p. 280).

Schumpeter não abraça a idéia da luta de classes, mas considera a possível ascensão de um empreendedor, na figura do novo-rico, aos estratos superiores da sociedade, que para ele são como vagas num hotel de luxo. Elas sempre existem, mas estão sempre sendo ocupadas por diferentes pessoas.

Essa posição constitui uma contradição no pensamento do autor, uma vez que considera as dimensões sociológicas contempladas pelas conquistas no campo econômico, o que a história provou não ser uma verdade.

A percepção schumpeteriana reveste-se de uma benevolência de duplo sentido, visto que busca uma aproximação entre o capitalismo e o socialismo, sendo o primeiro idealizado de forma menos racionalista e agressiva, e o segundo, de forma benigna. *É que o capitalismo, como qualquer outro sistema social, não vive só de pão. Ele requer uma fé; neste caso fé nas virtudes e valores da civilização que o capitalismo produz e que por sua vez produzem o capitalismo* (HEILBRONER, 1996, p. 277).

Ao mesmo tempo em que foi bem sucedido na sua estimativa de crescimento da burocracia nos negócios, Schumpeter falhou ao imaginar que grandes organizações viessem a adotar comportamentos menos agressivos quanto à expansão capitalista.

A visão schumpeteriana de desenvolvimento é, antes de tudo, elitista. Para ele, as transformações sociais se dão por efeito das ações das elites minoritárias sobre uma maioria social inerte. Reside aí uma contrariedade ao pensamento de Marx, uma vez que, na visão de Schumpeter, o grande número de proletários os forçaria a permanecer na faixa dos seres humanos “normais” e não na de uma elite capaz de provocar e conduzir uma revolução.

Essa visão de Schumpeter o distancia do socialismo, tendo em vista que ele acreditava na necessidade das elites na condução da sociedade. Isso só se poderia dar pela manutenção, pela recondução ou ascensão de novas elites na sociedade pós-revolucionária.

Há, no entanto, algo de democrático no conceito de elite de Schumpeter, dado que tal conceito não se vincula às questões de ascendência, mas às questões de intelecto e vontade, ou seja, é também o império do mérito (SCHUMPETER, 1996).

3.2.7 Schumpeter: além da Economia

A característica marcante do pensamento de Schumpeter, que se alinha com o propósito deste trabalho, é que sua argumentação não se restringe a prognósticos econômicos. Mais que isso, suas considerações enveredam pelo campo social e político, uma vez que considera que os processos econômicos não são suficientes para, por si sós, determinar a ação do sistema (HEILBRONER, 1996).

Quando conseguimos achar uma relação causal definida entre dois fenômenos, nosso problema estará resolvido se aquilo que representou o papel “causal” for não-econômico. Teremos então realizado aquilo que nós, como economistas, somos capazes, e devemos dar lugar às outras disciplinas. Se, por outro lado, o próprio fator causal é de natureza econômica, devemos continuar em nosso esforço de explanação até que pousemos numa base não-econômica [...] Estamos sempre preocupados em descrever as formas gerais dos elos causais que ligam os dados econômicos aos não-econômicos. A experiência nos ensina que isso é possível (SCHUMPETER, 1996, p. 24).

[...]

Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica apenas pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente (SCHUMPETER, 1996, p. 70).

[...]

Pretenderíamos dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma, sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo a sua volta, e que as causas e portanto as explicações do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1996, p. 74).

A postura epistemológica de Schumpeter provavelmente decorreu de sua história de vida, uma vez que, embora pertencesse à aristocracia, teve experiências nos negócios e na política antes de se radicar na vida acadêmica.

Ainda que amparado por grande experiência, a contradição do pensamento do economista é evidente. Por um lado ele retrata o sistema econômico como um imutável fluxo circular e, ao mesmo tempo, caracteriza esse fluxo por um processo contínuo de transformação auto-induzida.

A essa contradição foram dadas duas interpretações: a primeira, do próprio Schumpeter, seria a de que o fluxo contínuo permitiria a mensuração do impacto de todo esforço do empreendedor no sistema como única fonte de lucros; a segunda, conforme Heilbroner (1996), repousa na idéia de que a interrupção do fluxo se daria por alguém de “fora”, ou seja, alguém talentoso, de uma elite não necessariamente capitalista, que fosse capaz de provocar uma ruptura sem que tivesse compromissos anteriores com o fluxo. Essa idéia desvincularia o desenvolvimento econômico do fluxo de capital.

3.3 CRESCIMENTO X DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para Clemente et al. (2000, p. 130), a

[...] parte polêmica em torno do conceito de desenvolvimento consiste na diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, conforme muitos autores, refere-se ao crescimento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento, à elevação do nível de vida da população.

Para Milone (2002, p. 514),

[...] por crescimento econômico entende-se o aumento contínuo do produto nacional em termos globais ou *per capita* ao longo do tempo. Este critério implica também uma melhor eficiência do sistema produtivo. E, por desenvolvimento econômico, “entendem-se, além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, as modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia.

Percebe-se que há uma correlação direta entre os aspectos quantitativos da economia e o crescimento, bem como entre os aspectos qualitativos e o desenvolvimento. Será essa a linha a ser adotada no presente trabalho.

Para Furtado (2000, p. 15), há dois planos explicativos nos quais opera a teoria do desenvolvimento econômico:

O primeiro – no qual predominam as formulações abstratas – compreende a análise do mecanismo propriamente dito do processo de crescimento, o que exige construção de modelos ou esquemas simplificados dos sistemas econômicos existentes, baseados em relações estáveis entre variáveis quantificáveis e consideradas relevantes. O segundo – que é o plano histórico – abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação de seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com uma realidade histórica.

É essa confrontação entre o modelo de desenvolvimento econômico prevalecente no município de Santa Maria de Jetibá, baseado no cooperativismo, e a realidade histórica percebida pelos formadores de opinião que este trabalho buscará atingir.

Sendo a problemática do desenvolvimento uma questão não exclusiva, mas intrinsecamente relacionada à Economia, é importante, se não fundamental, que sejam feitas algumas considerações à luz dessa ciência.

3.4 O PROCESSO ECONÔMICO E AS QUESTÕES-CHAVE DA ECONOMIA

A título de esclarecimento: a produção, que é a atividade econômica fundamental, tem como elementos constitutivos os fatores de produção – terra, trabalho, capital, capacidade tecnológica e capacidade empresarial. Seu emprego em atividades produtivas nos variados setores implica a geração de renda e produtos finais, sobre os quais são cobrados tributos. Esse seria, de forma simplificada, o processo econômico.

O parágrafo anterior não traduz a complexidade da dinâmica econômica. O fluxo do processo econômico encontra a mais variada sorte de interferências de ordem social, política, legal, ambiental, entre outras.

As interferências podem estimular ou desestimular o processo e envolvem uma ou mais daquilo que Rosseti (1997) intitula **Questões-chave da Economia**, quais sejam: eficiência produtiva, eficácia alocativa, justiça distributiva e ordenamento institucional.

E como a [...] *teoria do desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social* (FURTADO, 2000, p. 15), vale dissertar um pouco mais a respeito dessas questões-chave.

A eficiência produtiva está relacionada ao emprego dos fatores de produção, quaisquer que sejam eles, em qualquer que seja o nível de desenvolvimento da economia considerada. A importância dessa questão decorre da necessidade de adequação da disponibilidade de recursos, cada vez mais escassos, à satisfação das necessidades sociais, cada vez maiores.

O desejável quanto à eficiência produtiva é o pleno emprego dos fatores de produção, com ótimos padrões de desempenho e de organização do processo produtivo.

A eficácia alocativa decorre da melhor escolha dos bens e serviços que serão produzidos com base na escala de aspirações e prioridades do grupo social cujas necessidades se pretenda atender, de forma que, após satisfeitas as necessidades básicas daquela sociedade, os excedentes sejam destinados ao atendimento das demais necessidades.

A próxima questão-chave, a justiça distributiva, tem maior proximidade com o objeto deste trabalho, uma vez que a produção eficiente e eficazmente alocada subentende a justa distribuição de seu resultado, a boa repartição.

A relatividade do conceito de justiça na distribuição é um dos grandes impasses na tentativa de solução dessa questão, principalmente se forem consideradas as subjetividades envolvidas, diferentes em potencial, esforços e aspirações.

Fato é que existem dois extremos, a opulência e a miséria, entre os quais se devem equacionar os esforços de justiça. A idéia da plena igualdade encontra adeptos e contrários e, na contemporaneidade, cada vez mais se distancia da figura de um objetivo factível. Em contrapartida, disparidades muito grandes tendem a repercutir em problemas sociais que podem pôr em risco a estabilidade social e, por conseguinte, o processo produtivo.

O ordenamento institucional, como questão-chave, aproxima-se ainda mais do objeto deste trabalho, na medida em que está relacionado com as formas de arranjo social levadas a efeito para que a sociedade alcance seus objetivos quanto a produção, alocação e justa distribuição.

Variando entre os modelos de maior liberdade para os agentes econômicos e os de maior centralização, a questão de como os atores podem participar do processo econômico tem caminhado ao lado dos conceitos de “governança”, *que*

parecem surpreendentemente convergentes em alguns elementos de sua análise; destacaríamos três:

- em conceber a todos os que participam do processo de tomada e implementação de decisões como partes co-responsáveis; e a todos os que, ao fim e ao cabo, são alvo das decisões tomadas, como consumidores efetivamente demandantes, e não apenas como passivos clientes ou beneficiários;
- em conceber os processo de produção de recursos – sejam eles financeiros, organizacionais, humanos ou informacionais – como resultado de parcerias horizontais, intra e inter-organizacionais;
- em valorizar as estruturas descentralizadas e participativas, que integram os que tomam as decisões, os que as implementam e os que as acompanham (e/ou avaliam) em circuitos unificados por um processo de aprendizagem organizacionalmente dirigida (GUIMARÃES; MARTIN, 2001, p. 14, grifos nossos).

Nesse sentido, encontra eco o modelo de gestão cooperativista, em torno do qual se pretende discutir a questão do desenvolvimento do Município estudado.

3.5 CONDICIONANTES NÃO ECONÔMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA DE KOTLER

Embora as idéias que norteiam as questões de desenvolvimento passem, quase que invariavelmente, pela Economia, é uma percepção limitada a de que essa ciência possa esgotar as possibilidades de tratamento e compreensão de todas as variáveis que estão envolvidas na questão, bem como as de intervenção sobre elas.

Os fenômenos sociais envolvem complexas relações que imbricam questões de poder, interesses, percepções, culturas, entre outras, sendo, portanto, necessário que se adote uma perspectiva sistêmica que possibilite a compreensão desses fenômenos com a máxima abrangência possível.

A esse respeito Kotler et al. (1997) oferecem uma perspectiva adequada ao ponto de vista que se pretende defender. No livro *O marketing das nações*, os autores tratam da questão do desenvolvimento econômico pelo prisma da construção da visão e das [...] *macropolíticas da nação com uma sólida compreensão de como as organizações e os indivíduos se comportam e respondem a estímulos*.

A lógica desenvolvida por Kotler et al. será utilizada como referência, na medida em que possibilite rebatimentos que permitam sua utilização, engendrada para os níveis nacional, regional e local, sem perda de consistência ou exageros que desvirtuem o entendimento e a aplicabilidade de seu raciocínio.

3.5.1 Fatores de influência internacional no processo de desenvolvimento

Kotler et al. partem do princípio de que há um conjunto de forças e tendências que determinam discontinuidades nas relações internacionais e, portanto, afetam as nações de hoje.

A interdependência global é uma das principais características das relações internacionais na contemporaneidade. As diferenças econômicas e naturais entre países e regiões condicionam essa interdependência e possibilitam a criação de vantagens competitivas diferenciadas para cada ator ou conjunto deles.

O parque industrial, a quantidade de mão-de-obra, as reservas minerais, a capacidade tecnológica e o próprio tamanho do mercado constituem recursos que, sendo escassos para uns e abundantes para outros, se transformam em diferenciais que possibilitam alianças, mesmo entre economias diferentes quanto ao seu potencial, o que corrobora a interdependência.

Outro fator que tem exercido influência nas relações internacionais é o protecionismo e a criação de blocos econômicos.

Se, por um lado, a interdependência é inevitável e até estimulada, por outro, pressões de toda ordem são exercidas na defesa de interesses diversos. As barreiras tarifárias, ou seja, a taxação de importações, foram usadas por muito tempo para garantir reservas de mercado. Na atualidade, as barreiras não tarifárias constituem mais uma maneira de limitar determinadas transações internacionais.

Existem várias formas de barreiras não-tarifárias, que variam desde as exigências de licenciamento para importação, que podem ser aplicadas de maneira discriminatória, as cotas de importação, uma variedade de práticas de vigilância, quarentenas e exigências e normas arbitrárias e proibição sumária contra as exportações de um determinado país (KOTLER et al., 1997, p. 26).

A criação de blocos econômicos também pode estar entre as formas de protecionismo, tendo como referência a interdependência, que pode ser positiva ou negativa para os interesses regionais. Os blocos econômicos orientam-se para a aproximação ou o afastamento com determinados parceiros comerciais, conforme as carências ou potencialidades intra-regionais.

Num sentido amplo, os blocos econômicos podem comportar-se como sistemas fechados, nos quais as preferências intra-regionais sobrepujam as relações extra-regionais, acarretando prejuízos para o sistema econômico mundial como um todo. Há, portanto, a possibilidade de geração de uma série de *trade-offs* entre os interesses bilaterais, regionais e multilaterais do comércio internacional (KOTLER et al., 1997).

A capacidade de produção em escala global, facilitada pelos modernos arranjos logísticos e pela informática, e condicionada pela interdependência das economias, favoreceu a transnacionalização das empresas multinacionais. Essa é outra força ou tendência que tem influenciado as relações internacionais.

A transnacionalização das empresas, ou seja, o fato de não possuírem uma identificação nacional por ter seu capital mundialmente diluído, faz com que elas procurem instalar suas unidades produtivas nos países de custo mais reduzido, principalmente em relação à mão-de-obra.

A produção ocorreria, inicialmente, nos países de economias mais avançadas, como, por exemplo, nos Estados Unidos ou nos países da Comunidade Européia, mas os interesses empresariais deslocaram o eixo produtivo. Assim, em nome desses mesmos interesses empresariais, tais organizações, com influência em seu país de origem, podem também exercer influências sobre a economia de outros países em que operam.

Outro fator de impacto nas relações internacionais é o avanço acelerado da tecnologia. Tal fator promoveu o deslocamento da importância dada aos setores de grande acumulação de capital para os setores de acumulação de conhecimento.

A competição ganhou o plano cognitivo, de forma que a criação de produtos com alto valor agregado, baseados em tecnologias de ponta, constitui o maior diferencial em termos de vantagem competitiva. *Além disso, a tecnologia da informação não apenas reduz as barreiras culturais e alivia as desigualdades econômicas, mas também compensa disparidades intelectuais* (KOTLER et al., 1997, p. 29).

A facilitação do acesso à informação constitui um instrumento democratizador, o que pode resultar num redimensionamento das relações de poder no campo político-econômico.

Em contrapartida, política e tribalismo conflitantes vieram à tona com o fim da Guerra Fria, expondo antigas animosidades decorrentes de questões econômicas ou étnicas e culminando, muitas vezes, com situações de conflitos armados, como os registrados na antiga Iugoslávia e na antiga União Soviética.

Tais conflitos têm mobilizado a opinião pública internacional e, em alguns casos, requerido intervenções militares, atuando na lógica do ganho de importância de minorias étnicas como decorrência do [...] *Paradoxo Global: o sistema maior a serviço do protagonista menor* (NAISBITT, 1994).

A transformação dos padrões de importância suscitada por esses conflitos é mais um fator de influência nas relações internacionais.

Concluindo, mas não esgotando as principais forças e tendências que afetam as nações, há que se considerar o aumento das preocupações com o meio ambiente.

A crescente escassez de recursos naturais não renováveis e a poluição têm levado as nações a debates a respeito de leis que garantam a preservação da natureza.

Para a maioria das nações ricas, as leis de proteção ambiental trazem reflexos diretos na produção, elevando seus custos, enquanto, para as nações pobres, essas mesmas leis soam como óbices ao crescimento econômico (KOTLER et al., 1997).

Todos os países, sejam eles desenvolvidos ou não, padecem de uma sorte de problemas cuja origem repousa tanto no seu grau de desenvolvimento quanto, no contrário, no seu subdesenvolvimento.

Assim,

Muitas nações africanas deparam-se com problemas que variam de corrupção, escassez de alimentos e baixo índice de alfabetização e produtividade à AIDS e outras doenças e conflitos étnicos [enquanto] economias florescentes têm de gerenciar cuidadosamente seu crescimento para evitar os problemas já vivenciados no Ocidente – congestionamento incontrolável do tráfego e poluição do ar, favelas e trabalhadores sem cobertura de seguro ou previdência social e assim por diante (KOTLER et al., 1997, p. 18).

Esse fenômeno se reproduz na instância intranacional, em nível regional. As disparidades regionais brasileiras são uma prova disso.

3.5.2 Os problemas que assolam as nações

Kotler et al. dão destaque a quatro problemas que assolam as nações, quais sejam: baixo padrão de vida, crescimento demográfico, falta de empregos e deterioração da infra-estrutura.

Quanto à questão do padrão de vida, são inúmeros os exemplos de distanciamento entre as nações mais ricas e as mais pobres, distanciamento que vem aumentando com o aumento da industrialização e os progressos tecnológicos das economias centrais. Ao mesmo tempo, percebe-se, [...] *em cada nação separadamente, um grande e freqüente progressivo distanciamento entre ricos e pobres. Geralmente as diferenças em nível de renda são maiores nos países menos desenvolvidos que nos países industrializados* (KOTLER et al., 1997, p. 19).

A Tabela 7, a seguir, ilustra as disparidades entre as dez maiores economias, segundo dados do Banco Mundial.

Percebe-se que, embora o Brasil figure entre as dez maiores economias do mundo em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB), os demais indicadores não são tão auspiciosos.

A septuagésima posição no que tange ao PNB *per capita*, se comparada com a oitava posição geral, denota uma grande diluição desse indicador entre a população, ou seja, a produtividade por cidadão faz com que os números nacionais sejam menos positivos que em 69 outros países do mundo. Tal fato pode decorrer da carência tecnológica nacional, dos baixos níveis de educação, do baixo nível de renda, entre outros fatores.

Quanto ao saneamento, outro importante indicador do padrão de vida, nota-se que 26% da população urbana do Brasil não possui acesso ao saneamento básico, só perdendo para a China com 42% de sua população urbana nessa situação,

enquanto os demais países ou atendem a 100% de sua população com esses serviços, ou não mais registram esse indicador.

A proporção de analfabetismo adulto masculino, medido em apenas quatro dos países mais ricos, oferece mais um indicativo do baixo padrão de vida brasileiro, uma vez que representa 27% da população, enquanto a China, que vem em segundo lugar, conta com 9% da população adulta masculina em situação de analfabetismo.

Tabela 7: Proporção de analfabetismo entre as dez maiores economias

Classificação (1999)	Economia (PNB)	PNB (per capita)	Saneamento (*)	Analfabetismo (**)
1.º	Estados Unidos	8.º
2.º	Japão	6.º
3.º	Alemanha	13.º
4.º	França	21.º	100%	..
5.º	Reino Unido	22.º	100%	..
6.º	Itália	28.º	100%	1%
7.º	China	140.º	58%	9%
8.º	Brasil	70.º	74%	27%
9.º	Canadá	29.º
10.º	Espanha	40.º	100%	2%

Fonte: Banco Mundial, 2000/2001.

(*) Área urbana -1990-1996

(**) Adulto masculino

Quanto ao crescimento demográfico, mais uma vez a questão do desenvolvimento dá contornos diferenciados às nações, em relação ao seu grau de desenvolvimento.

As nações do Terceiro Mundo apresentam elevadas taxas de natalidade, o que as leva a arcar com o sustento de uma população economicamente inativa. Tal situação, combinada ao subdesenvolvimento, ocasiona, por exemplo, o trabalho infantil, o que, por sua vez, conspira contra o nível educacional da população no

futuro e implica mais subdesenvolvimento, ou seja, um círculo vicioso de consequências incalculáveis.

Em muitas economias centrais, o problema se apresenta de forma inversa, ou seja, o crescimento populacional está estagnado ou, em alguns casos, é negativo, o que acarreta o envelhecimento da população. Mais uma vez, uma população economicamente inativa, carecendo de maiores cuidados médicos e sociais, suscita a discussão sobre a geração de excedentes, por parte da população economicamente ativa, para seu sustento.

Os reflexos dessa tendência mundial podem ser avaliados, no caso brasileiro, conforme a citação abaixo:

Nos últimos 50 anos, a população brasileira ampliou-se de 51,8 milhões para 167,5 milhões, crescendo a uma taxa geométrica média da ordem de 2,3% ao ano, tendo atingido o seu ápice entre 1960 e 1970 quando o crescimento demográfico nacional ascendeu a 3,4% ao ano. Nos próximos 50 anos, a população brasileira deverá aumentar dos quase 170 milhões para 208,5 milhões, apresentando neste período entre 2000 e 2050 uma taxa média de crescimento geométrica em torno de 0,4% ao ano, muito distante, portanto, da média dos cinquenta anos anteriores.[...] Em consequência da queda da fecundidade, a participação relativa do grupo etário jovem (menores de 15 anos) declinou de 41,8%, em 1950, para 28,6%, em 2000 e, em contraposição, a fração da população adulta (entre 15 e 64 anos) ampliou de 55,7 para 66,0% e a população idosa (acima de 65 anos) mais do que duplicou a sua importância relativa, passando de 2,4%, em 1950, para 5,4%, em 2000. [...] Neste mesmo momento, o processo de envelhecimento da população brasileira assume contornos de movimento irreversível e configura-se como tendência de longo prazo da população brasileira.

As projeções da população brasileira por grupos de idade até 2050 mostram que, entre 2000 e 2050, a participação da população jovem continuará cadente, passando de 28,6% para 17,2%, enquanto ocorrerá um modesto declínio no peso da população adulta (de 66,0 para 64,4%) e todo o aumento concentrará na população idosa que ampliará a sua importância relativa de 5,4%, em 2000, para 18,4%, em 2050, intensificando sobremaneira o envelhecimento demográfico brasileiro (MOREIRA, 1997, p. 171).

Observa-se, portanto, que, quanto ao crescimento populacional, o Brasil se alinha com as economias centrais, embora ainda possua alguns indicadores distantes dessa realidade.

Os avanços tecnológicos têm sido determinantes, em relação ao nível de empregos. Se, por um lado, há ganhos de produtividade, por outro, o crescimento do nível de empregos não acompanha o crescimento econômico, o que gera o fenômeno denominado *crescimento sem emprego (jobless growth)*.

Em nível mundial, a Tabela 8 abaixo, que retrata a situação dos Sete Grandes no período de 1974 a 1991, corrobora a argumentação anterior.

Tabela 8: Taxas médias de crescimento interperíodos e de desemprego (1974/1991).

Economia	Produtividade 83-91/74-82	F. trabalho 83-91/74-82	Desemprego	
			74-82	83-91
Alemanha	1,69	0,81	3,54	7,39
Canadá	1,02	2,12	7,71	9,54
Estados Unidos	0,91	1,83	7,22	6,74
França	2,05	0,65	5,47	9,64
Itália	2,28	0,56	6,57	9,26
Inglaterra	1,96	0,77	5,29	8,98
Japão	2,79	1,17	2,01	2,51

Fonte: ALBAN, 1999, p. 205 (Adaptação).

O fenômeno que assolou as economias centrais nas décadas de 1970 e 1980 atingiu o Brasil na década de 1990, quando, após a abertura econômica do País, os segmentos produtivos se viram forçados a realizar reestruturações que, alterando as bases tecnológicas e humanas da produção, visavam aumentar a produtividade e, por conseguinte, a competitividade internacional dos produtos nacionais.

O inequívoco descompasso entre as variações dos índices do produto real e do emprego representa uma novidade no Brasil dos anos 90. Durante o ciclo de industrialização nacional, entre as décadas de 1930 e 1980, a evolução do emprego acompanhou, ainda que não no mesmo ritmo, a expansão do produto.

De fato, entre 1940 e 1989, para uma expansão média anual do Produto Interno Bruto de 7,5%, a ocupação total aumentou 2,0%, sendo de 5,4% a elevação do emprego assalariado com carteira assinada. Com isso, a produtividade total do trabalho (produto/ocupação total) cresceu a uma taxa média anual de 5,3%, enquanto a produtividade do trabalho assalariado formal (produto/emprego formal – produtividade parcial do trabalho) aumentou 2,0% ao ano.

Nos anos 90, o Produto Interno Bruto apresentou um desempenho menor, cerca de 2/3 inferior à variação média anual do período 1940/89. Com variação média anual do PIB de 2,2%, a ocupação total cresceu 1,5%, enquanto o emprego formal foi reduzido, em média, 1,2% ao ano (POCHMANN, 1999).

Tabela 9: Brasil - Taxas médias anuais de produtividade – 1940-1997 (em %).

Itens	1940/89	1989/92	1993/97	1989/97
PIB	7,49	-1,20	4,29	2,19
Emprego Formal (EF)	5,42	-2,73	-0,25	-1,16
PEA Ocupada (PO) *	2,06	1,91	1,20	1,47
Produtiv. Parcial (PIB/EF)	1,96	1,51	4,55	3,38
Produtiv. Total (PIB/PO)	5,32	-3,04	3,05	0,71

Fonte: FIBGE (MT), 1999

O problema da infra-estrutura é determinante para a geração de riqueza em qualquer parte do mundo.

De fato, a instalação ou expansão de negócios depende, cada vez mais, do suporte disponível em matéria de transporte e energia e, mais, de saúde, de educação, de segurança e de saneamento, para o negócio em si ou para os trabalhadores nele envolvidos.

A melhoria da infra-estrutura impacta não só o crescimento econômico, como também o padrão de vida.

No entanto,

As economias do Terceiro Mundo são vítimas de um círculo vicioso [...] Uma grave crise fiscal assola governos atormentados por gigantescos déficits orçamentários. Estes déficits advêm em parte da falência de empresas estatais, de aumentos mal calculados de gastos sociais e de um setor público demasiadamente inchado. Para sustentar os déficits, esses governos contraíram dívidas pesadas, o que os forçou a efetuar drásticos cortes nos investimentos, tanto na infra-estrutura física quanto na social (KOTLER et al., 1997, p. 23).

O círculo vicioso ao qual a citação se refere está esquematizado abaixo:

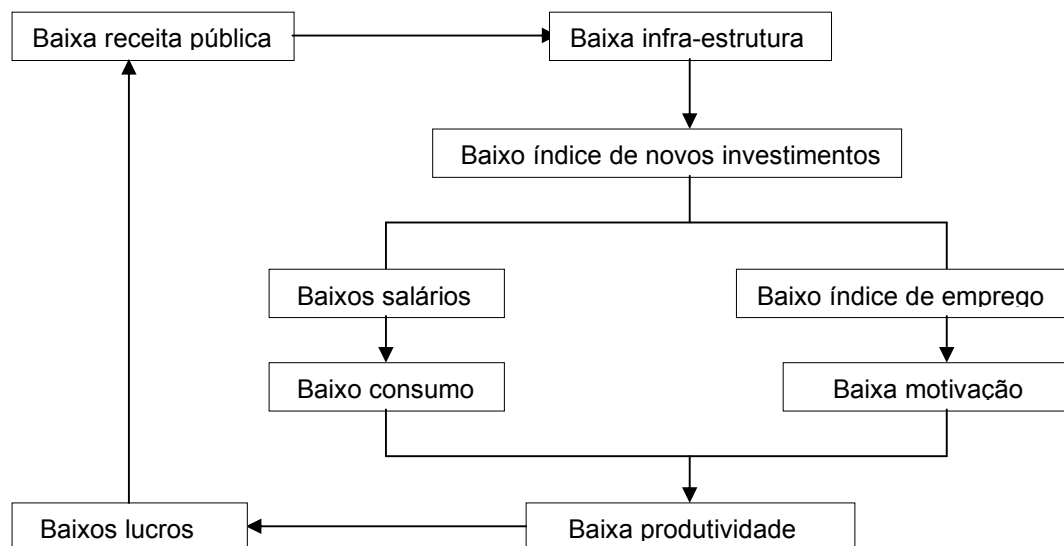


Figura 1: O ciclo vicioso da baixa produtividade
Fonte: KOTLER et al., 1997, p. 24.

O que se pretende transmitir com o esquema acima é a idéia de uma série de relações de causa e efeito que repercutem numa causação circular acumulativa, ou seja, a precariedade de infra-estrutura desestimula os investimentos, o que repercute numa baixa oferta de empregos e, por conseguinte, em baixos salários. Essas duas condições deprimem o potencial de consumo e a motivação dos

trabalhadores, influenciando negativamente em sua produtividade. Como a baixa produtividade prejudica os lucros, a arrecadação de impostos também é afetada e a receita pública tende a diminuir, o que reduz a capacidade de investimento do Governo, que é forçado a cortar os gastos, e o faz também na infra-estrutura, recomeçando o ciclo.

Diante dessa perspectiva, Kotler et al. propõem aquilo que será a idéia que permeará o presente trabalho:

O desenvolvimento econômico não é um problema que se presta apenas para ser modelado pelos economistas; fatores sociais, culturais e políticos também devem ser levados em consideração ao se chegar a um panorama geral do potencial de oportunidades de uma nação (KOTLER et al., 1997, p. 35).

Para analisar o desenvolvimento de forma abrangente, seria necessário considerar seus vários aspectos, entre os quais cabe destacar o econômico, o social, o político e o cultural (CLEMENTE, 2000, p. 130).

Um dos primeiros frutos do avanço da teoria do desenvolvimento está sendo uma percepção mais lúcida da história econômica. A significação dos fatores *não-econômicos*, bem como a importância do nível de *informação* dos agentes responsáveis pelas decisões estratégicas tornam-se cada vez mais evidentes (FURTADO, 2000, p. 9).

3.5.3 A perspectiva de Kotler na avaliação da riqueza nacional

Na defesa de seu argumento, Kotler et al. lembram que o aumento da quantidade de bens e serviços tem sido a estratégia básica dos responsáveis pelas políticas econômicas dos países na busca do crescimento da riqueza nacional.

Essa estratégia, no entanto, desconsidera a importância de fatores críticos para a avaliação da riqueza, no longo prazo, quais sejam:

1. Capital natural – o valor da terra, da água, dos minerais, da madeira e de outros recursos naturais.
2. Capital físico – o valor das máquinas, prédios e obras públicas.
3. Capital humano – o valor produtivo de seu povo.
4. Capital social – o valor das famílias, comunidades e várias organizações que compõem a sociedade (KOTLER et al., 1997, p. 31).

A consideração a esses fatores levou o Banco Mundial a redefinir o cálculo de riqueza. Com isso, a lógica anterior, baseada na renda *per capita*, deu lugar a um conceito ampliado, que objetiva tratar a riqueza como uma realidade tanto física quanto abstrata, na qual a sociedade é a detentora dos instrumentos para a busca de uma vida melhor.

Nesse novo cenário, é facilmente perceptível, conforme os dados apresentados a seguir, a mudança de posição dos países com a aplicação do novo método de cálculo.

A Tabela 10 deixa evidente que o novo cálculo, incluindo os capitais natural, físico, humano e social, rebaixa todos os países, exceto a Islândia, que manteve a sétima posição.

Tabela 10: Novo método de cálculo de riqueza e a mudança de posição dos países.

PAÍS	POSIÇÃO RELATIVA A	
	RENDA <i>PER CAPITA</i>	NOVO CÁLCULO
Luxemburgo	1.º	3.º
Suíça	2.º	4.º
Japão	3.º	5.º
Suécia	4.º	6.º
Dinamarca	5.º	10.º
Noruega	6.º	11.º
Islândia	7.º	7.º
Áustria	8.º	16.º
Estados Unidos	9.º	12.º
França	10.º	13.º

Fonte: KOTLER et al., 1997, p. 32 (Adaptação).

A relação de classificação, de acordo com o novo cálculo, apresenta em primeiro lugar a Austrália e, em segundo, o Canadá, que nem sequer aparecem entre os quinze primeiros na relação ordenada por renda *per capita*. Vê-se, portanto, o peso relativo dos capitais considerados.

A idéia anterior subjacente à do investimento nos capitais natural, físico, humano e social é a de que as nações desejam uma boa economia, uma boa sociedade e um bom processo político.

Mediante uma boa economia, espera-se reduzir, pelo crescimento do PNB, os níveis de pobreza, principalmente das parcelas mais pobres das sociedades, o que se dará por um alto nível de empregos e pela estabilidade econômica, sustentados por uma elevada competitividade internacional.

A boa sociedade é o ambiente que propicia o desenvolvimento dos indivíduos, das famílias e das organizações, além dos parâmetros de renda, e também de suas condições de saúde, de segurança, de educação. *O bem-estar de um país deve*

incluir, de alguma forma, medidas de sua saúde social (KOTLER et al., 1997, p. 33).

A saúde social pode ser posta em risco, se os objetivos individuais de elevar o nível de vida sob todos os aspectos não se alinharem com os objetivos da sociedade como um todo: coesão social, justiça, meio ambiente de boa qualidade, segurança e paz.

O bom processo político tem como principal elemento uma democracia plena, na qual os cidadãos possam deliberar sobre quem levarão ao poder, bem como sobre como e quando destituirão quem está no poder. Da mesma forma, um maior leque de opções socioeconômicas ratifica a existência de um bom processo político, ou seja, o aumento da riqueza deverá poder pressupor o usufruto de uma maior sorte de bens, serviços e opções de lazer.

Percebe-se até aqui um conjunto de fatores que, transcendendo à lógica econômica prevalecente para um bom número de estudiosos, políticos, organizações e governos, ampliou o horizonte de fatores incidentes sobre a questão do conceito de riqueza e sua geração.

Da análise proposta por Kotler et al. para a avaliação dos pontos fortes e fracos de uma nação é possível depreender os recursos inerentes às nações que devem ser alvo de atenção quando da concepção de propostas de desenvolvimento econômico.

Para os autores, os recursos de uma nação podem ser expressos por meio do seguinte diagrama:

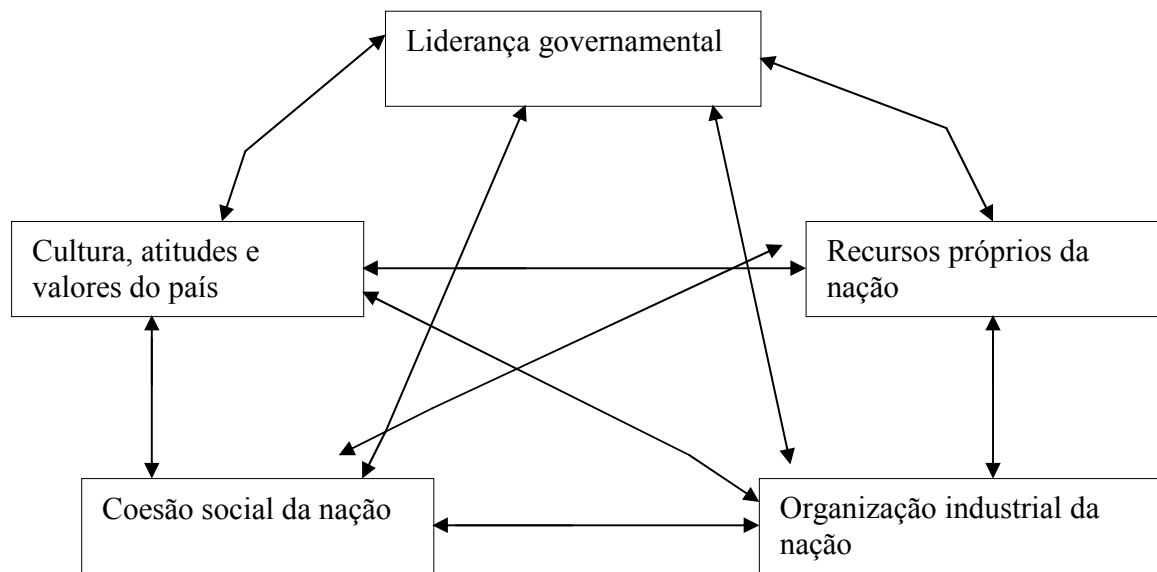


Figura 2: Interação dos recursos nacionais
Fonte: KOTLER et al., 1997, p. 112.

Vê-se, portanto, que a liderança governamental aparece no topo do diagrama dos recursos nacionais para geração de riqueza de uma nação. Vê-se também que o diagrama apresenta recursos, tais como cultura, atitude e valores do País, e coesão social que, combinados com as idéias do capital humano e capital social que figuram entre os fatores críticos para a avaliação da riqueza de uma nação corroboram a importância das condicionantes não econômicas no desenvolvimento.

3.6 O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Até o presente momento foi privilegiada a questão do desenvolvimento em seu aspecto histórico e macro. Não obstante tais considerações serem indispensáveis à plena compreensão da problemática, é o desenvolvimento em nível local o tema central dessa pesquisa.

Não se pode desconsiderar, no entanto, a necessidade de todos os possíveis rebatimentos do plano macro para as realidades locais, na medida em que é no somatório das iniciativas locais que o global se realiza.

A problemática do desenvolvimento local, como engrenagem componente dos mecanismos de desenvolvimento de caráter global, envolve, preliminarmente, dois aspectos. Em primeiro lugar, o caráter difuso das iniciativas, o que dificulta o reconhecimento, o alinhamento e, por conseguinte, o aproveitamento e incremento das possíveis sinergias entre os vetores de desenvolvimento. Em segundo lugar, a forte influência das subjetividades no processo, principalmente num ambiente institucional e politicamente frágil, propenso à centralização e ao autoritarismo, como no caso brasileiro, tudo associado à precarização das condições econômico-gerenciais do Estado.

A falência, considerada natural, do estado de poder (federal, estaduais e municipais) tem implicações diretas e efeitos sinérgicos [às mudanças políticas e tecnológicas] e incrementa a necessidade de construir uma base de discussão em relação a esses fatores, seus efeitos e caminhos de reação (CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001, p. 104).

Embora se possam reconhecer inúmeras iniciativas de melhora no perfil estatal do país, bem como uma sensível aproximação de diversos segmentos no sentido de se firmarem diálogos em prol da reação às grandes questões nacionais e regionais, há que se considerar que a defasagem é muito grande, resultado de um processo histórico de marcante desagregação e alienação social somadas à

repetida manipulação dos mecanismos institucionais em favor de interesses corporativistas.

Tais fatores, ao mesmo tempo em que fragilizam a democracia no País, desarticulam o poder de solução popular, coletiva e negociada, de relevantes questões de interesse social. Isso implica a não-existência de uma [...] *estratégia consensual que permita a determinação de prioridades e decisões políticas duradouras* (CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001, p. 105).

Para a construção de tal estratégia, faz-se necessária a consideração de três fatores: a globalização econômica, a regionalização social e a descentralização política, fundamentais para a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento.

Na perspectiva de Casarotto e Pires (2001, p. 107):

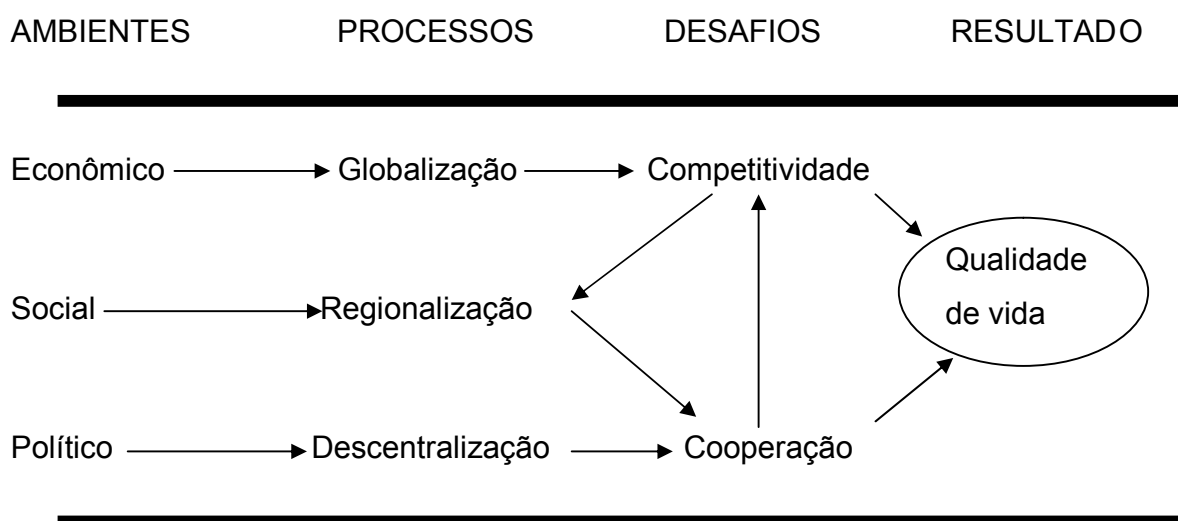


Figura 3: Processos e desafios para o desenvolvimento.

A interpretação do esquema acima leva à percepção de que, no aspecto econômico, a globalização tem imposto severa competitividade, o que se explica pelo maior alcance de produtos a diferenciados mercados, que permite ganhos de

escala a indústrias tecnologicamente avançadas e gerencialmente eficientes, conferindo-lhes vantagens que desequilibram o mercado.

No aspecto social, para fazer frente às empresas mais competitivas, além da opção por medidas protecionistas que porventura possam ser adotadas pelos governos, os arranjos regionais buscam as sinergias possíveis entre os atores locais, de forma a compensar eventuais atrasos ou ineficiências, com capacidade relacional que agregue valor às cadeias produtivas de forma a torná-las mais competitivas na defesa dos interesses regionais: é a regionalização.

No aspecto político, tende a ocorrer a descentralização e desverticalização das instituições e organizações, que agem como facilitadores da criação da rede relacional, colaborando para a cooperação entre os atores regionais e locais no sentido da facilitação das ações comuns. Os três processos são a sustentação das iniciativas alternativas que estão ocupando enorme espaço na discussão institucional, pública e social, e possibilitam uma nova articulação e projeção do processo de desenvolvimento (CASAROTTO; PIRES, 2001, p. 106).

Enfim, alcança-se a qualidade de vida, alvo prioritário do desenvolvimento econômico, através da competitividade facilitada pela cooperação. Nesse sentido, vale lembrar que a cooperação mencionada o é no sentido amplo, o que não exclui a hipótese, pelo contrário, induz à idéia, de que o modelo cooperativista de organização no sentido estrito ofereça vantagens competitivas necessárias às economias regionais e locais.

Nesse aspecto, a cultura social é determinante do processo de desenvolvimento, não como uma consequência, mas como um pressuposto (CASAROTTO; PIRES, 2001). É em razão desse fato que a questão do Capital Social, como fator potencialmente catalisador do processo de desenvolvimento, será tratada, neste trabalho, com maior detalhe em capítulo próprio.

Vale lembrar que perspectiva das três dimensões, econômica, política ou social, foi usada de forma análoga pelo autor da pesquisa, na introdução do trabalho, ao

agrupar os recursos da nação para fazer frente às oportunidades e ameaças em favor do desenvolvimento, na perspectiva de Kotler et al. (1997).

No nível operacional, Casarotto e Pires (2001) defendem a idéia de que a sensibilização dos atores regionais/locais pode ser realizada de três maneiras:

1. reuniões de conceitualização e sensibilização com todos os atores potencialmente envolvidos;
2. aumento da consolidação e representatividade das instituições presentes no cenário;
3. ataque a problemas regionais/locais emergentes, de forma a aumentar a capacidade de atratividade das ações e a agregação de atores.

Sensibilizados os atores, há a necessidade de criação de planos ou estratégias que ordenem os esforços no sentido do desenvolvimento, com vistas à consecução dos seguintes objetivos:

- Atacar aspectos emergenciais, evitando a degeneração e a desagregação social, cultural, política e econômica;
- Qualificar atores do processo de desenvolvimento;
- Identificar potencialidades locais/regionais;
- Promover qualidade, valorização e consciência da cultural local/regional;
- Abordar aspectos associativos das diferentes estâncias de poder e de representatividade social, criando mecanismos que evitem a fragmentação da representatividade civil;
- Propor alternativas para desenvolvimento e consolidação de pólos;
- Dotar o ambiente de um sistema de captação, gestão, análise e elaboração estratégica, por meio de informações confiáveis;
- Aumentar a extensão e a profundidade dos serviços sociais com estruturas locais e de exigências às instituições macrorregionais, de acordo com as determinações dos planos desenvolvidos;
- Garantir a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento;
- Construir um ambiente atrativo para investimentos dos atores econômicos locais e externos;
- Dotar a região e as empresas de capacidade de formular estratégias concorrenciais que permitam ampliar e conservar uma posição sustentável no mercado;
- Criar instrumentos comuns de determinação, da oferta da qualidade e da comercialização da produção;

- Promover coesão política de barganha em relação às estruturas macrorregionais para garantir que os investimentos estejam em sintonia com os planos locais/regionais (CASAROTTO; PIRES, 2001, p. 110-111).

Ao tratar da questão da potencialização dos microcomplexos produtivos, Amorim et al. (2002, p. 201) conceituam:

Trata-se de articular, com atores sociais das comunidades, fóruns setoriais de desenvolvimento, organismos fundamentais de discussão, geração de idéias, eleição de prioridades e calibragem da parceria entre os empreendedores locais [e o poder público].

Por exemplo:

- buscar sinergias entre as atividades locais;
 - criar grupos de trabalho com objetivos definidos;
 - viabilizar cooperativas de compra e venda para os bens produzidos na região;
 - buscar acordos de cooperação comercial e até mesmo técnica;
- e) influenciar, de acordo com estudos e critérios de desenvolvimento e bem-estar coletivo, a direção dos investimentos e das opções econômicas adotadas pelos empreendedores locais. Em outras palavras, ajudar, por meio de planejamento, a sustentabilidade das atividades, das ocupações e da renda gerada na comunidade.

Como se pode perceber, ambas as propostas trazem em seu bojo a idéia da cooperação, da busca pela qualidade de vida, a heterogeneidade dos atores, da criação de sinergias e da ampla participação no processo de planejamento do desenvolvimento.

Nesse sentido, no caso do Espírito Santo, Caliman (2002, p. 13) esclarece:

O processo de desenvolvimento recente tem apresentado mais fortemente a sua característica de desarmonia. A intensificação das desigualdades, o processo desarmonico do crescimento econômico e a globalização das relações econômicas têm feito surgir um outro fenômeno: a ruptura da governabilidade local. Essa ruptura faz reduzir a autonomia dos poderes locais em implementar políticas compensatórias. No caso específico do Espírito Santo, tudo indica que a ampliação das desigualdades regionais, sobretudo tomando como ponto de análise a macrorregião sul, também crescem as dificuldades dos governos estadual e municipal em lidar com fenômenos tão recentes e velozes em suas dinâmicas. Os tradicionais instrumentos de intervenção

estatal já não funcionam como no passado. Induzir o crescimento local tem-se tornado, assim, um desafio.

4 CAPITAL SOCIAL: EXPLORANDO O CONCEITO

4.1 O CAPITAL SOCIAL EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO

O processo de desenvolvimento econômico é de grande complexidade, e análises simplistas não possibilitam sua profunda compreensão. O que costumeiramente se faz é desconsiderar as dimensões políticas, culturais, de valores, o que tende a empobrecer as análises (IGLESIAS, 2000)

A receita tradicional para o crescimento e desenvolvimento econômico envolve fatores tais como o acúmulo de máquinas e equipamentos, infra-estrutura, tecnologia, educação e preparação técnica da mão-de-obra e, mais, boa gestão fiscal e monetária.

Experiências atuais têm mostrado a insuficiência desses fatores para o atingimento dos resultados desejados.

Embora todos aqueles itens estejam necessariamente presentes em qualquer processo sustentado de crescimento, percebe-se a necessidade de outro ou outros elementos que possam contribuir no processo, até porque os citados tendem a tornar-se disponíveis à medida que os planos econômicos vão sendo desenvolvidos com êxito.

Sendo assim, os sistemas financeiros passam a ser vistos como os provedores dos elementos que faltam à receita de sucesso das economias.

Os sistemas financeiros nacionais parecem um lugar óbvio para iniciar a busca do ingrediente original. Afinal, em todos os casos nacionais de êxito quanto ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, constatou-se a ocorrência de períodos prolongados durante os quais recursos financeiros, em condições adequadas de preço e quantidade, estiveram de um modo ou de outro disponíveis para a realização de investimentos cruciais, os quais puseram os países nas correspondentes trilhas de crescimento (CANUTO, 2000, p.83).

As experiências exitosas, analisadas por economistas e historiadores, levaram-nos a eleger as oportunidades emergentes, possibilitadas, entre outras coisas, por amplas relações internacionais, e os esforços estatais de financiamento e investimento, tudo isso consolidado por planos ou projetos nacionais ou regionais, como determinantes para tais êxitos.

A despeito de também constituírem elementos importantes, há, mais uma vez, uma insuficiência explicativa historicamente demonstrada, pois a existência de planos ou projetos nem sempre tem sido garantia de sustentabilidade e pleno êxito das economias.

Há que se considerar que a realização de tais planos ou projetos não se dá em condições [...] *de vazios históricos e institucionais em cada país. Na verdade, a herança e os arcabouços institucionais, nas diversas regiões, condicionaram fortemente o início e os desdobramentos dos processos* (CANUTO, 2000, p. 180).

A percepção da importância institucional é corroborada na apreciação do desempenho dos mecanismos jurídicos. A existência eficaz de tais mecanismos possibilita a criação de um clima de segurança no qual as relações contratuais podem dar-se num horizonte tanto de maior amplitude quanto de maior alcance no tempo. Essa condição possibilita maior eficiência da economia como um todo.

Esse “espírito” de credibilidade despertado pela eficácia dos mecanismos jurídicos possibilita o entendimento do conceito de Capital Social, na medida em que a presença

[...] de normas socialmente reconhecidas, sanções sociais e “relações de confiança” entre os agentes revela-se essencial para que as relações

econômicas floresçam além de limites familiares ou de vizinhança (geográfica ou cultural) [...]. É claro que de nada serviria essa idéia de capital social caso estivesse condenada a padecer de algum tipo de "determinismo cultural", segundo o qual os destinos das regiões estariam predeterminados a partir da herança cultural recebida. Contudo, a designação de "capital" já reflete sua interpretação como algo acumulável, passível de mudança no tempo, mesmo que de forma gradual e sem que já tenhamos, no atual estágio, clareza de como fazê-lo (CANUTO, 2000, p.91).

O conceito de Capital Social pode apresentar-se tanto no plano individual como no coletivo. Dessa forma, a rede de contatos de um indivíduo e seu grau de interação social sugerem determinadas relações, expectativas de reciprocidade e comportamentos confiáveis, enfim, melhoram suas possibilidades de eficácia. Nesse sentido, se extrapolado o conceito para todo o corpo social, o Capital Social pode melhorar a eficácia das sociedades (KLIKSBERG, 2000).

Para Kenneth Newton (1997), citado por Kliksberg (2000):

[...] o Capital Social pode ser visto como um fenômeno subjetivo, composto de valores e atitudes que influem em como as pessoas se relacionam entre si. Inclui confiança, normas de reciprocidade e valores que ajudam as pessoas a transcender relações conflitivas e competitivas para formar relações de cooperação e ajuda mútua.

Da mesma forma que a construção do Capital Social se dá na arena da política e das relações sociais é aí também que se dão os seus desgastes. A existência de casuísmos, de problemas éticos e de corrosão dos valores sociais vai pondo em risco a credibilidade de suas normas e sanções, manifestando a escassez de Capital Social ou sua diminuição.

A atenção aos componentes institucionais representa o abandono do "determinismo econômico" de muitas análises passadas, nas quais implicitamente supunha-se uma maleabilidade e acomodação das instituições em relação aos desígnios da acumulação de capital. Revela-se no mínimo essencial que as reformas institucionais sejam reconhecidas como ingredientes essenciais da receita de crescimento e desenvolvimento (CANUTO, 2000, 97).

É possível concluir que a essência do Capital Social é a participação. Não haverá qualquer clima de confiança ou cooperação sem que as pessoas estejam imbuídas da vontade de participar conjuntamente de um determinado processo.

A questão da participação comunitária no desenvolvimento econômico sempre foi alvo de controvérsias e suscetível a rotulações político-ideológicas. A atualidade tem mostrado essa possibilidade bastante palpável em contraposição aos que a classificavam como utopia (KLIKSBURG, 2000).

4.2 SEIS TESES SOBRE PARTICIPAÇÃO

A participação, num sentido amplo e de forma atualizada com as mais modernas práticas, pode ser influenciada por seis teses.

A primeira tese aponta para o fato de a participação apresentar resultados objetivos, ou seja, o exercício da participação surge como uma prática gerencial moderna e efetiva.

Entre outros, estudos do Banco Mundial, de 1994, dão conta de que em 121 projetos de abastecimento rural de água, financiados por aquela instituição, houve uma relação direta entre efetividade dos projetos e nível de participação das comunidades envolvidas (KLIKSBURG, 2000).

A segunda tese defende a idéia de que a participação tem vantagens comparativas, uma vez que fortalece grupos desfavorecidos, aumenta sua articulação e faz crescer sua confiança em sua própria capacidade. Tudo isso repercute nos custos dos projetos e garante sua sustentabilidade.

A terceira tese enquadra a participação social num contexto mais amplo, que se relaciona com a própria mudança de paradigmas de gerência no século XXI.

À medida que o modelo gerencial hierárquico dá lugar a modelos mais participativos, aumenta o clima de confiança do grupo, o que facilita o trabalho em equipe; aumenta a cooperação intra e intergrupar; aumenta a criatividade e, por conseguinte, o número de idéias aceitas; aumenta a auto-estima do grupo; distribui-se melhor o poder na equipe; percebem-se mais facilmente as melhoras de desempenho; dá-se maior atenção aos recursos humanos. Enfim, há um ganho generalizado de produtividade, que pode ser reproduzido nos projetos sociais.

A quarta tese abriga a idéia de que a participação enfrenta fortes resistências e interesses, uma vez que, pela sua própria lógica, não atende ao “eficientismo” de curto prazo.

Outro óbice à idéia de participação reside no exagerado apego à lógica econômica, por parte dos que ainda acreditam que a manipulação das variáveis econômicas possa dar todo suporte necessário às transformações pretendidas.

O predomínio da cultura organizativa formal como paradigma também infringe resistência à lógica participativa, que, não raras vezes, faz uso da heterodoxia e da flexibilidade na solução de problemas concretos. Essa cultura alimenta a subestimação dos socialmente menos privilegiados, o que é mais uma fonte de resistência à participação.

A subestimação das camadas inferiores da pirâmide econômica pode ser considerada causa ou consequência de outro fator de resistência: a possibilidade de manipulação da comunidade, o que interfere nas relações de poder e, portanto, na consecução de participação livre e isenta.

A quinta tese sugere a utilização de políticas e estratégias orgânicas e ativas para o exercício da participação, ou seja, a possibilidade de resistências objetivas ou subjetivas dificulta ao mesmo tempo em que impõe versatilidade ao processo participativo.

Essa tese denota o desenvolvimento de meios mais flexíveis e adequados às diversas realidades vividas, diferentemente da resposta formal e mecanicista usada no tradicional desenvolvimento de projetos.

A sexta tese propõe a participação, elemento intrínseco à natureza humana, ou seja, como animal social o ser humano carece de participação nos processos que o envolvem. A percepção do homem como mero objeto de quaisquer projetos deve, portanto, dar lugar à percepção do homem como sujeito das ações desenvolvidas no tecido social.

Por fim, o conceito de Capital Social não pode prescindir do conceito de participação, tanto no nível individual quanto no coletivo, com todas as suas implicações. Da mesma forma, a Democracia não existe sem participação.

Assim sendo, percebe-se um imbricamento marcante entre Capital Social e Democracia, o que leva à necessidade de se considerar a questão do desenvolvimento econômico à luz da política e de outros fatores de ordem subjetiva.

A menção do conceito de Capital Social no presente trabalho atém-se à necessidade de tornar mais perceptível a necessidade de participação nos diversos processos sociais, dos quais o processo de desenvolvimento não se isenta.

A idéia da adesão voluntária como princípio do cooperativismo pressupõe a idéia de participação na sua essência. Eis a razão da importância da discussão do modelo cooperativista de gestão no processo de desenvolvimento.

Como poderá ser visto nos próximos capítulos, o citado modelo materializa, na forma de organização administrada, o ímpeto participativo de pessoas na busca por soluções a problemas comuns.

Não obstante o potencial do modelo cooperativista de gestão, há que se atentar para outras circunstâncias que constituem o ambiente de tarefa das cooperativas.

O poder das subjetividades em sua ação isolada ou grupal faz diferença no cenário e não pode ser desconsiderado.

O relatório da pesquisa realizada com os formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá dará mostras do argumentado, no plano concreto.

5 O COOPERATIVISMO

5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não é novidade que as formas de organização humana têm sido fundamentais até para a sobrevivência da própria espécie. Desde os primórdios, o instinto, os costumes ou as necessidades deram contornos diferenciados aos grupos sociais e às suas formas de expressão.

O aumento da complexidade social deu contornos cada vez mais diversificados aos arranjos sociais, conforme o campo de expressão. Assim, historicamente, determinantes sociológicas, econômicas e políticas conferiram formas específicas às formas de expressão social em cada área.

No campo que interessa mais diretamente a este trabalho, o advento do sistema capitalista trouxe consigo o paradigma da competição individualizada como forma de sobrevivência no mundo dos negócios. As idéias da acumulação de riqueza deram novos contornos às relações humanas.

No extremo, a idéia de acumulação e os conflitos nas relações *capital x trabalho* suscitaram desigualdades marcantes entre diversos países do mundo e, mesmo nesses países, entre as diversas camadas sociais, o que tem conduzido os povos e governos a repensarem as condições nas quais se deram seus processos de desenvolvimento.

A coexistência da pobreza extrema e da fartura imensurável é resultante de muitos processos de desenvolvimento espalhados pelo mundo. Tal situação, além de pôr em xeque princípios éticos e religiosos, tem posto em risco a idéia de convívio pacífico entre as pessoas e a própria eficácia das leis, pilar fundamental da existência dos estados.

Essa condição leva a crescentes discussões sobre [...] *as idéias de participação, do entrosamento, do trabalho conjunto, onde a fraternidade e a vida para todos sejam essenciais* (RECH, 2000, p. 7).

Em face dessas discussões, o sistema cooperativista aparece como alternativa que procura resgatar a idéia de uma sociedade mais igualitária, indo ao encontro de um ponto essencial deste trabalho: a participação social no desenvolvimento.

Para explicar melhor as idéias do cooperativismo, serão apresentados, nas próximas páginas, aspectos dessa forma de organização, que interessam ao presente trabalho.

5.1.1 As origens do cooperativismo

A história do cooperativismo pode ser apreciada por dois pontos de vista, o organizacional e o filosófico.

Essa distinção é importante na medida em que, do ponto de vista filosófico, o cooperativismo remonta a épocas remotas, em várias civilizações diferentes.

A própria Bíblia, com os *Ágapes*, descritos no livro *Atos dos Apóstolos*, traz uma passagem que reflete essa idéia:

Ninguém considerava exclusivamente sua nenhuma das coisas que possuía, tudo porém, lhes era comum, pois nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras ou casas, vendendo-as, traziam os valores correspondentes, e depositavam aos pés dos apóstolos; então se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade (BÍBLIA, 1996)

Além disso, no antigo Egito, os *Grêmios*, que reuniam os agricultores escravos, com o incentivo do Estado; na Grécia, as *orglonas e tiasas*, que contavam com cidadãos livres e escravos para garantir enterros decentes; em Roma, os *colégios*, que reuniam carpinteiros e serralheiros, e as *sodalistas*, de caráter beneficente, para garantir enterros religiosos, são exemplos da prática da filosofia cooperativista. Da mesma forma, os Incas, com os *ayllus*, unidade social baseada no vínculo de sangue e no trabalho comum, e os Astecas, com os *calpulli*, destinados ao desenvolvimento das atividades agrícolas em comum (RECH, 2000, p. 9).

Não obstante esses marcos, a primeira cooperativa com existência documentada data de 1760 e surgiu como uma medida defensiva dos trabalhadores do estaleiro de Woolwich e Chatham, na Inglaterra, que, contra o alto preço do trigo praticado pelos donos de moinhos locais, fundaram seu próprio moinho.

Em 1793, quando a Inglaterra entrou em guerra com a França, o preço do trigo teve grande alta, o que fomentou o surgimento de diversas cooperativas de consumo (FONSECA; VEIGA, 2001).

Já a primeira cooperativa, formalizada em moldes próximos aos que conhecemos hoje, foi uma cooperativa de consumo que data do século XIX, precisamente em 1844, quando, em Rochdale, na Inglaterra, um grupo de 28 trabalhadores,

principalmente tecelões, se reuniram, cada um com uma libra, para comprar gêneros de primeira necessidade e reagir economicamente às imposições dos comerciantes da época. Tudo [...] *com o intuito da autopreservação no sistema produtivo e também visando à melhoria de sua situação econômica através da união dos esforços em prol dos mesmos objetivos* (RIOS , 1998, p. 15).

Após 35 anos de sua fundação, a cooperativa dos pioneiros de Rochdale já contava com 10.427 membros e havia multiplicado seu capital inicial por mil (FONSECA; VEIGA, 2001).

Uma explicação possível para a prosperidade daquela cooperativa, bem como o fator que a diferenciava das demais, foi a formulação de um conjunto de princípios que regeriam sua maneira de se organizar e agir.

Em síntese, propunham alcançar:

[...]

- a formação de um capital para a emancipação econômica do proletariado, mediante economia realizada sobre a compra em comum de gêneros alimentícios;
- construção de casas para [...] alojamentos a preço de custo;
- educação e luta contra o alcoolismo;
- cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos, nos quais a produção e a repartição seriam organizadas, e multiplicação desses núcleos (FONSECA; VEIGA, 2001, p. 20).

Percebe-se que o discurso daquela sociedade abrangia um amplo espectro, não se atendo somente aos aspectos financeiros e econômicos de seu negócio.

Além disso, seu estatuto contemplava a participação democrática dos associados, por meio de eleições da diretoria, da livre adesão e desligamento e do igualitarismo de tratamento aos associados.

A limitação da cobrança de juros, a destinação de parte dos resultados à educação e a preocupação da manutenção dos associados dentro de suas possibilidades orçamentárias, bem como a preocupação com a qualidade dos

produtos vendidos e a neutralidade política e religiosa refletiam as dimensões sociais daquele empreendimento.

O êxito social e financeiro da cooperativa de Rochdale refletiu de tal forma na Europa, [...] *que, em 1881, já existiam cerca de mil sociedades e 550 mil associados* (FONSECA; VEIGA, 2001, p. 22).

5.1.2 Valores e princípios cooperativistas

Desde o início de suas atividades, os pioneiros de Rochdale mantiveram-se atentos às idéias essenciais de sua iniciativa. Assim, sem perder o foco de seu empreendimento, eles estabeleceram um conjunto de princípios que orientariam suas ações.

Conforme citado por Crúzio (2001, p. 25), os princípios iniciais eram:

- livre adesão e saída de seus associados;
- democracia nos direitos e deveres dos associados;
- compras e vendas à vista na cooperativa;
- juro limitado ao capital investido;
- retorno proporcional;
- operação com terceiros;
- formação intelectual dos associados;
- devolução desinteressada dos ativos líquidos.

Encontros da Aliança Cooperativa Internacional, realizados em Paris (1932), Viena (1966), Tóquio (1992) e Manchester (1995), colaboraram para o processo de desenvolvimento desses princípios e culminaram, no último encontro, com a declaração dos valores cooperativistas, citados por Rech (2000):

As cooperativas se baseiam nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seguindo a tradição de seus fundadores, seus membros acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos demais integrantes.

Merece destaque a referência à *responsabilidade social*, citada entre os valores, um conceito moderno que vai ao encontro da idéia central deste trabalho.

Do último encontro, resultou ainda a revisão dos princípios originais, que se transformaram no que Crúzio (2001, p. 26) cita:

- Adesão voluntária e livre;
- Controle democrático pelos Sócios;
- Participação econômica dos Sócios;
- Autonomia e Independência;
- Educação, Treinamento e Informação;
- Cooperação entre Cooperativas;
- Preocupação com a comunidade

Uma vez que a idéia de participação subjaz à de cooperativismo, interessa especificamente ao presente trabalho o último dos princípios, *preocupação com a comunidade*.

Para Ricciardi e Jenkins (2000, p. 61) [...] *as cooperativas devem trabalhar pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus associados*.

Da mesma forma, as [...] *cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, Estado e país, através de políticas aprovadas por seus membros* (FONSECA; VEIGA, 2001, p. 46).

Rech (2000) também defende a idéia de que o objetivo principal da cooperativa é beneficiar os seus associados, mas sempre na perspectiva de melhorar as condições de toda a comunidade.

Diante do exposto, fica evidente que diversas perspectivas relacionam as ações das cooperativas às questões do desenvolvimento local, o que, da mesma forma

que a questão da *responsabilidade social* na declaração de valores do cooperativismo, amplia o espectro de ação da cooperativa e sugerem a necessidade de uma análise também ampliada de sua expressão social.

5.1.3 Diferentes percepções do cooperativismo

Na medida em que lida com o paradigma econômico e com toda sorte de influências que este tem sobre o cotidiano do homem, o modelo de gestão cooperativista é alvo das mais variadas interpretações.

As percepções filosóficas, sociológicas e econômicas incidem de maneira importante nas interpretações realizadas.

A maior ou menor qualificação do observador em determinado campo do conhecimento, o que redundará em maior ou menor capacidade de análise; a posição que ocupa diante do modelo, se é participante, estudioso ou influenciado; o modelo mental prevalecente no esforço de análise, que determinará seu nível de isenção; enfim, todo um conjunto de fatores contribui para a formação de um conjunto de visões, às vezes equivocadas, sobre o cooperativismo.

Num sentido amplo, Rech (2000) defende a idéia de que o cooperativismo possa ser observado por dois pontos de vista, o socialista e o capitalista.

Na perspectiva do autor, [...] *os chamados socialistas utópicos entendiam a cooperativa como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social* (RECH, 2000, p. 10).

A idéia desses pensadores, entre eles, Owen, Fourier e Lassalle, citados por Rech (2000, p. 10), seria a de fazer do modelo de gestão cooperativista um instrumento

de contraposição ao capitalismo, cujo processo de emergência nos meados do século XIX deu margem a uma série de conflitos de interesses entre as classes proprietárias e operárias. Para eles, o cooperativismo seria uma etapa para se alcançar o socialismo.

Ainda entre os *socialistas utópicos*, Charles Gide defendia a idéia de uma *República cooperativa* na qual todos os segmentos da economia se organizariam por meio de cooperativas, o consumidor seria o soberano e as relações de trabalho seriam mediadas pelas próprias cooperativas.

A história mostrou que, mesmo em países onde a idéia socialista foi adotada como opção prioritária, como na China e na União Soviética, as cooperativas não foram adotadas na sua integralidade, com foco na participação do trabalhador, mas, sim, como modo de organização complementar da produção, nos locais onde a centralização estatal, conduzida pelo partido, não era capaz alcançar ou não era suficiente (RECH, 2000).

Na perspectiva capitalista, os *liberais e os fisiocratas* entendiam o cooperativismo como um instrumento de correção ao capitalismo.

A cooperativa, sendo colocada como fator intermediário entre o pensamento liberal e o socialista, surgia como elemento de intervenção no mesmo plano em que operava a Igreja, o Estado, a Família.

Essa perspectiva encontrou mais eco que a anterior, e hoje as cooperativas representam importante segmento da economia capitalista, embora [...] *setores progressistas, seja na área sindical, como na político-partidária, talvez por total desconhecimento, [seja] contra iniciativas cooperativistas* (RECH, 2000, p. 17).

Não se pode negar, no entanto, que a absorção do cooperativismo pela economia capitalista tenha “contaminado” o primeiro, principalmente em razão dos imperativos de produtividade e de competitividade.

Ainda do prisma das múltiplas interpretações, Rios (1998) apresenta um conjunto de visões que demonstram as possibilidades de deturpação, das quais o cooperativismo pode ser alvo:

1. **Visão Utópica:** A despeito da grande representatividade do modelo cooperativista no mundo, que pode ser representada pelos milhões de pessoas que envolvem e o grande volume de recursos que movimenta, ainda há os que o vêem como algo ideal, mas inalcançável.
2. **Visão Comunista:** Essa visão confunde o *princípio da igualdade* do cooperativismo com totalidade igualitária do comunismo. No cooperativismo, é defendida a idéia de tratamento igual por parte do sistema a todos os cooperados, e não a igualdade de propriedade por parte de todos os cooperados, o que seria a idéia comunista.
3. **Visão Socialista:** O cooperativismo não procura padronizar os procedimentos dos cooperados, nem os obriga a manter-se sob as regras do sistema, também não “estatiza” sua produção, o que indicaria uma iniciativa socialista.
4. **Visão Oportunista:** A ação de pessoas desonestas que percebem o poder de convencimento do discurso cooperativista tem provocado abalos ao modelo. No entanto, é bom lembrar que a possibilidade de utilização do modelo cooperativista para a prática de fraudes não o inviabiliza, da mesma forma que não inviabilizou qualquer outro que tenha sido usado com propósitos escusos.
5. **Visão Romântica:** Diante de um quadro de histórica instabilidade econômica, de exagerada intervenção ou abandono do governo em alguns segmentos da economia, o modelo de gestão cooperativista não raras vezes é percebido como uma reunião de “vitimizados” pelo sistema, o que provoca a passividade à espera de dias melhores.

6. **Visão Marxista:** Embora os cooperados representem um conjunto de pessoas ligadas pelos mesmos interesses, isso não significa uma contenda ideológica entre classes, na medida em que o Estado, por exemplo, promova uma intermediação harmoniosa entre partes com interesses conflitantes.
7. **Visão Paternalista:** De forma análoga à da *Visão Romântica*, há os que acreditam que a cooperativa deve exercer a figura de provedor para o cooperativado. Nesses termos, prevalece o imobilismo e a passividade dos que esperam que a sua suposta importância seja reconhecida e que um ente superior solucione os problemas de produtividade e competitividade que nem mesmo o cooperativado quer reconhecer.
8. **Visão Mercantilista:** A percepção equivocada por parte dos dirigentes da cooperativa e a desatenção aos princípios cooperativistas podem induzi-los a dividir a atenção a seu negócio essencial com outras atividades, fazendo com que o leque de ambientes competitivos da cooperativa cresça sem que possa progredir nos diversos ambientes da mesma forma, o que pode redundar na ruína de todos.
9. **Visão Piedosa:** A perspectiva social da cooperativa não deve ser confundida com uma perspectiva assistencialista. Embora a solução de problemas comuns esteja na essência do cooperativismo, a perspectiva econômica não pode deixar de referenciar a condução do negócio. Assim sendo, a atenção ao mercado e às exigências da sobrevivência e prosperidade do negócio não podem ser substituídas pela filantropia.

5.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

No Brasil, as mudanças sociais do fim do século XIX, como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, criaram um clima propício para uma variada agenda de discussões no campo social. O cooperativismo começou a ser discutido nesse período.

As primeiras cooperativas brasileiras foram fundadas a partir de 1887. A primeira delas foi a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP). A partir daí começou a proliferação das cooperativas de consumo nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 1902, surgiu em Nova Petrópolis (RS), por inspiração de um padre jesuíta suíço, Theodor Amstadt, a primeira cooperativa de crédito de que se tem notícia no Brasil.

Merece destaque, o surgimento da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), que teve ampla atuação na área social até a década de 60.

A Coopfer atuou na área de pecúlios, de saúde, de educação básica, secundária e técnica, de prestação de serviços, de construção civil e de alimentação, provendo assim as necessidades básicas de seus cerca de 18 mil cooperados.

Na década de 1960, fatores tais como a entrada de grandes supermercados, a volta da cobrança do ICMS e a supressão de outras isenções tributárias provocaram grande impacto nas cooperativas de crédito, que tiveram seu número reduzido para menos de 10% do total (FONSECA; VEIGA, 2001).

Do ponto de vista legal, as cooperativas não tiveram personalidade jurídica própria até a década de 30, quando Getúlio Vargas promulgou um Decreto que deu a elas amplas liberdades de constituição e funcionamento. Tendo sido revogado por duas vezes, esse Decreto vigorou até 1966, quando o regime militar centralizou e

estatizou o cooperativismo no Brasil, e só se encerrou em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que vedou a participação estatal e definiu a autogestão das cooperativas.

Em 1971, o governo Médici publicou o Decreto-Lei n.º 5.764, que regula o funcionamento das cooperativas, em vigor até hoje, embora contrarie preceitos constitucionais.

Para Rech (2000, p. 20):

A Lei 5.764/71, feita pelos militares, impôs uma estrutura muito rígida na organização das cooperativas e, ao contrário de permitir o desenvolvimento do modelo cooperativista, acabou por impor tantos limites que tornou difícil a sua constituição e funcionamento. De modo geral, os instrumentos existentes na legislação brasileira, que regulam a vida de nossas cooperativas são de procedência conservadora e têm nítida influência neofascista.

Na perspectiva de Fonseca e Veiga (2001, p. 29):

Hoje o cooperativismo no Brasil vive enorme desenvolvimento. Existe, por um lado, o cooperativismo *oficial*, mais ou menos ligado a agências governamentais e de iniciativas de grande e médio porte, que não respeitam os princípios do cooperativismo, agindo na prática como empresas capitalistas. Por outro lado, existem inúmeras iniciativas voltadas para a construção de cooperativas autogestionárias, que realizam intercâmbios solidários e se esforçam para a construção de redes de economia solidária.

Percebe-se que o perfil do sistema cooperativista brasileiro é contraditório na medida em que ainda sofre as influências de um Estado interventor, o que desfavorece a idéia da participação coletiva para a solução de problemas comuns, essência do modelo cooperativista.

6 O CASO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

6.1 OS POMERANOS, SUA ORIGEM, SUA HISTÓRIA

Entender a lógica do Município e do cooperativismo em Santa Maria de Jetibá, seu funcionamento e potencial requer o entendimento da lógica de seu povo, do seu comportamento e dos modelos mentais prevalentes. Tal entendimento passa necessariamente pela compreensão da dinâmica de formação do Município.

Vários fatores contribuem para a formação do perfil de um povo. Questões de ordem histórica, geográfica, religiosa, cultural e política não podem ser desconsideradas nas análises mais atentas. Assim ocorre neste esforço analítico do modelo de desenvolvimento de Santa Maria de Jetibá.

Nesse sentido, uma breve recuperação das origens do povo pomerano, base da formação étnica da população de Santa Maria de Jetibá, surge como fator essencial para este estudo. Para tal fim, Rölke (1996) mostra-se bastante útil e abrangente.

Resultado de uma ampla pesquisa, a obra do autor relata as origens, formação e características da Pomerânia e de seu povo.

A Pomerânia, região da Europa localizada ao sul do Mar Báltico, ocupava uma área que hoje é fronteira entre a Alemanha e a Polônia. Tinha uma extensão de 38.409 km², área um pouco menor que a do estado do Espírito Santo.

A ocupação desse território data de 175 d.C., quando os povos germânicos, afugentados por outros mais poderosos, como os hunos, ou em busca de mais

espaço para cultivo, começaram a realizar viagens migratórias em direção ao sul, ao mar Mediterrâneo.

O vazio demográfico resultante foi aos poucos sendo preenchido por povos eslavos vindos do leste e do sul, entre eles os russos, os poloneses e o *wendes*.

Os *wendes* foram determinantes na história da Pomerânia, uma vez que foram eles que deram nome à região (Pomerânia vem de PO MORGE, ou terra perto do mar) e, abandonando os costumes nômades, ali se fixaram, criando pequenas vilas, trabalhando a terra em conjunto e formando colônias. Percebe-se aí uma tendência natural do povo pomerano às ações coletivas.

Segundo Rölke (1996, p. 9), relatos de viajantes alemães e dinamarqueses classificavam os *wendes* como um povo hospitaleiro, perseverante, que se contentava com pouco e era amante da liberdade.

As dificuldades naturais da região levavam o povo a preferir o nascimento de meninos ao de meninas, o que, em alguns casos, podia representar a morte da menina ao nascer.

Geograficamente, a Pomerânia era dividida em Ocidental e Oriental, conforme se estivesse a oeste ou a leste da cidade de *Stettin*, sua capital. Tal divisão é importante para a compreensão da problemática dos habitantes de Santa Maria de Jetibá e dos reflexos que isso trouxe para o Espírito Santo.

A Pomerânia Ocidental era bastante fértil, sendo cultivada de maneira intensiva com trigo, cevada, beterraba açucareira, frutas, legumes e tabaco, além de contar com bosques e pastagens. Já a Pomerânia Oriental, com seu solo arenoso, limitava a cultura ao plantio da batata inglesa e do centeio.

A topografia permitia a construção de portos maiores do lado ocidental, enquanto o oriental contava com apenas um porto de maior expressão.

Também as diferenças climáticas favoreciam a banda ocidental com uma boa distribuição das estações do ano, enquanto no lado oriental não mais que cinco

meses do ano eram úteis ao cultivo dos produtos mais importantes à sobrevivência nos meses de inverno, o que impunha dificuldades de sobrevivência à população oriental.

Essa questão é relevante, tendo em vista que a maioria dos pomeranos que vieram para o Espírito Santo a partir de 1859 era oriunda da Pomerânia Oriental, portanto, desde sempre vivenciaram as vicissitudes impostas pela natureza.

As diferenças geográficas preservaram uma característica percebida pelo povo da região: tanto os penhascos de calcário a oeste quanto as dunas a leste ofereciam um contraste entre a cor branca e a cor azul do céu e do mar da região. Tal contraste viria a inspirar os idealizadores da bandeira da Pomerânia, que privilegiaram o azul celeste e o branco.

Essas particularidades influenciaram a arquitetura dos colonos pomeranos no Espírito Santo, cujas casas obedeciam a um mesmo estilo arquitetônico, marcado pela cor branca na pintura das paredes e pela azul na das janelas e portas, conforme se vê até hoje na região rural de Santa Maria de Jetibá. Da mesma forma, a bandeira do Município foi idealizada nessas duas cores.

Uma vez que eram férteis e promissoras, as terras da Pomerânia Ocidental foram alvo da cobiça de alemães, noruegueses, dinamarqueses e poloneses, cujos constantes ataques forçaram os menos favorecidos a procurar abrigo e proteção com as famílias mais poderosas.

Foram várias as tentativas de invasão e domínio da Pomerânia entre os séculos VIII e XII. No entanto, embora tenham provocado grandes prejuízos à população, todas foram mal sucedidas.

Sabe-se que no século XII aconteceram 22 guerras em solo da Pomerânia Ocidental: contra dinamarqueses, vindos pelo Mar Báltico, e, espaçadamente, contra poloneses, vindos do sul. Isto significa que neste século, a cada quatro anos e meio, os pomeranos tiveram que, de uma forma ou de outra, sustentar uma guerra (RÖLKE, 1996, p. 15).

Diante da dificuldade de domínio militar dos *wendes*, os poloneses, a partir do século XI, deram início a um esforço de cristianização daquele povo. Para tal feito, o duque polonês Boleslav II designou o bispo Otto de Bamberg, que não encontrou reação do duque pomerano Wartislav.

Durante seus trabalhos, o bispo Otto de Bamberg edificou várias igrejas e batizou milhares de pomeranos, além de destruir o templo do deus principal dos *wendes*-pomeranos, Triglaw.

Provavelmente por receio do poder militar dos poloneses, os pomeranos aceitaram pacificamente a conversão, mas retornaram à sua fé original quando o bispo deixou a Pomerânia.

O interesse da Alemanha e da Polônia pela região da Pomerânia nunca deixou de existir. Quando Lotário da Saxônia, que já havia tentado anexar a Pomerânia, assumiu o reinado alemão, o duque polonês Boleslav II decidiu que era hora de invadir a região, antes que Lotário o fizesse.

Sabendo disso, o duque pomerano Wartislav procurou o bispo Otto de Bamberg e pediu-lhe que intercedesse pelo seu povo a seu amigo pessoal, Lotário. Assim, em 1128, o Bispo realizou outra viagem de cristianização à Pomerânia, desta vez para atender aos interesses alemães de expansão da cultura e do comércio e, ao mesmo tempo, garantir proteção militar à Pomerânia. Começou aí a dependência da Pomerânia em relação à Alemanha.

Houve também, naquele período, como decorrência da migração de colonos alemães para a Pomerânia, um processo denominado *Bauernlegen*, que consistia na ocupação e no confisco de pequenas propriedades, que foram substituídas por latifúndios, os feudos, – mais uma adversidade para aquele povo: a desigualdade institucionalizada.

Na Pomerânia, o feudo era uma grande propriedade rural, geralmente dividida em duas partes: uma do senhor, cultivada para ele pelos servos; a outra parte era dividida em faixas, para os servos. Em geral, estes só podiam trabalhar por dois dias por semana para si. Nos outros dias

tinham que trabalhar para o senhor feudal, na sua parte. Com o que trabalhavam para si, sustentavam a família e cumpriam as obrigações para com o senhor feudal. Dessas obrigações, fazia parte pagar a moagem dos cereais no moinho do senhor feudal, pagar a construção de estradas que levavam até o latifúndio, pagar o uso do forno coletivo para fazer pão, e outras (RÖLKE, 1996, p. 20).

Até 1400, a população pomerana já havia assimilado praticamente toda a cultura alemã, inclusive a língua. Entre 1348 e 1351, os pomeranos foram vítimas de uma peste, que dizimou um terço de sua população.

A manutenção da língua *wende* perdurou até o século XX, somente entre as mais antigas famílias da Pomerânia Oriental, que moravam nas regiões mais altas e isoladas e [...] *não [abriam] mão de um antigo costume wende: ricas e demoradas refeições com muita bebida!* (RÖLKE, 1996, p. 16), o que denota uma maior tendência ao tradicionalismo naquela região.

A questão do uso do álcool como fator de descontração permeava as práticas sociais pomeranas e se refletem na sociedade de Santa Maria de Jetibá até hoje.

No ano de 1588, é editado um hinário na língua wende e sabe-se que, até por volta de 1920, alguns pastores desta região ainda faziam suas pregações nos cultos em wende e alemão (RÖLKE, 1996, p. 16).

As práticas bilíngües (pomerano/português) ainda podem ser percebidas em Santa Maria de Jetibá, tanto em reuniões de associações quanto em assembléias de sindicatos.

A religião sempre foi reconhecida como fator determinante para a manutenção do poder na Pomerânia, principalmente em razão de sua organização e da religiosidade dos *wendes*-pomeranos.

Com a reforma protestante de Martin Lutero, a difusão da bíblia em linguagem popular foi uma das questões centrais. Como o alemão falado pelos pomeranos era o *baixo*, diferente, portanto, do *alto*, adotado na reforma, houve dificuldade de compreensão da bíblia proposta por Lutero, o que levou à tradução para o

pomerano da Primeira Ordem Eclesiástica Luterana. Denota-se aí um esforço de aproximação da Igreja Luterana, que mais tarde constituiria um diferencial na cultura pomerana.

Outro fator relevante para a consolidação da fé luterana entre os pomeranos foi a figura do introdutor da reforma da Igreja, em 1530, Johannes Bugenhagem, tratado pelo próprio Martim Lutero como *Doktor Pomeranus* e considerado por ele como seu professor. Bugenhagem foi incumbido pelo duque Bogislaw X de realizar o resgate da história do povo pomerano, obra denominada *Pomerânia*.

A introdução da fé luterana deu-se primeiro nas cidades, entre os burgueses descontentes com os privilégios concedidos ao clero da Igreja Católica, e, mais tarde, entre os nobres, que também não resistiram; ao contrário, aproveitando-se do sistema feudal prevalecente à época, colaboraram para sua difusão.

Esse episódio da história sugere uma intrínseca relação entre o poder político da Pomerânia e a fé luterana, relação que se enraizou na população e que perdura até os dias atuais, como se pode observar em Santa Maria de Jetibá.

Diz-se que na Pomerânia Ocidental a comunidade pode ter o melhor pastor possível, e mesmo assim ele não conseguirá encher a igreja com fiéis. O contrário vale para a Pomerânia Oriental: pode ser o pior pastor, que mesmo assim não conseguirá afugentar os fiéis. A igreja estará sempre lotada! (RÖLKE, 1996, p. 27).

Vale lembrar que os pomeranos que vieram para o Espírito Santo eram, em sua maioria, da parte oriental da Pomerânia.

Com o enfraquecimento da nobreza pomerana e, ainda, com as tentativas de invasão dos bradenburgueses ao sul, em 1529 foi assinado um tratado por meio do qual Bradenburgo garantia a autonomia da Pomerânia até a morte do último duque *wende*-pomerano, quando seu território passaria a ser possessão dos bradenburgueses.

Com o advento da Guerra dos Trinta Anos, a Alemanha decidiu evitar qualquer tentativa de proteção da Suécia, que era luterana, à região. Assim, 1627, invadiu a Pomerânia com tropas católicas, promovendo ali uma verdadeira devastação.

Em 1630, o desembarque de tropas suecas em solo pomerano pareceu ser a salvação, no entanto, foi outro capítulo da devastação da Pomerânia. Os suecos, mesmo sendo luteranos, adotaram as mesmas práticas dos alemães, que também não haviam desistido da região. Dessa guerra resultaram baixas de aproximadamente 50% da população pomerana, além de enormes prejuízos econômicos.

Com a morte do duque Bogislaw XIV em 1637, esperava-se que se cumprisse o Tratado de Bradenburgo, mas a Suécia não permitiu. Somente em 1648 os suecos cederam a Pomerânia Oriental para os bradenburgueses, tendo mantido o domínio sob a porção ocidental, domínio que durou até 1720.

Após quase um século, outras guerras e a passagem arrasadora do exército napoleônico, o *Congresso de Viena*, redesenhando o mapa da Europa depois da queda de Napoleão, fez surgir a Província Prussiana da Pomerânia.

Percebendo a situação precária do camponês pomerano, principalmente o da parte oriental, Frederico, o Grande, introduziu na região o cultivo da batata inglesa, que colaborou para a subsistência daquele povo.

Ainda sob o domínio da Prússia, a Pomerânia foi alvo de uma tentativa de reforma agrária, que sucumbiu, menos de uma década depois de seu início, em razão da pressão da nobreza, maior detentora dos latifúndios.

A despeito disso, o desenvolvimento econômico ocorrido acarretou uma explosão demográfica que elevou a população em 100% no campo e em 50% na cidade, no período de 1800 a 1850.

A partir dessa época, a superpopulação campesina, o aumento da racionalização no uso da terra, o aumento da tecnologia no campo, o aumento dos impostos, a

expansão dos latifúndios e os efeitos da Revolução Industrial tornaram praticamente insustentável a permanência dos colonos no campo.

Ainda que tivesse havido um esforço no sentido de evitar o trabalho infantil na lavoura, com vistas a garantias de postos de trabalho para adultos, isso não foi suficiente.

As condições de escolaridade também eram precárias. Damitz, citado por Rölke (1996), faz menção a um documento datado de 1839, pelo qual agricultores firmavam um tratado de regulamentação entre si e os latifundiários. Dos 83 envolvidos na questão, apenas 23 conseguiam assinar o nome.

As condições precárias de vida, somadas à falta de liberdade religiosa para quem quisesse professar a fé luterana, decorrente da tentativa de união da Igreja Luterana com a reformada, criaram uma situação muito favorável à emigração pomerana, que, após alguma resistência do rei da Prússia, começou a ocorrer, em direção à Austrália, ao Brasil e aos Estados Unidos.

A história da Pomerânia e de seu povo prosseguiu, sem nenhum momento de prosperidade ou fartura, pelo contrário, sempre marcada por agruras, sofrimentos, escassez e privações de toda ordem.

Rölke (1996, p. 39) relata:

[Após a Segunda Guerra Mundial], o restante da Pomerânia Ocidental é integrado à Alemanha Oriental e passa a chamar-se *Mecklenburg-Vorpommern*, *Mecklenburgo-Pomerânia Anterior*.

A Pomerânia como um todo desaparece do mapa.

Em 2 de dezembro do ano de 1990, as duas Alemanhas são reunificadas, após a queda do Muro de Berlim. O que se conhecia como Pomerânia Oriental, pertence à Polônia com o nome de *Pomorze*. A cidade de Stettin chama-se *Szczecin*.

6.2 OS IMIGRANTES POMERANOS NO CONTEXTO ESPÍRITO-SANTENSE

6.2.1 Um pouco da história do Espírito Santo

A demanda por mão-de-obra num Espírito Santo que começava a sair do ostracismo por meio da cultura do café foi determinante na imigração dos pomeranos.

As páginas seguintes trazem um recorte da história do Espírito Santo, desde o início de sua colonização até o período anterior à Proclamação da República, quando o Estado passou pelo primeiro período de efetivo desenvolvimento, baseado na monocultura do café que, por décadas, deu sustentação à economia local.

Julga-se que essa abordagem seja interessante, na medida em que se contextualiza o movimento migratório pomerano para a região Central-Serrana, o que muito influenciou para a formação da identidade do povo de Santa Maria de Jetibá e colaborou para a formação dos traços sociais perceptíveis na atualidade.

No início, a colonização do solo espírito-santense foi difícil.

Após trinta anos de relativo abandono, a queda do comércio de especiarias e o não-reconhecimento do Tratado de Tordesilhas levaram a Coroa Portuguesa a dar início ao processo de colonização do Brasil.

A política adotada para esse fim foi a da concessão de capitanias hereditárias. Nesse contexto, a Capitania que compreende hoje o estado do Espírito Santo foi doada a Vasco Fernandes Coutinho, que havia combatido em favor da Coroa Portuguesa na África e na Ásia.

Assim, o processo de colonização do Espírito Santo teve início com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho à costa do Espírito Santo, em 23 de maio de 1535, acompanhado por um grupo de 60 pessoas.

A coincidência desse fato com a data de comemoração do Dia de Pentecostes, em que a Igreja Católica festeja a vinda do Divino Espírito Santo sobre os apóstolos, levou o donatário a batizar a nova terra de Vila do Espírito Santo (SIMÃO, 2000).

Além de outras culturas de subsistência, a da cana-de-açúcar foi a primeira a ser desenvolvida na Capitania. A intenção era de que ela se estendesse por toda a faixa litorânea, para facilitar o escoamento. No entanto, isso só ocorreu na faixa de Marataízes a Nova Almeida. A vila de São Mateus ficou então isolada do resto da Capitania, vindo a ser influenciada pela Bahia.

Como se viu em dificuldades, Vasco Coutinho decidiu-se por voltar à Europa em busca de apoio militar e financeiro para dar continuidade a seu empreendimento. Durante uma de suas viagens, os indígenas realizaram o maior ataque que a Vila do Espírito Santo já havia sofrido, o que levou os colonos a fugirem para as capitanias vizinhas, para o norte da Capitania ou para a Ilha de Santo Antônio, onde fundaram, em 1551, a Vila de Nossa Senhora da Vitória. Esta vila veio a se tornar mais tarde a Vila Nova da Vitória, em contraposição à antiga, que passou a se chamar Vila Velha.

Regressando de Portugal, Vasco Coutinho reorganizou sua Capitania e solicitou ajuda de outras capitanias, bem como do Governador-Geral, Mem de Sá, para enfrentar os indígenas rebeldes, que acabaram sendo derrotados.

Os jesuítas tiveram importante parcela de colaboração no processo de colonização do Espírito Santo. Foram oito as missões jesuíticas fundadas no Estado: no sul, Guarapari, fundada em 1585, Rerigitiba, em 1579, Orobó, em 1580, Muribeca, em 1581, Montes Castelos, em 1625; no centro-norte, Nossa

Senhora da Conceição da Serra, fundada em 1555, Aldeia Nova (atual Santa Cruz), em 1556, e Reis Magos (atual Nova Almeida), em 1580.

Os jesuítas fundaram ainda as fazendas especializadas de Itapoca (Carapina), que produzia farinha de mandioca e hortaliças, de Muribeca (Presidente Kennedy), destinada à pecuária, e de Araçatiba (Viana), a maior fazenda da costa brasileira, que contava com um engenho para a produção de açúcar e aguardente (PEROTA, apud SIMÃO, 2000, p. 26).

[...] os jesuítas fundaram as primeiras fazendas produtivas, de maior porte, as quais, apesar das dificuldades, viveram momentos de prosperidade. Fato esse que veio incrementar a ocupação econômica da Capitania, pois em meados do século XVII já existiam, pelo menos, três fazendas jesuítas, cada uma voltada para um tipo de produção: farinha de mandioca, gado bovino e eqüino, e cana de açúcar (TEIXEIRA, apud SILVA, 1995, p. 46).

Após séculos de tentativas, das doze capitanias iniciais somente duas foram consideradas bem sucedidas: São Vicente e Pernambuco. Para Simão (2000, p. 14), os motivos que levaram ao fracasso a capitania do Espírito Santo foram:

A grande [esperança] dos colonos em realizar o sonho de enriquecimento fácil e rápido, encontrando ouro e pedras preciosas [...]. Menosprezo pelo trabalho braçal, já que na Europa era designado para pessoas de baixo potencial intelectual [...]. Dificuldade na obtenção de escravos e escoamento da produção [...]. Investimentos insuficientes por parte do donatário e constante atrito com os silvícolas.

[...]

Durante seus três primeiros séculos de existência, o Espírito Santo se desenvolveu muito pouco, a interiorização foi pequena, não mais que trinta quilômetros a contar do litoral, e a população também não atingiu 50 mil habitantes até o início do século XIX.

Além disso, o ciclo da mineração provocou um grande êxodo das terras capixabas em direção a Minas Gerais.

No século XVIII, as vilas de Vitória, Anchieta, Nova Almeida, Guarapari e Vila Velha eram as mais populosas e contavam com 78% da população da província (ROCHA, 1998, p. 36).

Ao encerrar o período colonial, a situação da capitania do Espírito Santo era dada por um quadro de inexpressivas mudanças, um reduzido contingente populacional – se comparado às capitanias vizinhas – e uma economia quase que de subsistência (GARCIA; GARCIA, 1997, p. 21).

Uma perda registrada nesse período foi o fim da contribuição jesuítica para a Capitania, quando os membros da Companhia de Jesus foram expulsos do território brasileiro, por determinação de Pombal, em 1760. Para o Espírito Santo, isso significou a decadência de fazendas especializadas e de povoações, bem como do trabalho de catequese dos indígenas.

A situação manteve-se praticamente inalterada até o início do século XIX, quando o Espírito Santo se desligou da Bahia e a Família Real chegou ao Brasil. Esse fato possibilitou a ligação direta entre a Capitania e o Governo Central.

Derenzi e Novaes, citados por Bank (1998, p. 21) assim tratam da questão:

Quando da nomeação de um novo governador em 1800, o Príncipe Regente fala de uma “quase extinta capitania” que precisava de cuidados especiais, para que lhe fosse insuflada uma nova vida, [...] de melhorias nas conexões com Minas Gerais, de aumento da produção agrícola e de “civilização dos índios por meio da propaganda da luz cristã, para fazer deles vassalos fiéis”.

Segundo Bank (1998, p. 21), [...] *em 1802, um fiscal de impostos fez um pouco animador relatório: a agricultura estava meio estagnada. A cana-de-açúcar, o arroz, o feijão e o algodão eram cultivados em reduzidas quantidades.*

Começou a haver nessa época uma preocupação oficial com a precária situação do Espírito Santo, o que levou a uma série de modificações nas orientações políticas e administrativas para a província.

A nomeação do governo Silva Pontes traz como principais diretrizes: a) abertura de vias de comunicação com Minas Gerais; b) conservação da vegetação; c) exploração de novas culturas na agricultura; d) civilização dos índios sob a égide do cristianismo (GARCIA; GARCIA, 1997, p. 24).

Anos após, mais precisamente entre 1813 e 1814, foi viabilizada, pelo presidente Francisco Alberto Rubim, a construção da estrada que ligava o Espírito Santo a Minas Gerais. Tal obra foi confiada ao capitão da tropa de pedestres, Inácio Pereira Duarte Carneiro, e foi concluída em 1820, ligando Vitória a Mariana e Vila Rica (BITTENCOURT; CAMPOS, 2000).

No governo de Rubim, também teve início a colonização européia, com a vinda de trinta casais de açorianos, que se instalaram na Vila de Viana (OLIVEIRA, apud ROCHA, 1998, p. 37).

A possibilidade de interiorização no Espírito Santo deu novo impulso à província, já que, até então, a Coroa Portuguesa havia proibido quaisquer ligações terrestres que ameaçassem o isolamento de Vila Rica e facilitassem o contrabando de metais preciosos da região.

Concorreria para produzir uma ocupação territorial rarefeita, além da ferocidade dos nativos, a emergência do ciclo do ouro em Minas Gerais, no século XVIII. Isso porque, por razões políticas, o ouro foi obrigado a ser escoado pelo porto do Rio de Janeiro, apesar da menor distância ao litoral ser pelo Espírito Santo. À capitania do Espírito Santo coube o papel de frente de defesa natural a impedir o fácil acesso à região das Minas Gerais. Para tanto, reforçaram-se os seus contingentes militares e impediu-se a abertura de qualquer tipo de estrada entre o litoral e a dita região, pela Capitania do Espírito Santo. Com isso ela ficou privada da oportunidade de beneficiar-se, por sua proximidade locacional, dos emergentes fluxos econômicos proporcionados pela economia mineratória (SILVA, 1995, p.46).

A proclamação da Independência do Brasil não provocou reações adversas no Espírito Santo, pelo contrário, foi uma oportunidade para que a Vila de São Mateus, incorporada pelos baianos desde 1764, fosse reintegrada à província, fato bastante relevante, porque São Mateus era importante produtor de farinha da região e esse produto já superava o açúcar na pauta de exportações da antiga capitania (SIMÃO, 2000, p. 37).

Com a decadência da produção aurífera, outras atividades produtivas começaram a surgir na região que outrora fora ocupada pelas estruturas destinadas aos

engenhos de açúcar, entre elas, o plantio do café, que pouco exigia além de terras férteis.

O incremento da produção cafeeira deu margem ao surgimento de um novo movimento de deslocamento populacional, denominado Refluxo das Bandeiras, que consistia na migração de parcelas das populações que se haviam interiorizado no sentido contrário, acarretando a ocupação do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, e em movimentos seguintes, da zona da mata mineira e do sul do Espírito Santo, regiões que eram favorecidas por rios, que funcionavam como vias de acesso natural e fontes de alimentação.

Em 1827, o café, que mais tarde viria a ser o principal produto da economia capixaba, tinha a inexpressiva participação de 0,1% na pauta de exportações da província, sendo de longe superado pela farinha de mandioca, com 61%, e pelo açúcar, com 16% (ROCHA, 1998, p. 37).

Em meados do século XIX, o café começou a figurar destacadamente na economia local, saltando para terceiro entre os principais produtos agrícolas e de exportação, ao lado da farinha de mandioca e do açúcar, respectivamente primeiro e segundo. É de se destacar que o café alocava a maior quantidade de mão-de-obra (3.717 escravos), portanto acima do dobro do que era alocado para a farinha de mandioca (1.538 escravos) (OLIVEIRA, apud ROCHA, 1998, p. 38).

A predominância do café, a partir da metade do século XIX, imporá um novo ritmo à economia brasileira e reordenará os espaços sócio-econômicos existentes. Nesse movimento, o Espírito Santo é definitivamente integrado à dinâmica da economia cafeeira. Embora tal processo se caracterize por peculiaridades distintas das demais regiões cafeeiras do Brasil, foi o café que propiciou a transformação de sua face sócio-econômica e sua inserção no quadro econômico nacional [...]. Do ângulo do modo de produção [o Espírito Santo] reproduzia as relações vigentes no Brasil de então, isto é, o escravismo (SILVA, 1995, p. 47).

Em 1847, a chegada de 163 alemães e a conseqüente fundação da colônia de Santa Izabel deram prosseguimento à colonização européia, que começara em 1813 (OLIVEIRA, apud ROCHA, 1998, p. 38).

Com a assinatura da lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro a partir de 1850, e a subsequente promulgação da Lei de Terras, que proibia a doação de terras aos imigrantes, o processo imigratório passou a interessar aos fazendeiros brasileiros.

Para o interesse precípua deste trabalho, interessa a fundação da colônia de Santa Leopoldina, em 1857, que, no século seguinte, daria origem ao município de Santa Maria de Jetibá.

A colônia de Santa Leopoldina [...] contou com a fusão de 140 colonos suíços transferidos de Ubatuba, litoral paulista, com 222 alemães, ampliando seu contingente populacional e automaticamente a produção. Na década de 1870, possuía um contingente de 3.881 habitantes e uma produção que ultrapassava os 7.000 kg de café anuais. Esta colônia foi uma das que recebeu atenção especial de D. Pedro pelo seu potencial produtivo e importância estratégica no campo do povoamento de zonas interioranas (SIMÃO, 2000, p. 47).

O processo colonizador atendia a quatro necessidades: garantia mão-de-obra para a lavoura de café, servia como forma de capitalização dos cofres públicos pela venda de terras devolutas aos imigrantes e pelos consequentes impostos gerados pela produção nessas terras, atendia à necessidade de povoamento das terras capixabas e, além disso, garantia o “branqueamento da população”, o que, para os governantes da época, significava a inserção do Brasil no contexto capitalista ocidental.

Além do papel preponderante que a imigração européia teve na expansão demográfica da Província, sua principal importância reside no fato de que, a partir daí, expandiu-se a produção cafeeira na região central, antes em declínio, baseada em relações de produção distintas das que predominavam na região sul do Espírito Santo (SILVA, 1995, p. 52).

Com a adoção da política de imigração, a população do Espírito Santo, entre 1824 e 1890, aumentou de 35 mil para 135 mil habitantes (BANK, 1998, p. 22).

A partir de 1850, registrou-se um grande crescimento da produção cafeeira que, gradativamente, foi substituindo a produção de açúcar e absorvendo sua mão-de-

obra, até que o açúcar não fosse mais que uma produção marginal na economia local, na década de 70 do século XIX (ALMADA, apud ROCHA, 1998, p. 40).

Nesse período, já não era mais possível a expansão cafeeira no Vale do Paraíba, e as iniciativas produtivas passaram a ser orientadas para o oeste paulista e, em seguida, para Minas Gerais e para o Espírito Santo, principalmente para a região de Cachoeiro de Itapemirim, que passou a fazer parte da área de influência do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (SILVA, 1995).

A expansão da lavoura cafeeira deu outros contornos à economia regional e entendeu-se por todas as regiões, mas concentrou-se principalmente no sul e na região central da província.

Como no sul, especialmente em Cachoeiro de Itapemirim, foi grande a absorção de mão-de-obra escrava, a região central, com menor capacidade de atração dessa mão-de-obra, substituiu-a por imigrantes europeus, que foram destinados principalmente para a região montanhosa, mais influenciada pela capital (ROCHA; COSSETTI, apud ROCHA, 1998, p. 40).

Essa situação resultou em diferentes modelos produtivos nas duas regiões: no sul predominava o latifúndio, com mão-de-obra escrava, em regime de trabalho que durou até 1888, com o fim da escravidão, quando foi substituído pelo regime de parceria; na região central, a mão-de-obra era imigrante, um modelo marcadamente familiar.

Esse modelo produtivo apresentava mais vantagens para a província, uma vez que intensificava o povoamento, distribuía melhor a renda, melhorava a arrecadação de impostos e promovia maior diversificação produtiva.

Vale ressaltar que essa forma de assentamento e de produção dos imigrantes, na região central, caracteriza as raízes que deram origem ao encadeamento da subordinação da produção cafeeira capixaba ao capital mercantil-exportador (SILVA, 1995, p. 54).

A cultura do café propiciou uma efetiva base econômica para o Espírito Santo, refletindo-se nos fluxos migratórios regionais e fazendo com que ocorresse maior ocupação territorial. A população, que era de 49.092 habitantes em 1856, passou para 135.997 em 1890 (ALMADA, apud ROCHA, 1998, p. 41).

A pujança do café garantiu o surgimento de uma nobreza local representada pelos barões de Itapemirim, Aimorés, Timbuí e Guandu (OLIVEIRA, apud BITTENCOUT; CAMPOS, 2000, p. 101).

Daí em diante, a história do Espírito Santo entrelaçou-se com a história do desenvolvimento da cafeicultura no Estado, não se podendo dissociar um fenômeno do outro sem profundas perdas para a compreensão da realidade da região.

Somente em meados do século XX, com o advento dos Grandes Projetos, criou-se um pólo siderúrgico-exportador na região da Grande Vitória, que veio a redesenhar o processo de desenvolvimento do Estado, embora o café nunca tenha deixado de ocupar lugar privilegiado no imaginário do desenvolvimento do Espírito Santo.

6.2.2 Santa Maria de Jetibá: um breve histórico

Deve-se ao processo de colonização de Santa Leopoldina a origem do povoamento de Santa Maria de Jetibá. O início do processo remonta ao ano de 1800, quando ao sargento-mor José Cláudio de Souza foi feita concessão de uma sesmaria, cujas terras se estendiam a partir do ponto onde começava a parte navegável do rio Santa Maria. Mas o povoamento intensificou-se só a partir de 1826, quando foram demarcadas as terras às margens do rio, entre a Cachoeira Grande e a Cachoeira José Cláudio, para abrigar os primeiros imigrantes

europeus que chegaram ao Brasil. Nesse ano, 160 suíços instalaram, em local hoje denominado Suíça, a colônia de Santa Maria.

No ano seguinte, chegaram mais 222 imigrantes (alemães e luxemburgueses). Parte deles instalou-se no povoado denominado Cachoeiro de Santa Leopoldina (hoje sede do município de Santa Leopoldina) que, dado o seu rápido desenvolvimento, tornou-se, em 1867, a sede da Colônia.

Em 16 de maio de 1873, chegaram 413 pomeranos e, no dia 31 do mesmo mês, 366. Vinham sob os auspícios da imperatriz Maria Theresa, esposa de D. Pedro II. A maioria deles estabeleceu-se nas regiões hoje denominadas Luxemburgo e Jequitibá.

Na década seguinte, parte desses imigrantes, na maioria pomeranos, dirigiu-se para a região de Santa Maria de Jetibá. E ali, em terras férteis, construíram sua segunda pátria, nela imprimindo marcas trazidas de sua região de origem e transformando-a em rico celeiro para alimentar o homem da cidade. Assumindo esse papel, alcançou Santa Maria de Jetibá um razoável nível de desenvolvimento e auto-suficiência econômica, o que contribuiu para sua emancipação, conferida pela Lei n.º 4.067, de 6 de maio de 1988. Desmembrava-se, assim, do município de Santa Leopoldina. A instalação do Município ocorreu em 1.º de janeiro de 1989.

Embora alguns digam que o nome Jetibá tenha sido um neologismo dos pomeranos, que sentiam dificuldade em falar Jequitibá, isso não foi confirmado. A versão mais aceita é a de que já havia, no estado da Bahia, à época da emancipação do Município, um distrito de nome Jequitibá. Como a sede do novo município, formado pelos distritos de Santa Maria e Garrafão, seria o distrito de Santa Maria, adotou-se então a corruptela “Jetibá”, dando origem ao nome oficial do Município: Santa Maria de Jetibá.

6.2.3 Um breve diagnóstico do Município

Segundo dados do IPES e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1998), o município de Santa Maria de Jetibá ocupa uma área de 736,3 km², tem uma população estimada de 26.979 habitantes e uma densidade demográfica de 36,64 habitantes/km² (estimada para 1998).

A bacia hidrográfica de Santa Maria de Jetibá é formada pelo rio Santa Maria da Vitória, com uma área de drenagem no Município de 734 km². Do ponto de vista das zonas naturais, predominam terras frias, acidentadas e chuvosas (68%), além de terras amenas, acidentadas e chuvosas (31.85%).

A taxa de crescimento anual da população é de 1,91 a.a., observando-se que a população urbana vem aumentando em 4,41% a.a., enquanto a população rural cresce 1,37 a.a (IBGE, 1991, 1996).

O Município limita-se ao norte com Itarana e Santa Teresa, ao sul com Domingos Martins, a leste com Santa Leopoldina e a oeste com Itarana e Afonso Cláudio.

No que diz respeito à utilização de suas terras produtivas, o Município caracteriza-se por pastagens (14,85%), lavouras (40,04%), matas e florestas (25,36%) e terras produtivas não utilizadas (9,61%).

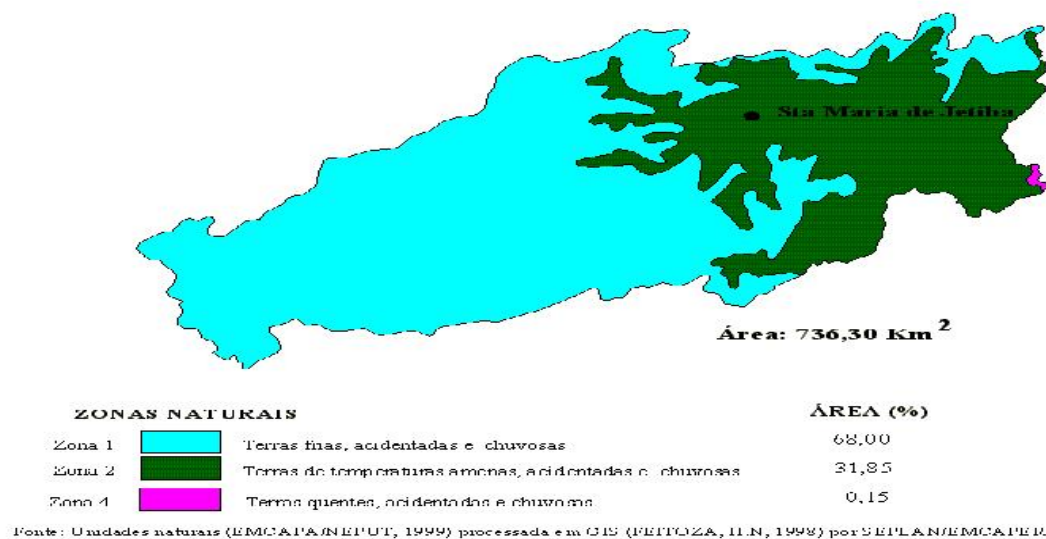


Figura 4: Características climático-geográficas de Santa Maria de Jetibá.

6.2.3.1 O setor agropecuário

Segundo dados do IBGE (1995/96), a cultura agrícola que mais se destacou no município de Santa Maria de Jetibá foi o café, com uma produção de 5.735 toneladas, que corresponde a 46% do total da área de produção. De acordo com a Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emcaper)

local, o café vem aumentando gradativamente sua participação na economia da região. É cultivado por todos os estratos de produtores, e sua área de produção quase dobrou nos últimos cinco anos. O nível de produtividade também está crescendo bastante, passando de 7 sacos/ha, no início da década, para 15 sacos/ha, em 1998, com previsões de que, no ano 2000, ultrapassaria os 20 sacos/ha.

Santa Maria de Jetibá tem um papel muito importante na economia do Estado. Segundo a Emcaper, é o maior produtor de aves do Espírito Santo, totalizando mais de 80% da produção.

A avicultura diferencia-se das demais atividades agrícolas, ou seja, é concentrada nas mãos de poucos proprietários (menos de 150 produtores). Quatro deles detêm mais de 50% dos 3 milhões de aves existentes na região. Essa atividade movimenta praticamente 50% da renda agrícola de todo o Município.

Quanto à estrutura fundiária, predominam os estabelecimentos produtores de 0-50 ha, com 77% do total da área de produção, seguidos de pequenos (50-100 ha) e médios produtores (100-200 ha), que totalizam uma área de 21%; os estabelecimentos com mais de 200 ha compreendem apenas 2% do total da área de produção.

Uma característica interessante do Município é a forma de gestão das propriedades, predominando, em sua maioria, a agricultura familiar.

O número de empregados ocupados pelo setor agrícola é de aproximadamente mil, uma vez que a população de trabalhadores rurais apresenta uma faixa etária de 8 a 80 anos.

A fruticultura, especialmente a do abacate e a da tangerina-poncã, é beneficiada pelo clima frio da região alta do Município, além de ter um período de safra diferenciado do do restante do Estado e do resto do país, atingindo, por isso, melhores preços e qualidade.

Segundo a Emcaper, os pontos de estrangulamento desse setor no município de Santa Maria de Jetibá são as péssimas condições das estradas, com escassez de infra-estrutura, que dificultam a comercialização dos produtos; a pouca organização dos agricultores, que acabam colocando-se nas mãos dos intermediários; a falta de empenho dos produtores em manter ou melhorar a qualidade dos produtos.

A assistência técnica rural é parcialmente coberta pela Emcaper, que atende a agricultores familiares e a médios produtores, tendo beneficiado, ao longo de 1998, um total de 615 pessoas.

Entretanto, a demanda por assistência técnica é ainda muito grande. Durante a discussão para elaboração do plano de desenvolvimento rural do Município, esse foi o item mais solicitado. Acredita-se que cerca de 80% das propriedades (proprietários e colonos) reivindicam assistência técnica. A assistência aos médios e aos grandes produtores está sendo feita pela iniciativa privada, e seu custo é embutido nos preços dos insumos. No entanto, como o pequeno agricultor não está alcançando esse benefício, acaba sendo excluído da atividade.

6.2.3.2 O setor industrial

Encontra-se instalado em Santa Maria de Jetibá um total de 40 indústrias de vários gêneros, embora o Município não apresente um distrito industrial. Dentre essas indústrias, a que mais se destaca é a de alimentação, com doze empresas, que ocupam 39% dos postos de trabalho gerados no setor.

No âmbito microrregional, Santa Maria de Jetibá é o município com maior número de indústrias, chegando a uma representação de 25% do total. No entanto, perde

para São Roque do Canaã e para Santa Teresa, no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas, totalizando apenas 9% dos empregos gerados no setor.

6.2.3.3 O setor de comércio e serviços

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor de comércio e serviços empregava, naquele ano, 462 pessoas no subsetor comércio e 674 no subsetor serviços, o que representava 35% e 21%, respectivamente, do total dos postos de trabalho formal existentes nesses subsetores da microrregião Central-Serrana.

Comparando-se o somatório dos postos de trabalho formal de todas as atividades econômicas do Município, verifica-se que o setor terciário representa 73% desse total.

6.2.3.4 O poder público

O poder público é representado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, que agrega Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico do Município, como a de Administração, a da Agricultura, a de Desenvolvimento Econômico, a de Finanças, a do Meio Ambiente, a de Planejamento e a de Transportes, Obras e Infra-Estrutura.

A estrutura do estado do Espírito Santo também está presente no Município com um escritório local da Emcaper.

Faz parte, ainda, da estrutura de poder do Município uma Agência de Desenvolvimento que, com as de Santa Teresa e de Itaguaçu, cobrem a microrregião Central-Serrana. A mais importante é a de Santa Teresa. Isso demonstra que, apesar dos esforços da população local, “pensar o desenvolvimento local sustentado” ainda constitui uma dificuldade significativa para a microrregião.

A Agência de Desenvolvimento local foi criada dentro do esquema Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Espírito Santo. Entretanto, em face de dificuldades econômicas, tem apenas dado um suporte relativo ao desenvolvimento municipal de Santa Maria de Jetibá. Alguns formadores de opinião acreditam que ela só exista *pró-forma*.

6.2.3.5 Os consórcios intermunicipais

Santa Maria de Jetibá participa de ações integradas voltadas para o desenvolvimento social e econômico, por meio de consórcios intermunicipais dentre os quais se destacam:

- O Consórcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu – Congregando os municípios de Cariacica, Domingos Martins, Guarapari, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Tal consórcio objetiva o desenvolvimento de projetos e ações com a participação de diversos segmentos: prefeituras e câmaras municipais, instituições oficiais, indústrias usuárias e sociedade civil organizada. As ações são integradas por grupos municipais de trabalho, que desenvolvem projetos como os de reposição de cobertura vegetal, uso correto de agrotóxicos, disposição e reciclagem de lixo,

entre outros. A ação desse consórcio é de importância vital por várias razões: toda a água tratada desses municípios é captada nos rios Santa Maria da Vitória e Jucu; boa parte dos hortifrutigranjeiros que abastecem a Grande Vitória é proveniente das regiões onde esses rios nascem; parte da energia elétrica é produzida em hidrelétricas localizadas em suas bacias; o desenvolvimento do turismo nas regiões serrana e litoral depende do clima ameno, úmido e agradável por eles proporcionado; existem em seus estuários duas importantes reservas ecológicas – Lameirão e Jacarenema –, cujos manguezais são fontes de vida do litoral. O uso indiscriminado da água e da terra, ao longo das bacias, pode pôr um fim a tudo isso em poucos anos, caso as ações previstas não sejam desenvolvidas.

- O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Central Serrana – Esse consórcio tem por finalidade diminuir os custos prestados aos municípios e criar centros de referência nas diversas especialidades para melhor atendimento à população. Integra os municípios de Santa Teresa, São Roque do Canaã, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Itarana e Itaguaçu.

6.2.3.6 As cooperativas

Observa-se no Município a existência de várias cooperativas, entre as quais a COOPEAVI; a Cooperativa de Crédito Agrícola, filiada ao SICOOB-ES; a Cooperativa de Transportes; a Cooperativa Educacional (COOPEd), a Cooperativa de Trabalho (desativada), criada para prestar serviços médicos; a Cooperativa de Fruticultores (também desativada).

O cooperativismo no Município remonta à década de 1960, especificamente ao ano de 1964, quando foi fundada a COOPEAVI.

Na década de 80, mais precisamente em 1988, a então diretoria da COOPEAVI fundou, com a mesma diretoria, a Cooperativa de Crédito do Município, filiada ao SICOOB-ES.

A COOPEd foi criada em 1994 e atende a aproximadamente 140 alunos do ensino fundamental e médio.

A Cooperativa de Transporte Escolar atende aos alunos do Município, levando-os, inclusive, para outros municípios, a fim de terem acesso a outros cursos superiores além dos oferecidos na cidade.

As demais cooperativas, de Serviços Médicos e de Fruticultores, como já foi dito, não estão em atividade.

6.2.3.7 As instituições de ensino superior

No campo específico da Educação, Santa Maria de Jetibá criou recentemente uma instituição de ensino superior – a Faculdade da Região Serrana (Farese) –, com os cursos de Matemática, Turismo e Pedagogia.

6.2.3.8 O turismo

Santa Maria de Jetibá possui uma enorme vocação turística, contando com grande número de atrativos turísticos. As estruturas, porém, são insatisfatórias. Favorecida por um clima temperado, a região é dotada de um relevo montanhoso

com recursos hidrográficos exuberantes, formando cascatas, corredeiras e cachoeiras. A represa do rio Bonito e seu entorno possuem um espelho de água navegável com uma extensão de 24 km.

Cercado por florestas ainda virgens, o Município possui a maior cobertura de Mata Atlântica do Estado, podendo desenvolver um enorme potencial no campo do turismo ecológico.

A colonização pomerana do Município tem uma vastíssima vocação para o turismo cultural, pois os pomeranos de Santa Maria de Jetibá devem constituir, hoje, o maior aglomerado populacional dessa etnia no mundo.

7. RELATÓRIO DA PESQUISA

Após uma série de doze entrevistas e inúmeros diálogos livres mantidos no município de Santa Maria de Jetibá, conforme descrito no capítulo referente à metodologia, o que se pôde verificar foi uma conjunção de fatores que permeiam os discursos dos formadores de opinião, gerando recorrências que dão os contornos da percepção desses atores sociais com relação ao processo de desenvolvimento do Município e à participação do modelo de gestão cooperativa nesse processo.

Pelo que ficou claro na análise dos discursos, a dinâmica do desenvolvimento do Município não pode ser lida senão pela concomitante apreciação dos seguintes pontos:

- as características do seu povo;
- os problemas sociais da população;
- o papel do poder público;
- o papel da religião luterana;
- o funcionamento do modelo cooperativista de gestão;
- o quadro político estabelecido;
- a dinâmica econômica de Santa Maria de Jetibá.

Com base nesses pontos foram estruturados os textos seguintes, baseados nas categorias-chave, os quais pretendem levar o leitor à compreensão do problema estudado.

Na sequência, foram apresentados textuais que corroboram as análises. O número de textuais foi limitado a dez, embora, em alguns casos, houvesse o dobro ou o triplo de igual qualidade. Tal limitação deu-se por força da coerência, uma vez que os textuais selecionados já permitiam comprovar a recorrência dos discursos. Seu excesso pouco acrescentaria à compreensão do trabalho e o submeteria ao risco da redundância e da saturação, nada desejáveis.

7.1 AS CARACTERÍSTICAS DO POVO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

7.1.1 Um povo trabalhador, sofrido e desconfiado

O surgimento dessa categoria tão marcante denotou um importante fator de análise do processo de desenvolvimento de Santa Maria de Jetibá.

Não se pode tentar compreender a lógica do processo de desenvolvimento de qualquer lugar sem considerar o histórico de seu povo. No caso particular do município estudado, a colonização deu-se predominantemente por imigrantes pomeranos, europeus oriundos em sua maioria da Pomerânia Oriental, que vieram

para o Brasil em meados do século XIX, em decorrência do esforço colonizador de D. Pedro II, evidenciado com a criação das imperiais colônias de Santa Isabel, Santa Tereza e Santa Leopoldina .

A história do povo pomerano, principalmente o da parte oriental, que foi o que emigrou para o Espírito Santo, foi marcada por todas as privações decorrentes da tentativa de subsistência de uma comunidade agrícola em solos pouco férteis e das freqüentes invasões ou tentativas por partes de alemães e poloneses interessados por uma saída pelo mar Báltico.

Na verdade, a história da Pomerânia, que pode começar a ser contada a partir do ano de 900, só chega ao fim após a Segunda Guerra Mundial, com a divisão de seu território entre a Alemanha e a Polônia, ou seja, após mil anos de instabilidade.

A chegada dos colonos ao Espírito Santo, mesmo com promessas de fartura e prosperidade, foi marcada pelo abandono, decepção que teve como resposta o trabalho duro, para garantir a sobrevivência nas terras virgens e inóspitas, e a coesão grupal, para garantir a segurança e a preservação das tradições.

Mais que uma forma de garantir a sobrevivência, o trabalho agrícola, que sempre permeou a existência dessa comunidade, deu mostras de um simbolismo maior, parecendo significar uma forma de linguagem, uma forma de expressão, um verdadeiro signo de auto-afirmação. Com efeito, dadas as barreiras da linguagem – ainda hoje há inúmeros descendentes dos primeiros colonos que não falam português –, durante muito tempo a única forma de interação social daquela comunidade com a ainda incipiente comunidade capixaba foi o trabalho.

A produção agrícola, levada por tropas de burros até Santa Leopoldina e de lá escoada pelo Rio Santa Maria, era a interface possível, àquela época, com as demais comunidades.

A escassez ou inexistência de implementos ou insumos agrícolas exigia um sobreesforço dos colonos, que os condicionou a duras rotinas de um trabalho que, por si só, já era desgastante.

A necessidade de mão-de-obra para fazer frente às necessidades de subsistência levava os pais a submeterem os filhos, ainda em tenra idade, que pudessem sustentar uma enxada, a jornadas de trabalho não menos difíceis.

Tudo isso colaborou para a construção de uma lógica laboral bastante significativa, intensa e abrangente e, mais que isso, constitutiva da identidade daquele povo, uma lógica que se estabeleceu no campo e se estendeu para o espaço domiciliar.

De forma objetiva, o Censo 2000, do IBGE, aferiu o esforço laboral dos municípios do Espírito Santo, e Santa Maria de Jetibá ocupou o primeiro lugar no *ranking*, com 59% de sua população dedicando mais de dez horas de trabalho semanal ao trabalho.

Como a idéia de trabalho excessivo, principalmente o braçal, induz à idéia de sofrimento, desconforto, a imagem de povo sofrido decorre também dessa circunstância.

O próprio hino do Município, em sua 2.^a estrofe (grifo nosso), ajuda a formar esse imaginário:

*... Vieram de muito longe
Esses loiros imigrantes
Trazendo a esperança
De encontrar novo horizonte
Gente humilde e sofrida
Rostos rudes, calos na mão
Nessa luta pela vida
Cresceram amando esse chão...*

Mais que isso, a situação de abandono por parte do Império, quando da chegada desses pomeranos, acrescida à necessidade de desbravamento das terras para que se tornassem produtivas, também colaborou para essa percepção.

As condições geográficas de Santa Maria de Jetibá, marcadas por terras altas e frias, dificultou sobremaneira o trabalho dos colonos e deu um ar de penúria àquela atividade.

A história de sofrimento e privações herdada de seus antepassados, somada às agruras da instalação em uma terra estranha, sem infra-estrutura e geograficamente isolada, proporcionou um clima de solidariedade que garantia, minimamente, as condições de trabalho e segurança necessárias à subsistência de todas aquelas famílias.

A não-absorção dos colonos por parte da sociedade capixaba, que também não estava estruturada, colaborou para a promoção de condições nas quais a cultura pomerana foi valorizada pelos colonos como única referência possível, uma vez que nem sequer encontrava um contraponto significativo.

Por questões óbvias, a língua, como máxima expressão de suas origens, veio a ser preservada o quanto possível, redundando em “problemas” de comunicação que subsistem até hoje naquela comunidade.

Como a boa capacidade de comunicação é determinante para a interação, resulta que da escassez da primeira decorrem dificuldades que impossibilitam a segunda.

Nessas circunstâncias, além da interação, a interlocução e a articulação ficam prejudicadas, o que gera nítidos problemas na negociação de interesses. Como a negociação direta era a base das atividades comerciais dos agricultores de Santa Maria de Jetibá, eles entravam em desvantagem num momento crucial de sua vida produtiva.

Além disso, esses agricultores têm sido alvo de toda sorte de golpes, principalmente na Central de Abastecimentos Sociedade Anônima (CEASA), onde

a emissão de cheques sem fundo parece ser uma variável fora do controle dos administradores daquele estabelecimento e das autoridades públicas, o que agrava o clima de insegurança vivido por aquela comunidade agrícola.

Outro fator que também agrava a susceptibilidade dos pomeranos e dificulta a convivência com a sociedade em geral é que seu *modus vivendi* resultou num isolamento, num ostracismo, que acabou por fragilizá-los em sua relação com o meio, ou seja, enquanto a sociedade ganhava novos contornos, alguns indesejáveis, não se construíram os “mecanismos de defesa” necessários à coexistência harmônica em um ambiente que havia mudado suas características de hostilidade.

Assim, a coexistência com membros de fora da comunidade passou para muitos a ser interpretada como uma relação de risco, uma relação *ingênuos x astutos*.

Tudo isso redundou no comportamento retraído e desconfiado tão destacado por todos os entrevistados.

TEXTUAIS

“O [ponto] mais forte e famoso, desde a Europa colonizadora... aqui o povo é muito trabalhador, muito....”

“Aqui o trabalho é encarado com seriedade, a partir de que a criança possa pegar numa enxada, já está ajudando o pai. É encarado com muita naturalidade isso.”

“O pessoal trabalha muito aqui... e não é só o homem, o marido, a mulher, crianças... é todo mundo...”

“... a gente aqui é sofredor, o pessoal aqui é lutador, o pessoal não desanima, trabalha de seis às seis, de manhã até o escurecer, luta muito...”

“O ponto forte é que o povo dessa região aqui é muito trabalhador. São lutadores da vida, eles fazem realmente a terra em que eles vivem...”

“Olha! ponto forte seria que tem um povo muito trabalhador. Um povo aí que, em vez de trabalhar sete horas por dia, trabalha doze, e o ponto fraco é justamente isso aí...”

“A gente tem uma visão muito promissora porque Santa Maria tem um povo muito trabalhador. Tá aí convicto de que tem que produzir, tem que trabalhar.”

“É importantíssimo ressaltar que o pomerano trabalha dobrado, ele já começa a trabalhar desde os três anos de idade...”

“Eu acho que se o pomerano pudesse, ele ficava 24 horas trabalhando.”

“O ponto forte daqui, não só da cidade como do interior, é um pessoal trabalhador, que trabalha de sol-a-sol, não tem hora para parar nem para começar...”

7.1.2 Retração, ingenuidade e tradicionalismo

Como já foi dito anteriormente, a análise sociológica não pode prescindir de uma perspectiva sistêmica. Por conseguinte, mesmo que esforços didáticos e de análise exijam o eventual isolamento de uma variável, é praticamente impossível compreendê-la razoavelmente sem considerá-la na interação com as demais.

Assim ocorre com a apreciação dessas características, uma vez que serão percebidos comentários coincidentes e redundâncias que, na verdade, devem ser analisados de *per si*, na medida em que colaboram para a formação de um mosaico, de partes ao mesmo tempo diversificadas e indissociáveis, para a compreensão da realidade de Santa Maria de Jetibá.

Somente a associação dos impactos relativos à história do povo pomerano ainda na Europa, de seu processo de emigração para o Brasil, das dificuldades vividas para sua efetiva instalação nas terras que hoje ocupam, tais como o abandono pelo Governo, as doenças, as dificuldades climáticas, geográficas, culturais e lingüísticas, pode conduzir a uma razoável compreensão do imaginário desse povo. E é essa compreensão que permitirá o exercício de uma política de desenvolvimento não manipulativa e não dirigista.

Ficou evidente na análise do discurso dos entrevistados que o subproduto de todos os impactos mencionados foi um elevado grau de retração por parte da comunidade pomerana.

Tal retração encontra abrigo no isolacionismo ao qual alguns se submetem, bem como nas práticas tradicionalistas que reafirmam sua condição diferenciada e, num certo sentido, mantêm os “estranhos” afastados.

A “cisma” e a “desconfiança” permearam o discurso de todos os que descreveram o comportamento do povo pomerano. A constante repetição dos termos induzia à idéia de que, mais que uma simples característica étnica, tais fatores se constituíram, ao longo da história, em verdadeiros mecanismos de defesa contra um meio que, quando não era hostil, era incerto, como é até hoje.

Pode-se dizer que já não existem pomeranos legítimos naquela região e que, na verdade, o que se tem lá pode ser traduzido como a coexistência de dois povos num mesmo estado-nação, ou seja, a cidadania brasileira, questão meramente formal, não foi instrumento suficientemente capaz de transformar os pomeranos em brasileiros. Assim, a convivência ainda se dá na esfera de dois povos que ocupam o mesmo espaço geográfico, mas não necessariamente vivem a mesma cultura e os mesmos valores.

Em razão disso, a negação do idioma português sugere não ignorância, mas uma opção cultural adotada por muitos e facilitada pela desatenção do Governo. Parece haver resistência por parte dos mais velhos quanto ao fato de os mais

novos se entrosarem na sociedade local, principalmente por meio do idioma, o que traz a discussão para o cenário familiar, bem mais difuso e inacessível.

As dificuldades com o idioma reduzem a possibilidade de participação daquela parcela da população, isolando-a cada vez mais; dificultam suas condições de negociação com o meio, tão importante para os detentores de escalas de valores tão rígidos, e impedem às camadas mais jovens da população o acesso à tecnologia, o que hoje chega a constituir um fator marginalizante.

A desatenção do Governo concretiza-se, por exemplo, numa Secretaria Municipal de Agricultura onde, a despeito de todos os esforços do corpo técnico, somente o secretário fala pomerano e participa de um sindicato onde todos os dirigentes falam o idioma.

Como reflexo da retração, advém o que é denominado por alguns como “ingenuidade”, mais um mecanismo de defesa daquele povo no trato com as pessoas de fora de seu convívio, o que possibilita toda sorte de infortúnios e desencontros, principalmente nas transações comerciais, situação que se constitui na sua principal queixa.

Somem-se então os problemas culturais, lingüísticos, infra-estruturais e mercadológicos e tem-se uma equação de elevada complexidade, cujas raízes conspiram contra algumas das premissas do desenvolvimento sustentável, a cooperação, o aporte tecnológico, o respeito ao meio ambiente, entre outras.

A heráldica da bandeira e do brasão municipais denota o apego da comunidade local às suas origens geográfico-históricas, bem como representa uma valoração nítida de suas raízes germânicas e de sua principal atividade econômica, a avicultura, que ocupa lugar de destaque nos dois símbolos.

Um *folder* promocional da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá traz impressa a bandeira do Município (Figura 5), com uma descrição de Danilo Cledes. Segundo Cledes, o branco e o azul, que são as cores tradicionais da antiga Pomerânia, foram usados para homenagear o imigrante pomerano, ainda

hoje maioria no Município. A forma oval, localizada no canto superior esquerdo da bandeira, homenageia uma das principais atividades da região, a avicultura, irradiando na direção de novas atividades, a agricultura, o comércio, a indústria e serviços, fechando assim um novo ciclo de vida na esperança de um município forte e de uma comunidade progressista. O estilo gótico das iniciais SMJ identifica a origem alemã de seus habitantes. No mesmo *folder*, está estampado o brasão do Município (Figura 6), com uma explicação de autoria de Natalina Roepke Berger. Caracterizando a economia do Município, o brasão municipal ostenta, do lado esquerdo do escudo, um ramo de café e, do lado direito, uma réstia de alho. Na área inferior do escudo, há uma cesta de ovos, representando a produção avícola da região. Também caracterizados no escudo estão o Pico do Garrafão e a represa de Rio Bonito, como marcos mais significativos da paisagem municipal.

As cores adotadas com mais destaque, o amarelo, o vermelho e o preto, têm por finalidade enfatizar uma relação com a Alemanha, levando-se em conta a origem germânica da maior parte da população de Santa Maria de Jetibá, que é seu maior fator de progresso.



Figura 5: Bandeira do município de Santa Maria de Jetibá.



Figura 6: O brasão do município de Santa Maria de Jetibá.

Encimando o escudo, apresenta-se uma águia que não é só símbolo das alturas (representando uma região montanhosa), como também um dos mais antigos símbolos da República Federal da Alemanha.

O brasão também incorpora as iniciais SMJ, em letras góticas, não só para maior identificação com a bandeira municipal, mas também por ser esse um tipo de grafia muito associado às antigas tradições da velha Alemanha.

A letra do hino municipal também faz alusão à questão do valor dado às tradições pela comunidade local, conforme se observa na 1.^a e na 3.^a estrofes, transcritas abaixo (grifo nosso):

Santa Maria de Jetibá
Que se cante em teus vales e serras
Ao som da concertina
Que a semente germine

E não morram as fontes cristalinas

[...]

Surgiram comunidades

E com fé fizeram história

Preservando tradições

Unindo passado ? presente

De nossa terra e nossa gente

Brotará o futuro sonhado

Da justiça temos semente

Pra gerar a paz que buscamos.

TEXTUAIS

“É um povo assim, que fica muito retraído, até na época da imigração..., você já deve ter acompanhado algumas histórias, né?... desse povo. Então é um povo assim muito retraído e isso então tá na veia. E o que acontece, é um cara meio cismado assim, né?...”

“... eles estão concentrados sempre em pouquíssimas coisas e o mundo não existe para ele... nosso povo pomerano é um pouco restrito. Ele é meio cismado, e aí, para ele chegar numa coletoria, fazer uma inscrição, tirar o bloco dele, a gente nota que, de vez em quando, aparece alguém aqui para fazer... isso custa.”

“Ele é bastante reservado e a gente vê que às vezes tem pessoas que não falam português. Você pode ir nessas lojas todas aí... quando uma pessoa vai admitir algum empregado, ele diz: você fala alemão pomerano? Então é uma questão essencial para a gente. Ele é tímido [o pomerano], às vezes ele está vendo o que ele está querendo, mas ele não tem coragem de chegar na loja.”

“Eu acho o seguinte: também, pelo menos, pelo que contam as histórias, o pessoal saiu de sua terra com a esperança de uma vida melhor, até um paraíso

né?... chegou aqui. a decepção foi tão grande que eu acho que... mudou a maneira de pensar do povo numa tacada só.”

“... o que dificulta um pouquinho é a linguagem, porque nós temos ainda bastante gente que não sabe falar português. Se sabe, fala muito mal... Eu comecei a falar português depois dos 16 anos.”

“Ponto fraco é a falta de união... O Governo parece que em outros lugares funciona melhor... que o povo é retraído, é muito desconfiado também. Já levou muita chicotada, então ele tá desconfiado.”

“Nós temos famílias do interior que não conhecem a cidade de Santa Maria, não têm iluminação, não falam português, não têm televisão, não têm acesso a nenhuma comunicação... por isso é que a gente, dentro do sindicato, todos falam pomerano. Não tem um que não fale.”

“... ora, você vê a ingenuidade de nosso agricultor, ela é demais, porque se ele não arriscar, ele traz mercadoria para casa e ele aqui tem que jogar fora, você entendeu? Eu preciso demonstrar para você ver a ingenuidade de nosso agricultor. A maioria, lamentavelmente...”

“... e a cor autêntica do pomerano é azul e branco... essas casas antigas, de janelas azul e branca... aquelas casas antigas que o pessoal tinha... até a bandeira do Município é azul e branca, e teve uma partição política que se aproveitou dessas cores.”

“O ponto forte da cidade é bastante a cultura daqui, o pessoal é tradicionalista. Os casamentos, por exemplo, são aqueles casamentos tradicionais ainda de 50, 60 anos atrás.”

7.1.3 Materialismo ou auto-afirmação?

Ficou latente em diversos discursos que o pomerano que ascende socialmente demonstra preocupação com a possibilidade de possuir boas casas e muitos veículos.

Entre as interpretações possíveis para essa questão está a de que veículos naquela região constituem “ícones de independência”, capacidade de vencer longas distâncias para lazer ou para comercializar mercadorias.

Outro fator que não se pode deixar de levar em consideração é a restrição do universo acadêmico, patrimonial e lúdico para as pessoas que vivem em regiões agrícolas. Idéias consumistas têm pouca margem de ação onde idéias de subsistência, comedimento e sazonalidade imperam.

Segundo alguns entrevistados, o nível de importância dado ao materialismo atrapalha inclusive a educação cooperativista, que é paga, motivo pelo qual, pela simples possibilidade de trocar seu carro por um mais novo, muitas pessoas preferem matricular seus filhos nas escolas públicas, que, em geral, não são de má qualidade, a investir numa educação de melhor qualidade para o filho.

Por fim, há que se considerar a necessidade eminentemente humana da auto-afirmação, da demonstração de sucesso, que não raras vezes implica maior aceitação social e, em locais como Santa Maria de Jetibá, se materializa em veículos e imóveis.

TEXTUAIS

“É comum o pomerano ter uma frota de veículos em casa, um caminhão, uma caminhonete, uma moto...”

“É mais uma economia, não é economia de valorizar o dinheiro não. É, ele valoriza o ganho, mas não o uso do dinheiro em benefício de si próprio, de alguma coisa, ou saúde, lazer, ou mente, crescimento pessoal ou profissional... não existe isso....Mas materialista pra poucas coisas...”

“... o negócio que existe é só o bolso, a necessidade de dinheiro... aquela coisa que o outro comprou ele quer comprar.... não é subsistência, é muito dinheiro, mas aquele uso daquele dinheiro é para aquele carro, aquela moto, pra farra.”

“... acresça-se a isso o fato do pomerano ser seguro, econômico e gostar de ter uma frota de veículos em casa...”

7.1.4 Individualismo X participação X cooperação: paradoxos

O discurso dos formadores de opinião é, no mínimo, paradoxal. Por um lado, ressalta o afã participativo da população, por outro, não deixa de dar inúmeros exemplos da característica individualista do povo pomerano. A história pode jogar um pouco de luz sobre esse paradoxo. Tendo sido deixado à própria sorte num lugar inóspito, os imigrantes pomeranos tiveram de criar mecanismos de defesa que lhes garantissem a sobrevivência. O individualismo garantiu a segurança individual, enquanto a participação comunitária, a segurança grupal. Uma solidariedade restrita aos mais próximos, que esperava contrapartida. A “contaminação” da sociedade pomerana por outras culturas, talvez tenha exacerbado essas características, dando maior visibilidade às pessoas externas ao grupo.

Essa categoria atingiria até mesmo as cooperativas, na medida em que há quem julgue que o princípio da *Cooperação entre cooperativas* estaria prejudicado em razão de divergências políticas e pessoais entre os dirigentes. Isso se refletiria no

princípio da *Preocupação com a comunidade*, uma vez que fracionaria o potencial de ajuda das cooperativas em favor do desenvolvimento local.

Entre os envolvidos com o cooperativismo local, há os que pensam que os associados adotam uma visão oportunista, só se associando na medida em que percebem uma vantagem considerável e imediata.

Há, no entanto, entre os associados, aqueles que julgam a visão dos dirigentes de cooperativa uma visão mercantilista, na medida em que dão preferência ao lucro, na venda de insumos, por exemplo, em momentos nos quais o preço dos produtos está baixo, o que deixa os produtores em situação difícil.

TEXTUAIS

“Estamos passando vergonha de sermos brasileiros e não podermos participar daquilo que estão realizando. Por quê?! Eu não entendo. Eu só entendo aquilo que eu aprendi do meu pai, da minha mãe e do meu avô.”

“A vontade de participar, eu diria, é mais extraordinária do que você pode imaginar; o povo quer participar, o que muitas vezes dificulta é as lideranças...”

“As discussões são maravilhosas. Se a gente for avaliar esse ponto, Santa Maria avança muito, quer dizer, a coisa não está estagnada do ponto de vista das idéias...”

“Olha, tem os dois lados. A necessidade obriga ele a participar de qualquer forma. De outro lado, ele não gosta muito, porque parece que, quando se forma alguma entidade que quer ajudar, a minoria é que é ajudada, ou seja, mais ou menos na direção de quem tem uma vida melhor do que aquele que está aí na ponta com as dificuldades. Então ele participa, ele aceita, mas não é 100% porque ele tem tomado muito calote. Ele está com o pé atrás”.

“Aqui as pessoas são cada um por si, dentro de casa... [solidariedade] nem na família. É muito individualista e, para ficar mais claro, coisa que eu vejo muito por aí afora, se o pai deve um centavo ao filho, o filho cobra e vice-versa.”

“Eu acho que não é só o ponto fraco, o ponto fraco lidando hoje com o mundo globalizado... tá cada vez mais claro pra gente que o individualismo, ele tá concentrando renda, criando aí revoluções de pessoas que tão aí sem rumo... e não adianta você ficar rico num mundo desse tipo aí... Agora, eu fico muito preocupado quando eu vejo esse individualismo muito exacerbado aqui...”

“Não, nenhuma cooperação... aqui não existe cultura da cooperação em nada. Agora, na hora de ganhar o dinheiro é cada um por si mesmo... essa cooperação é a palavra mais difícil de ser praticada aqui nesse Município.”

“Por que eu disse que a individualidade é grande? Veja bem: nosso Município tem aproximadamente 29.000 habitantes. Eu acho que não tem trezentas famílias que se enquadram numa associação ou numa cooperativa; o resto ainda 'depende' dos grandes latifúndios, dos grandes... não sei se poderia dizer 'engolidores', que pegam a mercadoria e fazem a cabeça deles.”

“... ele não gosta muito de se unir; é um povo muito individualista, desconfiado, e aí o problema fica ainda mais grave.”

“Olha, o que eu mais encontro no pomerano, o que eu mais sinto... é que ele não acompanha os tempos modernos. Se falar bem o português, ele não tem vez, não tem voto, mas participa, sim. Ele não deixa de participar, só que ele sai meio em branco em todos os encontros. Geralmente, a gente dentro do sindicato tem que falar duas linguagens, o pomerano e o português, porque senão fica complicado eles botarem alguma coisa na assembléia do sindicato.”

7.2 OS PROBLEMAS SOCIAIS

7.2.1 Alcoolismo, drogas e suicídio

A história mostra que banquetes regados a muita bebida, como forma de comemoração, sempre fizeram parte dos hábitos do povo pomerano. Da mesma forma, o trabalho em terras muito frias favoreceu o consumo de porções moderadas de álcool, como forma de diminuir o desconforto diante das condições climáticas.

Essa realidade não mudou com a vinda para o Espírito Santo, uma vez que Santa Maria do Jetibá tem 67% de seu território classificados como terras altas e frias.

O que parece ter mudado, ao longo dos anos, foi a relação dos pomeranos com o álcool. Se, anteriormente, essa substância era apreciada como fator de socialização e “insumo” ao trabalho em locais frios, hoje ela parece servir de refúgio àqueles que se encontram em situação de depressão.

Vale relembrar a importância do trabalho para o pomerano, pois, pelo discurso dos entrevistados, parece ser justamente na relação com o trabalho que reside o principal fator de depressão daquele povo.

O isolamento cultural ao qual se submeteram impediu que se descortinassem outros horizontes para os pomeranos, de forma que isso acentuou seu apego à terra e ao trabalho. Ocorre que a queda da taxa de mortalidade infantil, somada ao aumento da expectativa de vida das pessoas, tem feito as famílias ficarem cada vez mais numerosas, o que implica diretamente a divisão das terras para os descendentes.

Diante desse quadro, as propriedades estão ficando cada vez menores e, por conseguinte, menos rentáveis, o que impacta diretamente o padrão de vida dos agricultores.

Os altos custos de produção, acrescidos do preço das embalagens e do transporte, agravam o cenário.

Conforme já foi mencionado antes, os “golpes” dos quais são vítimas os agricultores na Ceasa também ajudam a colocá-los numa situação difícil.

Perdida a eficácia de seu mais importante instrumento de socialização, o trabalho, o pomerano vê abalada também suas possibilidades de interlocução com o meio e assim se deprime.

As políticas públicas na área da agricultura, da educação e da saúde perdem eficiência no que tange aos agricultores que não dominam o português, criando uma categoria praticamente à margem da sociedade.

A inexistência ou a pouca eficiência dos “mecanismos de defesa”, que os tornam ingênuos no trato com a sociedade, acrescidas de uma ética religiosa marcante que, por um lado, os fortalece, e por outro, os torna vulneráveis, facilitam a difusão de costumes pouco comuns àquele povo, como o consumo de drogas.

Diante dos imperativos de produtividade, somados à baixa rentabilidade das propriedades e ao baixo valor agregado dos produtos, a idéia do uso de agrotóxicos parece sedutora. Tais produtos, sendo manejados inadequadamente, podem causar transtornos comportamentais e culminar, por exemplo, com o suicídio, do tipo que Durkheim, citado por Charon (2002), classificaria como suicídio fatalista.

Levando em consideração os conhecimentos dos agricultores sobre o potencial dos agrotóxicos, alguns formadores de opinião consideram que mais de 50% dos suicídios são cometidos por envenenamento. Em segundo lugar, viria o uso da força, e, muito raramente, o uso de arma branca ou de fogo.

A questão do suicídio é algo que parece incomodar a comunidade, embora os números oficiais não apontem uma incidência muito maior desse mal em Santa Maria de Jetibá do que nos demais municípios da microrregião (Tabela 11).

Tabela 11: Número de suicídios e índices de propensão nos municípios da microrregião Central-Serrana – Período 1999-2000.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SUICÍDIOS 1999-2000	ÍNDICE DE PROPENSÃO (*)
Itaguaçu	14.491	1	6,9
São Roque do Canaã	10.395	1	9,6
Santa Teresa	20.622	2	9,7
Itarana	11.425	4	35,0
Santa Maria de Jetibá	28.774	3	10,4
Santa Leopoldina	12.463	1	8,0
TOTAL	98.170	12	12,2

(*) O índice de propensão foi calculado dividindo-se o número de suicídios pelo número de habitantes e multiplicando-se o resultado por 100.000.

Uma análise da Tabela 11 aponta Itarana, na microrregião, com uma propensão ao suicídio superior ao triplo da de Santa Maria de Jetibá. Tal dado levou a se aventar a hipótese de que a comunidade de origem pomerana se espalha por toda a microrregião e até a extrapola.

Assim, procurou-se comparar a microrregião Central-Serrana com a Metropolitana, no que concerne a tais achados, evidenciando-se um dado surpreendente: a propensão ao suicídio na microrregião Central-Serrana (12,2) é praticamente o dobro da verificada na microrregião Metropolitana (6,4), conforme se observa na Tabela 12.

Tabela 12: Número de suicídios e índices de propensão nos municípios da microrregião Metropolitana – Período 1999-2000.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SUICÍDIOS 1999-2000	ÍNDICE DE PROPENSÃO (*)
Vitória	292.304	34	11,6
Vila Velha	345.965	16	4,6
Cariacica	324.285	19	5,9
Serra	321.181	13	4,0
Viana	53.452	4	7,5
Fundão	13.009	1	7,7
TOTAL	135.0196	87	6,4

(*) O índice de propensão foi calculado dividindo-se o número de suicídios pelo número de habitantes e multiplicando-se o resultado por 100.000.

TEXTUAIS

“Ele prefere. Se ele não conseguir sobreviver sozinho, ele não pede ajuda. Aí ele acha abrigo na cachaça... e os outros não dão ajuda não... deixa ele no chão mesmo... passa na rua e fala: 'Ah! esse é meu pai caído aí, ah! Mas é seu pai...' Até que alguém insiste e fala: 'Leva para casa'. Aí ele fala: 'Mas se eu vou levar ele, daqui a pouco ele vai estar aí outra vez.' Aí você vê essas coisa acontecerem.”

“Eu acho que é necessário a Prefeitura fazer um trabalho junto a instituições e diminuir pontos comerciais de venda de bebida alcoólica...”

“E também a gente vê falar constantemente do uso de outras drogas aí... tá acontecendo com muita frequência também..., o uso em escola, eu também já ouvi falar, é lamentável também.”

“Às vezes a pessoa tem um problema de alcoólatra ou outra doença na família ou surge dificuldades na família. Mas aqui é uma região que a sociedade pratica muito a solidariedade.”

“O ponto mais fraco da nossa cidade hoje é o problema do alcoolismo. Alcoolismo hoje é um problema seríssimo na nossa cidade. Talvez nós sejamos campeões em todo o Estado em alcoolismo.”

“Muitas vezes o alcoolismo, que destrói várias famílias... que é uma das coisas que está destruindo muitas famílias no Município... e as drogas também já estão se infiltrando bastante...”

“... o próprio agrotóxico, que leva ao metabolismo dele... então hoje ele vai na cachaça, depois ele vai tá doidão e depois não tem mais jeito: “Trabalhei, trabalhei, trabalhei, não consegui nada, minha mulher tá me largando, vou me matar!”. ”

“Infelizmente, eles não têm essa visão aí, porque a gente, no meio em que eles vivem, não dá essa oportunidade... 'Tô devendo, e vou tirar dinheiro de onde?' Aí eu vendo minha mercadoria, e o danado do cheque ainda volta sem fundo... aí ele pira de vez, né?... que que eu vou fazer?... vou pro boteco, tomo uma pinga, fico tonto, tomo mais uma dose de veneno, e acabou minha história.”

“Aí faz uma dividazinha.... que o pomerano fica muito preocupado também em pagar uma dívida de uns 3, 4 mil reais... aí chega o dia de pagar... talvez não tenha o dinheiro na hora. Ele bota tudo na cabeça... aí pega uma corda e se pendura lá numa árvore.”

7.2.2 Meio ambiente: indiferença X conscientização

Qualquer discussão séria em torno da questão do desenvolvimento na atualidade não pode prescindir da apreciação dos impactos no meio ambiente provocados pelos investimentos nos mais diversos segmentos. Na realidade, já não se pode

discutir o desenvolvimento sem discutir sua sustentabilidade, para a qual a preservação ambiental é fator indispensável.

O estado do Espírito Santo possui um histórico de devastação do meio ambiente materializado pela derrubada de parte considerável da Mata Atlântica, sem qualquer política, atendendo a fins meramente extrativistas.

O processo de colonização de Santa Maria de Jetibá também foi bastante agressivo ao meio ambiente, no entanto, gradativamente, a população local vem despertando para a necessidade de melhor convívio com a natureza.

Essa conscientização tem-se feito sentir, por um lado, na demonstração da necessidade de preservação de porções de florestas, bem como de nascentes e mananciais; por outro, nas primeiras manifestações de preocupação com a utilização abusiva de agrotóxicos, as quais começam a surtir efeito na sociedade como um todo. Nesse sentido, a agricultura orgânica tem ganho corpo, embora ainda careça de políticas e infra-estrutura que lhe dêem suporte.

Há quem defenda a idéia do controle integrado do cultivo, que seria um meio termo entre a adubação orgânica e a química, de forma a garantir a viabilidade do processo e a rentabilidade das lavouras pela otimização dos recursos disponíveis.

Ocorre na realidade social local um conflito entre o desejável e o viável, na medida em que a utilização de agrotóxicos e as queimadas, se, por um lado, vêm sendo largamente consideradas como prejudiciais para a natureza e para as pessoas, por outro, garantem a produtividade, pelo menos à primeira vista, necessária ao sustento das famílias, que padecem com os baixos preços e com a redução cada vez maior de suas propriedades, o que acarreta uma baixa rentabilidade e, portanto, prejuízos à subsistência dos produtores.

Práticas arcaicas de cultivo ainda prejudicam o meio ambiente local. A busca da “terra nova” continua levando ao desmatamento, embora a fiscalização esteja aumentando e punindo severamente os transgressores da lei. Ao mesmo tempo, o tratamento ainda inadequado do lixo urbano tem trazido prejuízos ecológicos,

contrariando o que está expresso na letra do hino municipal quando, logo em seu início, faz alusão à questão ambiental (grifo nosso).

Santa Maria de Jetibá
Que se cante em teus vales e serras
Ao som da concertina
Que a semente germine
E não morram as fontes cristalinas

TEXTUAIS

"O meio ambiente deles aqui pertence a outro planeta, ou a outra coisa, ou pra eles não existe. Não existe água... água deve ser o quê?: um negócio que você põe no pulverizador pra botar um veneno nela..."

"De um lado, nós temos a preservação, de outro lado, a família que cresce..."

"Agora o grande problema, hoje, ainda pro meio ambiente é o agrotóxico. Então nós temos que fazer um trabalho bom para que seja, daqui a alguns anos, mudada a consciência de cada um e que não se use agrotóxico."

"Hoje está se dando uma atenção muito boa ao meio ambiente... eu acho que o próprio agricultor está se conscientizando de que, se ele tiver para sempre, ele vai preservar... uma coisa que anos atrás não existia."

"Não, ele deixou mais de ser predador. Não vou dizer que não seja, mas tá deixando aos poucos. Infelizmente, a questão do meio ambiente tá muito atrelada ainda à questão do agrotóxico..."

"Ontem eu plantei com veneno, hoje vou começar a plantar orgânico. Não é assim [que funciona]."

“O respeito ao meio ambiente, que é mais a questão de não desmatar, preservar a nascente, a questão da fauna, isso aí tá sendo, a consciência tá crescendo veloz nesse sentido. Agora o problema todo hoje aqui é com relação ao agrotóxico. É muito.”

“Mas só que eles estão na luta pela sobrevivência... e daí não adianta... eles têm de fazer às vezes... lógico que não fazem uma queimada, mas às vezes têm que queimar...”

“Olha, até uma certa época atrás aí, uns cinco anos, era muito difícil. Agora o pessoal está começando a entrar nos eixos. Devagarzinho eles estão percebendo que o meio ambiente é prioritário.”

“... mas nós somos aqui 3.000 proprietários; 100 propriedades trabalham mais ou menos os orgânicos. Então 2.900 vão perder... é uma escala desproporcional.”

7.3 O PAPEL DO PODER PÚBLICO

7.3.1 Infra-estrutura X tecnologia X informação: expectativas da ação governamental

A concepção de infra-estrutura dos entrevistados está, como não poderia deixar de ser, atrelada às necessidades de comercialização dos produtos do Município. São raras as citações que se afastam das atividades agrícolas. Há breves menções às possibilidades turísticas do Município, no entanto, é evidente a opção dos formadores de opinião por centrar seus comentários na vocação agrícola da região, a despeito de eventuais outros potenciais econômicos.

Entrepósitos de comercialização, financiamentos, estradas, apoio técnico à produção e, principalmente, às vendas são aspectos que perpassam o discurso da maioria dos entrevistados.

Percebe-se que as questões relativas ao acesso à informação não são consideradas pelos formadores de opinião como intrinsecamente relacionadas à questão da infra-estrutura.

Na verdade, percebe-se que há pouca relação entre as opiniões manifestadas, o que ratifica a idéia de pouca discussão ou conhecimento sobre os assuntos.

Ainda é modesta a percepção local sobre o potencial da tecnologia de informação e comunicação como agente de fomento ao desenvolvimento de suas atividades. A perspectiva dos entrevistados é reducionista: limitam-se ao acesso ao telefone, às publicações em jornais e à divulgação em rádio as possibilidades de exploração da tecnologia em favor da produção. Desconhecem, portanto, a variedade de novas tecnologias, seus impactos, bem como o poder interconectividade nos esforços produtivos e comerciais.

A carência de ação governamental, principalmente no que tange à possibilidade de financiamentos e subsídios, ainda é marcante no discurso dos entrevistados, o que ratifica sua visão reducionista e até certo ponto anacrônica. Além disso, espera-se uma postura mais incisiva das diversas esferas de governo no que tange ao suporte à atividade agrícola como um todo.

A despeito do sucesso da cooperativa avícola do Município, os formadores de opinião pouco cogitam a possibilidade de uma cooperativa agrícola que possa oferecer a infra-estrutura tão almejada pelos agricultores.

As entrelinhas dos discursos analisados apontam uma grande carência gerencial na atividade produtiva local, a qual, até o presente momento, não há quem possa suprir.

A indefinição ou a pouca ênfase dadas à política de agricultura orgânica deixam margem para desperdícios ou desordenamento de esforços que contribuem para o quadro de dificuldade.

Em razão da influência do poder político local, emitem-se opiniões controversas a respeito da participação do governo local nas questões de infra-estrutura. Ainda assim prevalecem posturas críticas quanto a ações ou inações do Governo.

TEXTUAIS

“... [a infra-estrutura] peca muito. Eu acho que aí entra um pouco a parcela de culpa nossa mesmo, aqui da prefeitura. Se nós ficarmos esperando um comando central, a gente vai ficar limitado. Não que tá faltando técnico pra...pelo número que tem aqui, entendeu, temos um número bom...”

“Aí vai ter que entrar a Secretaria da Agricultura do Estado, como a do Município, mas, os estados têm que seguir mais juntos, porque hoje nós estamos precisando de técnicos para organizar o plantio através da venda das sementes. Enfim, se todos dessem uma mão para que o pequeno produtor tivesse mais apoio nesse sentido de comercialização, e tivesse mais apoio, assim, no transporte, também na área de venda...”

“Há um descontrole muito grande, que não é exatamente por parte do Governo. A parte do Governo é maior, a parte do Governo é mais incentivar em relação ao controle de erosão, controle de preservação, controle das estradas, de pontes, de transporte, energia e outros...”

“[O Governo Municipal] sabe do problema, só falta iniciativa e também ajuda do Governo Estadual e Federal, que sozinho também ninguém faz nada. A prefeitura [deveria dar] um incentivo muito grande, inclusive até chegar a pagar o primeiro bloco [de notas fiscais]”

“O ponto mais fraco que a gente tem com o desenvolvimento são as nossas estradas. Eu não admito que Santa Maria de Jetibá coloque na Ceasa 40% de toda a produção que entre lá, e essa estrada aqui em Santa Leopoldina é horrível. Na área química, até que não está tão carente, só que a nossa Secretaria da Agricultura já visa mais à agricultura orgânica e daí falta bastante.”

“... na agricultura falta ainda muita coisa. Aos poucos nós vamos chegar a andar. Infelizmente a nossa agricultura já não tem hoje mais o financiamento... antigamente a gente tinha o financiamento...”

“Nós temos aqui o posto da Emcaper, mas, infelizmente, não está funcionando como deveria funcionar... mas aos poucos nós vamos chegando lá. Ainda está faltando muito sustento na agricultura... deveria ter um agrônomo para acompanhar as lavouras, para poder usar o medicamento certo.....”

“É, não tá mal não, nós temos telefone aqui, né? A maioria já tem telefone fixo nas casas e também tem orelhão nas ruas. Então, por telefone, você sabe que é fácil ter contato de preço. Nós temos também na Gazeta, todo dia sai o preço. Na rádio mesmo é informado o preço todo dia no Ceasa”.

“Não, tecnologia nós não temos problema não, elas estão bem avançadas... a COOPEAVI, hoje, ela se preocupa com tecnologia, trazendo a tecnologia de ponta, mas o Município não tá dando conta...”

“Não, eu até diria que ela não tem pouco acesso à tecnologia. Talvez ela não tenha ainda o hábito de uma tecnologia mais avançada. E, com o tempo, é lógico,.... hoje nós temos várias escolas de informática, coisa que não tinha dentro de Santa Maria de Jetibá.”

7.4 A RELIGIÃO LUTERANA: SUA PRESENÇA, SEUS DESGASTES

É inquestionável o peso que a religião luterana exerce sobre a comunidade de Santa Maria de Jetibá. Estima-se que 80% da população professem essa fé religiosa. No entanto, a exemplo do que vem acontecendo hoje no Brasil, o Município também tem sido alvo da influência de inúmeras novas religiões, que não só atraem os luteranos, como põem em questão a própria doutrina religiosa que professam.

A capacidade de condução do “rebanho de fiéis” hoje é posta em dúvida por alguns dos formadores de opinião. Da mesma forma, a proximidade entre a Igreja e o fiel tem passado a ser mais observada, e o luteranismo tem sido alvo de críticas por parte dos entrevistados, que julgam sua ação distanciada da realidade dos fiéis.

Não se pode questionar, no entanto, que a influência do luteranismo, desde a Europa até a chegada e instalação dos imigrantes no Brasil, foi marcante. A figura do pastor, à época da colonização, passou a significar, mais que uma liderança religiosa, um verdadeiro esteio em torno do qual as famílias se reuniam para ganhar forças, uma referência de valores que manteve agregada toda uma comunidade que se sentia ao desabrigo e relegada à própria sorte.

A realização de mutirões àquela época pode ter sido a gênese do cooperativismo local.

TEXTUAIS

“A religião luterana tem peso na sociedade, tem influência sobre a sociedade, é muito forte... Para tirar dúvidas... por incrível que pareça, o pastor tira dúvidas de qualquer informação política. Você pode ver que os pastores aqui são pessoas bem informadas politicamente e socialmente... é uma massa culta... a serviço de quem? Dos fiéis.”

“Não, nenhuma cooperação. Aqui não existe cultura da cooperação em nada. A não ser agora, na Igreja Evangélica. É a linguagem de Cristo mesmo, é aquela cooperação cristã mesmo.”

“Então eu vejo as religiões contando as histórias do passado e do futuro, mas não do presente.”

“Olha, fica até difícil falar, né? Porque essa religião aí, eu vejo hoje, ela tem dificuldade de manter o povo unido. Ela não está conseguindo acompanhar como é preciso mesmo... Poderia fazer muita coisa pelo povo. Vejo muito distanciamento. Tá muito afastada... São poucos os que visitam as casas. Porque hoje tem várias igrejas que não... que elas participam mais com a comunidade, com a família.. Nós temos aqui a Igreja Evangélica que está bem mais avançada que nossa Igreja Luterana. Então ela tá perdendo campo... espaço.”

“... aqui em Santa Maria tem dezessete religiões diferentes, quem predomina ainda é o luterano.”

“O pomerano acredita muito no que o pastor fala. Ele tem o pastor da igreja dele como uma referência na vida dele.”

“Também tá começando a perder força (a Igreja Luterana). Porque o desespero é tanto, né?!...”

“Ela [Igreja Luterana] encara isso com muita seriedade. Ela orienta as pessoas no caso dos agrotóxicos e na ajuda comunitária, na ajuda do cooperativismo. 'Olhem

quem vocês vão escolher para votar'... Eu acho que ela é muito positiva nesse sentido.”

“A gente divulga todas as coisas importantes que às vezes a prefeitura manda , ou o Estado manda... uma correspondência pedindo alguma coisa... e a gente tenta transmitir e explicar o que está acontecendo. Tudo isso a gente faz na igreja, claro. Todos colaboram. A gente tem muito intercâmbio entre a cooperativa e o pessoal da igreja. A gente tem andado muito junto. A igreja é convidada a participar, ou senão a cooperativa. Sempre tem um intercâmbio muito bom entre a gente.”

“Isso aí é um problema muito sério aqui. É difícil resolver isso. Não sei como, mas, inclusive nessa parte, a Igreja Luterana também combate isso muito... alcoolismo que leva as famílias à miséria...”

7.5 O COOPERATIVISMO: DEPENDÊNCIA, CONFLITOS E PROBLEMAS CONCEITUAIS

Pelo que se percebeu nas entrevistas, as opiniões quanto ao cooperativismo por parte dos formadores de opinião são as mais distintas possíveis.

Em primeiro lugar, é bom lembrar que as cooperativas locais são as organizações mais expressivas da região. Logo o nível de dependência da população e de sua economia quanto aos negócios é muito elevado. Boa parte da cidade gravita em torno das cooperativas, o que dificulta análises isentas.

Deve-se também levar em conta que, dada a expressão dessas organizações no Município e na região vizinha, é previsível que exerçam influências sobre os

interesses políticos ou que sofram suas influências, o que pode redundar em conflitos de base mais ideológica que técnica.

Por fim, mas de alta relevância, há a questão da filosofia cooperativista que, por sua natureza, tende a ser confundida com atividade filantrópica ou assistencial. O contraponto dessa idéia é a visão mercantilista de alguns administradores de cooperativas que parecem desconhecer o potencial do negócio para o desenvolvimento do capital social da comunidade na qual eles se inserem.

Acresça-se a essas questões uma sucessão de lamentáveis episódios em que cooperativas foram usadas para práticas ilícitas nos setores públicos e privados, fato que acaba por corroer a imagem de estruturas análogas.

As visões distorcidas do modelo – utópica, paternalista, mercantilista, oportunista, entre outras –, por sua vez, ajudam a agravar a questão.

Esse emaranhado de circunstâncias prejudica a formação de uma consciência coletiva a respeito do modelo de gestão cooperativista. Assim, poder público, iniciativa privada, associações e cidadãos deixam de alinhar os vetores de desenvolvimento do Município e, pior que isso, muita vezes os põem em confronto.

TEXTUAIS

“Agora, quando a coisa não é realmente só sua e o estatuto está dizendo que é de todos, a gente fala que tem um dono... Quem manda aqui é o presidente. Isso eu tô vendo no Brasil inteiro, por isso eu não tô sentindo o sistema cooperativista, como ele está sendo, como ele é, inclusive os incentivos.”

“O presidente deu uma ordem mundial para as cooperativas: temos que ter lucro... então, tá deixando aquele... tá entrando muito para o lado do capitalismo. Não sei o que eles falam... que sobrevivência é essa... então? Eu não tô vendo, acho que nem tanto a nível mundial tem o sistema cooperativo não.”

“Aqui todo mundo quer tirar proveito próprio. Eu costumo dizer o seguinte: cooperativa não é distribuidora de benefícios, ela tem que ser uma sociedade de vantagem.”

“Eu acho que é mais uma questão do comércio mesmo, com fins lucrativos... essa cooperativa só funciona porque é comercial. Se ela não fosse comercial, ela teria deixado de ser.”

“Acho que a cooperativa hoje está muito para dentro, olhando pro seu próprio umbigo... a cooperativa aceita cartão de crédito igual a um banco.”

“É crescimento, [a cooperativa] só pensa em crescimento.”

“Olha, de cooperativa se fala muito, mas pouco se faz, porque o nosso povo toma a iniciativa, mas sempre desiste. É um povo que parece que tem medo de vencer as barreiras.”

“[A cooperativa] faz muita diferença, colabora e muito. Só que o nosso povo daqui é que não vê isso, é um povo muito desconfiado.”

“Tenho certeza absoluta que o cooperativismo em Santa Maria do Jetibá é essencial para o seu desenvolvimento econômico”.

“Então, o que nós precisamos? Haver mais esse cooperativismo que a gente tenta, luta e estamos lutando e tentando para ter....”

7.6 A RIVALIDADE NO QUADRO POLÍTICO

Desde sua emancipação do município de Santa Leopoldina, em 1988, Santa Maria de Jetibá conta com duas facções políticas, que se distinguem no imaginário popular pelas cores que adotam.

Uma corrente adota o *azul* e o *branco*, e a outra, o *vermelho* e o *amarelo*. É importante que se faça referência ao tradicionalismo que envolve essas opções, pois o *azul* e o *branco* eram as cores da bandeira da Pomerânia e faziam alusão às areias brancas e ao mar azul daquela região. Essas cores podem ser percebidas facilmente na pintura das casas dos antigos colonos da região rural do Município. O *vermelho* e *amarelo* representam as cores da bandeira da Alemanha.

A bandeira e o brasão municipais, destacados anteriormente, dão mostras do valor simbólico dessas cores para a população e da relação de equilíbrio que se manteve na sua distribuição na representação do Município.

Para os entrevistados, as lideranças são representadas pelas pessoas de Helmar Potratz, atual prefeito, do lado *vermelho* e *amarelo*, e do rival, Hilário Roepke, do lado *azul* e *branco*.

Assim como são politicamente representativas, do ponto de vista econômico as famílias Roepke e Potratz também constituem facções importantes do poder local.

A rivalidade política tem ganho contornos pessoais, de forma que, indiretamente, rixas particulares podem estar interferindo no desenvolvimento municipal, na medida em que as composições políticas envolvem vários segmentos organizados da sociedade, como associações, sindicatos, entre outros.

Passados os processos político-eleitorais, os segmentos organizados permanecem fracionados, o que enfraquece o Município como um todo. Se, por um lado, os vitoriosos passam a desconsiderar os derrotados, por outro, os derrotados passam a buscar falhas na maneira de administrar dos vitoriosos para

usá-las como argumento em outras campanhas políticas. Dessa forma, o aspecto participação fica prejudicado para ambos os lados.

Esse exagero na partidarização reflete-se na capacidade de articulação do poder público municipal em diversos segmentos, mas fica mais evidenciado na agricultura, onde há quem reclame da desatenção municipal, quer por falta de apoio técnico, quer por falta de apoio mercadológico.

Houve quem imaginasse que, em razão da troca de partido político por parte de algumas pessoas da cidade, a atual administração passaria a contar com menos resistência, o que não ocorreu, permanecendo evidente a rivalidade acirrada.

É visível a falta de clareza na definição dos papéis dos diversos atores no cenário municipal.

TEXTUAIS

“Tem rivalidade política? Tem. Tem, eu sei... eu diria assim: o atual governante que existe aí... acho que ele deveria estar abrindo o leque e ouvir as lideranças ... eu acho que poderia fazer muito mais para a área agrícola, para fortalecer... participação efetiva.”

“... o que aconteceu foi isso, eles ganharam. Só que eles não estão conseguindo solucionar os problemas e continuam cometendo os mesmos erros...”

“Aqui não se elege um deputado estadual. Entendeu? Por quê? Porque, se você lança um representante de um feudo, aí o outro feudo lança outro. Só para você não ganhar.”

“Em Santa Maria existem duas facções então. Às vezes, há muita rivalidade. Eu acho que deveria ter mais união nesse sentido.”

“Então aqui tem dois lados partidários fortes, né? É quase 50% de um lado e 50% de outro. Então é 1 ou 2% a diferença... e continua, sabe? Os dois lados partidários são mais ou menos pau a pau...”

“No lado político, aqui é tihoso, aqui é um problema, infelizmente, né?”

“Tem dois blocos. Isso aí só prejudica o Município. Enquanto um quer ajudar, o outro trabalha para atrapalhar... Quando um faz um trabalho bem feito, o outro só critica...”

[a respeito da possibilidade de união dos dois grupos] *“... começou na rixa e até hoje tá na rixa. Aí um pensa: eu quero fazer mais que o outro'. Enquanto isso o outro vai lá e atrapalha, e com isso o Município sai prejudicado.”*

“É exatamente o amarelo e vermelho que hoje está no poder, enquanto isso o azul e branco tá futucando lá para prejudicar eles.”

O Quadro 3 evidencia a participação das principais famílias do Município no comando político, bem como a taxa de renovação do poder político local.

7.7 A DINÂMICA ECONÔMICA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

7.7.1 A comercialização e o desenvolvimento local

São uníssonas as vozes que alertam para as dificuldades que a população de Santa Maria de Jetibá tem quanto à comercialização de seus produtos. Toda sorte de fatores influencia negativamente a capacidade mercadológica do Município, a começar pelo idioma de boa parte dos agricultores, que dificulta qualquer

transação comercial. Outros fatores são a desorganização da CEASA, pelos golpes que tem aplicado nos agricultores, as dificuldades de transporte, o preço das embalagens, a relativa ausência do poder público, a indefinição de uma política agrícola clara que possa nortear a produção, a inexistência de uma cooperativa agrícola que possa repetir o sucesso do Município no setor avícola. Enfim, há toda uma gama de fatores que atua contra a competitividade do Município, apesar do seu amplo *know-how* produtivo.

Outro fator que parece atuar contra uma comercialização de melhor qualidade é a postura dos produtores que, em época de preços altos, preferem eles próprios comercializar os produtos, e quando os preços caem, buscam as cooperativas, a CEASA e as associações.

Quadro 3: Participação de facções no poder político no período de 1989 a 2004, por gestão.

Gestão	89/92	93/96	97/00	00/04
Prefeito	Helmar Potratz	Edson Berger	Hilário Roepke	Helmar Potratz
Vice-Prefeito	Martim Reblin	Hilário Roepke	Eduardo Stuhr	Álvaro Gonçalves
Vereadores	Adelino Stange			
				Adelmo Kurth
				Adilson Espíndula
	Alfredo Pagung			
			Alfredo Stuhr	Alfredo Stuhr
		Álvaro Gonçalves	Álvaro Gonçalves	
	Arcílio Agner	Arcílio Agner		
	Argeo Uliana			
				Arlindo Roepke
				Claudemiro Acher
		Edgar Berger		
	Eliseu Berger	Eliseu Berger	Eliseu Berger	
			Elmar Thom	Elmar Thom
			Emilson da Silva	
			Florêncio Guilherme	Florêncio Guilherme
			Florentino Guilherme	
	Georg Marquardt	Georg Marquardt	Georg Marquardt	
	Hilário Boening	Hilário Boening	Hilário Boening	Hilário Boening
	Hilário Roepke			

	Honório Lauvers			
			Ignácio Stieg	
			Itamar Jacob	Itamar Jacob
		José Gums		
			Lindomar Berger	Lindomar Berger
				Lourival Tesch
	Lucas Gums	Lucas Gums	Lucas Gums	
	Marcelino Velten			
			Nelson Miertschink	
		Otaviano Abel		
	Paulo Schmidt			
	Solimar Plaster			
				Sorlene Schmidt

TEXTUAIS

“Agora, o nosso maior problema, eu vou te falar, nos temos na CEASA... nossa mercadoria, hoje... como é que deveria funcionar na CEASA hoje, em Santa Maria de Jetibá , quer dizer, o que é que falta? É justamente moralizar a CEASA para o setor agrícola aqui de Santa Maria funcionar mais. Por que nós também entramos nessa crise, nós agradecemos à CEASA também...”

“Como se falou, do desenvolvimento da economia aqui não está ruim. O problema todo do pequeno produtor, hoje, ainda é a comercialização. É uma questão não de produzir... ele sabe produzir até nas pedras. Mas os problemas que estão vindo são os preços, são os tombos que ele leva na comercialização e, também, na hora da venda, não tem muita gente séria que compre.”

“Muitas vezes se joga 20, 30, 50, 200, 300 toneladas morro abaixo sem ser consumido por não ter preço. Temos dificuldades do pequeno produtor ir para a CEASA por causa da linguagem... ele não conhece lei. Ele vem para casa e esconde o cheque sem fundo, e não vai para a justiça... tem vergonha... ele se sente ameaçado quando ele vai para a justiça com um cheque sem fundo. Isso é um prato cheio para os cobradores.”

“Não, nós temos problemas principalmente na comercialização... o maior foco é o manejo de plantio. Não tem acompanhamento eficiente, principalmente na quantidade de produção, que é muito desigual por causa dos preços... Então há um desequilíbrio no mercado, onde o consumidor tem horas em que é lesado e outra em que o produtor é lesado. Essa é que é a grande dificuldade de Santa Maria hoje. Não só de Santa Maria como dos municípios vizinhos também.”

“Eu vejo muitos aproveitadores, porque eles estão muito bem organizados. São as grandes redes de mercado, onde o consumidor é lesado e o produtor rural é lesado.”

“O produtor pergunta: Por que eu estou quebrando? Justamente por isso, porque ele compra em dólar e vende em centavos.”

“... só que o ponto fraco é a comercialização, porque, quando tem muito, não tem preço, quando tem preço, tem pouco... é complicado. Se o consumo é para uma tonelada, se produz para duas toneladas. É isso aí que está hoje praticamente... nós temos uns 80% dos produtores rurais da região aí, todos quebrados.”

“Então as coisas vão melhorando, mas falta muito para a área de comercialização. Devia ter um ponto mais perto de entrega, onde pudessem vir os caminhões. [Os problemas] estão mais na comercialização e no transporte.”

“... a gente tem que agradecer isso aí [o desenvolvimento regional] à Cooperativa Avícola de Santa Maria de Jetibá, que começou este trabalho. Mas nós precisávamos aqui de uma cooperativa agrícola.”

“A gente vê [na CEASA] muita malandragem e até prostituição infantil... essas coisas. Então eu acho que isso aí não pega muito bem para o pessoal que desce daqui, que não tem esse costume.”

7.7.2 Distribuição x concentração de renda: uma questão econômica?

A percepção dos formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá a respeito da distribuição de renda é visivelmente influenciada pela posição que ocupam na estrutura social, principalmente quanto ao posicionamento político e ante as famílias mais poderosas e a COOPEAVI, uma vez que sua pujança econômica, ímpar na região, interfere no universo dos cidadãos do Município.

Em Santa Maria, quem não é associado à Cooperativa tem um emprego que, direta ou indiretamente, depende dela, tem um parente empregado na organização, ou mesmo um círculo de amigos sob sua influência. Da mesma forma, as principais famílias, com alto nível de influência política e econômica, tornam praticamente impossíveis análises isentas.

TEXTUAIS

“... nós temos aqui umas famílias que eles predominam pelo belíssimo trabalho que eles têm representado dentro de Santa Maria de Jetibá... dez famílias, que são as famílias que têm o poder, digamos, financeiro, mais concentrado da cidade... mas são pessoas realmente que procuram desenvolver os seus patrimônios dentro da própria cidade, o que é de suma importância também para gente. É isso. Eu acho que não fica a renda concentrada, ela é bem dividida dentro de Santa Maria de Jetibá.”

“O retorno que deveria estar tendo a população, ele não chega, porque há pouca representatividade desse Município por causa desses feudos aí...”

“Então você vai ver que famílias feudais de lá estão aqui. Eles não sabem disso, mas tem famílias aqui, que têm feudos aqui, que eram feudos na Europa. E, geralmente, quem chega ao poder é ligado a algum feudo. Aquela coisa meio familiar...”

7.7.3 Rentabilidade das propriedades

Na análise do discurso dos entrevistados, ficou constatado que a vocação agrícola da região bem como as características sociológicas do povo, principalmente as do pomerano, tendem a provocar uma baixa diversificação das atividades profissionais nas famílias dos agricultores e, conseqüentemente, uma tendência para a fixação do homem no campo, o que não seria mal. Isso, aliás, constitui um anseio nacional, no entanto, a inobservância da questão demográfica por parte do poder público pode acarretar problemas das mais variadas ordens.

No caso de Santa Maria de Jetibá, as famílias já tradicionalmente numerosas têm tido sua expectativa de vida aumentada, o que, acrescido à já mencionada tendência para a fixação do homem no campo, tem provocado a redução das porções de terra que, por herança, são deixadas aos herdeiros dos agricultores.

Os altos custos dos insumos bem como as dificuldades de transporte e armazenamento de produtos, projetados para glebas cada vez menores, têm repercutido numa rentabilidade cada vez menos expressiva, o que põe em risco a qualidade de vida das famílias locais, interferindo na problemática do desenvolvimento do Município.

Associe-se a isso a precariedade tecnológica que não só dá origem ao problema, mas também ajuda a agravá-lo.

TEXTUAIS

“... o que tá acontecendo... como [os familiares] não saem das propriedades, elas vão ficando pequenas, e a preocupação que a gente tem de estar sempre lembrando delas aqui, por causa que tem que pensar na diversidade de produção e na rentabilidade de atividade que ele estiver fazendo... a propriedade maior tem 70 hectares. A maior parte deve estar nos seis, sete hectares e tem muita coisa aí

com dois, três. Já tão ficando alguns sem poder fazer nem o Incra, porque o módulo rural é menor que três hectares.”

“Assim, era uma família aqui, outra ali, todas elas. O troço se dividiu. Agora nós estamos chegando num tal tempo que não vai dar mais para ficar todo mundo aqui. E daí não sei como é que vai ficar....”

“... o pessoal está muito preocupado em relação às terras de Santa Maria. Primeiro, que tem muitos pequenos agricultores com 5, 6 filhos... 3, 4... e as terras são poucas, difíceis, muito montanhosas, muito controle de erosão, preservação das matas, das várzeas...”

7.7.4 Agricultura X avicultura: esteios econômicos desiguais

Fica mais que evidenciado que é a questão agrícola que dá sustentação às perspectivas populares de desenvolvimento em Santa Maria de Jetibá. Por mais que a avicultura dê projeção ao Município, é na agricultura que os moradores depositam seus esforços e esperanças.

É também a agricultura que mais distribui renda e ocupa trabalhadores; no entanto, até na simbologia municipal, como na bandeira e no brasão, a agricultura assume posição periférica em relação à avicultura, sempre representada no centro da interpretação do símbolo.

No caso da heráldica da bandeira, vê-se claramente a prevalência da avicultura, *que se irradia na direção de novas atividades – agricultura, comércio, indústria e serviços* –, como se a mais antiga das atividades locais não fosse a agricultura, somente citada na 1.^a estrofe do hino municipal (grifo nosso):

Santa Maria de Jetibá
Que se cante em teus vales e serras
Ao som da concertina
Que a semente germine
E não morram as fontes cristalinas.

Parece ter ocorrido, no entanto, uma segmentação estratificada entre as duas atividades. Para isso muito colaborou a COOPEAVI, que, não desassistindo os pequenos avicultores, criou condições de infra-estrutura para que os grandes empresários do setor pudessem potencializar seus recursos e auferir ótimos resultados. A COOPEAVI exerceu, portanto, o papel de polarizador e catalisador dos vetores produtivos da avicultura.

Enquanto isso, a agricultura tem sido pouco atendida quanto às questões tecnológicas e mercadológicas necessárias a seu pleno desenvolvimento. A desatenção, porém, não foi total, mesmo porque a pujança da atividade agrícola local forçou iniciativas públicas e privadas que vêm dando certo resultado. No entanto, há uma evidente desproporcionalidade entre os resultados alcançados por essas atividades, muito provavelmente em função da disparidade do aporte tecnológico, gerencial e mercadológico dedicado a ambas.

Há quem considere a avicultura do Município como algo de primeiro mundo, enquanto a agricultura estaria na década de 30 do século passado, quando se regava a plantação ao invés de irrigá-la.

Na atual situação de Santa Maria de Jetibá, o dilema conceitual e ideológico entre o capital e o trabalho repercute diretamente no social. Explicando melhor, provavelmente ocorra uma inconsciente e involuntária predileção pela atividade avícola por sua expressão tanto econômica quanto política, em detrimento da atividade agrícola, com uma expressão social de maior monta, mas à sombra da atividade avícola. Nesse sentido, vale lembrar que a própria bandeira do Município traz uma figura ovóide, representando a importância da avicultura para a região.

Também a dissociação entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, por parte dos entrevistados, fica clara na preferência por leituras quantitativas da realidade produtiva, em detrimento de leituras qualitativas da realidade social.

Embora não sejam ignorados os problemas sociais, parece inexplicável a existência do potencial da atividade agrícola contrastando como toda a prosperidade da atividade avícola.

Os formadores de opinião deixam transparecer sua inquietação diante da disparidade econômica e política do Município. A seu ver, por ser Santa Maria tão importante para o Espírito Santo e outros estados, do ponto de vista do fornecimento de alimentos, deveria contar com mais prestígio político, o que para eles parece representar a solução para a crise vivida na agricultura, ou seja, a leitura local é a de que o prestígio político, materializado pelo financiamento da produção, possa fazer com que a agricultura retome sua posição de referência de sustentação tanto econômica como social do Município.

Não parece estar claro para os entrevistados que a questão transcende o aspecto político e perpassa não só a ação pública, mas também a privada e a social, principalmente no que tange aos arranjos classistas e comunitários feitos por associações, sindicatos, cooperativas, entre outros, tudo isso fundamentado nos princípios de uma sociedade que se transforma pela globalização e não prescinde da racionalidade gerencial para a tomada de decisões.

TEXTUAIS

“Santa Maria de Jetibá... o que é a economia? O maior potencial da economia é a agricultura. Isso, pequeno agricultor. Em Santa Maria de Jetibá a reforma agrária já aconteceu tem muito anos... 82% das propriedades têm menos de 50 hectares. Então é muito familiarizada. É agricultura familiar.”

“... 25% [da produção de ovos] fica no Estado, 25% vai para a Bahia, 25% vai para Minas e 25% vai para o Rio... quer dizer, não tem consumo dentro do Estado para tanta produção que tem..., como segundo maior produtor de ovos. Hoje nós estamos na faixa de 4 milhões de ovos por mês no Município.”

“... a parte de verdura, hoje... Santa Maria é responsável por 35% do abastecimento de Vitória.”

“O potencial maior é a questão de ovos, galinhas de postura. A gente é considerado o 2.º maior produtor de ovos do Brasil!”

“A avicultura é mais organizada porque nós temos a Cooperativa Avícola de Santa Maria de Jetibá, nós temos veterinário para dar assistência.....”

“O desenvolvimento econômico é essencialmente agrícola...”

“Aqui dentro de Garrafão, é mais de 90% agrícola... todo mundo trabalha em agricultura.”

“Hoje o forte de Santa Maria é a agricultura e a avicultura, que são as chaves de Santa Maria. A agricultura representa de 30 a 40% da renda da economia do Município.”

“Porque eles sabem... um prefeito de uma cidade igual a Santa Maria de Jetibá, com 32.000 habitantes, ele não tem, chegando lá, poder de gritar com o responsável pela agricultura...”

7.8 CONCLUSÕES

Este relatório pretendeu condensar as principais conclusões decorrentes das entrevistas e das observações realizadas *in loco*, relativas ao tema da presente dissertação: **Quais as percepções dos formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá sobre os fatores relacionados ao desenvolvimento do Município e à participação do cooperativismo nesse processo?**

A divisão do material das entrevistas em 14 categorias, como proposto na metodologia, facilitou sobremaneira a estruturação dos dados.

Os formadores de opinião de Santa Maria de Jetibá têm uma imagem muito positiva da capacidade produtiva do povo, aí considerada sua dedicação visceral ao trabalho, o que não abrange os aspectos tecnológicos e mercadológicos, ou seja, o fator trabalho é considerado sob o prisma quantitativo, sob a ótica do esforço pessoal na atividade laboral, em detrimento de momentos de lazer e dedicação a outras questões.

A história do povo, sempre vinculada a dificuldades e sofrimento, encontra na dedicação ao trabalho uma forma de enfrentamento da realidade, ao mesmo tempo em que cria condições para uma retração, já facilitada por aspectos etnológicos e lingüísticos, materializadas na manutenção de diversas tradições, as quais, ao mesmo tempo em que lhes dão um perfil reconhecível e destacável, servem como um “cordão de isolamento” ante as influências culturais externas.

A “isolacionismo”, voluntário ou não, é potencializado pelas tradições, muito destacadas nos símbolos municipais, e pelo fato de, desde a criação do Município, em 1988, a população rural manter-se acima de 82% e ainda conservar seu idioma de origem, o que restringe as interfaces com a parcela urbana da sociedade local e com outras sociedades, diminuindo também a possibilidade de intercâmbio cultural e, portanto, consolidando o isolamento.

Tal situação dificulta a solução de questões sociais, econômicas e mesmo existenciais, uma vez que aquelas pessoas pouco permitem a intermediação entre elas e os agentes externos, às vezes agressivos. O isolamento limita a possibilidade de soluções mediadas pelo ambiente, relegando os indivíduos à sua própria sorte, o que não raras vezes os tem deixado sem muitas opções, levando-os à fuga pelo álcool, pelas drogas ou pelo suicídio.

Os poucos bem-sucedidos materializam seu sucesso da forma que seu imaginário o concebe, uma concepção patrimonial, limitada a veículos e imóveis, descartando outras opções, que lhes expandiriam os horizontes, dando acesso a novas realidades que, mesmo lhes reservando perigos, ofereceriam também oportunidades.

Outro fator digno de destaque no Município é a rivalidade política estabelecida, não muito diferente do que ocorre no resto do País. Santa Maria de Jetibá vive as conseqüências de uma política partidária conduzida pelas paixões. A maturidade política ainda não chegou ao ponto de se manter pelas diferenças ideológicas, mas, sim, pelas diferenças pessoais, pelas emoções, por uma luta pelo poder. A racionalidade administrativa, sabe-se, encontra pouco espaço em cenários como esse. Em razão disso, os esforços do poder público, das entidades e da comunidade são erodidos pelas ambigüidades e incertezas da falta de rumo político.

A erosão dos esforços é potencializada, ao mesmo tempo em que alimenta o isolacionismo e as rivalidades, culminando com o solapamento do Capital Social da comunidade e, por conseguinte, seu ímpeto participativo e cooperativo.

A coesão social, já tão dificultada por aspectos históricos e culturais, mais uma vez encontra obstáculos, tornando-se difícil mesmo para os que tenham vocação gregária.

Assim, o problema do desenvolvimento local se avulta num quadro de pouca agregação sociopolítica, porquanto, sendo um problema macrossocial nesse

âmbito, carece do ordenamento e do alinhamento de todos os esforços produtivos e sociais, obedecendo à lógica de que “o todo é maior que a soma das partes”.

A questão da comercialização ficou evidenciada como a que mais incomoda a comunidade produtiva. Este é um caso típico que demonstra a necessidade de um esforço sistêmico por parte dos produtores, do poder público municipal e estadual e da comunidade em geral, mediante suas associações.

Os problemas da comercialização passam pela questão dos insumos, das técnicas de plantio e colheita, dos espaços de armazenagem, das embalagens, do transporte, das relações com os comerciantes, com consumidores. Enfim, não são problemas que possam ser resolvidos por esforços unilaterais. Nesse sentido, a cooperação é imprescindível.

A cooperação pode surtir efeitos também na distribuição de renda, principalmente na medida em que, podendo participar de forma isolada ou coletiva, os pequenos produtores ganham maior peso. Com maior peso, será mais fácil o acesso dos menores à tecnologia, à infra-estrutura e à informação, o que pode dar início a um ciclo de desenvolvimento, sem que todas essas questões fiquem à espera de iniciativas do poder público, que, na verdade, constitui apenas mais um entre os diversos vetores de desenvolvimento, e não o único e necessariamente o maior.

A pluralidade de interesses é bastante relevante no contexto social de Santa Maria de Jetibá, o que pode trazer riscos para os efeitos sinérgicos tão importantes para o processo de desenvolvimento.

A organização da Igreja Luterana, a mais antiga, a mais representativa do ponto de vista numérico e a mais capilarizada no seio da sociedade, pode ser um agente de fomento ainda maior no processo de desenvolvimento local. Obviamente, as demais religiões também podem dar sua parcela de colaboração e, certamente, muito terão a agregar.

A questão do meio ambiente, da preservação dos recursos naturais, permeia toda a discussão sobre o desenvolvimento na contemporaneidade. Ficou claro que os

produtores de Santa Maria de Jetibá vivem o dilema "a preservação ambiental *versus* a rentabilidade de sua propriedade", que é cada vez menor, o que na verdade se reduz à relação preservação *versus* sobrevivência. Essa é uma questão complexa que implica uma intervenção tão urgente quanto necessária. Mais uma vez, não serão esforços unilaterais que darão solução à questão. A construção de modelos de desenvolvimento baseados na agricultura familiar requer, sobretudo, envolvimento, uma vez que a fragmentação dos produtores pode depor contra os ganhos de escala, pode onerar os custos de produção, pode dificultar a comercialização, mas também pode provocar efeito contrário, se equacionada de forma coerente com a realidade local.

A questão do cooperativismo precisa ser mais bem esclarecida para os diversos atores locais, pois representa seguramente uma alternativa viável de modelo organizacional capaz de dar importante colaboração à problemática local.

O agigantamento da principal cooperativa local deu mostras do potencial de sucesso do modelo, ao mesmo tempo em que despertou a atenção de segmentos que lhe eram pouco simpáticos, do modo como foi posto em prática, do potencial das pessoas que estão à frente do modelo. Essa questão gerou antagonismos declarados ou enrustidos que minam a capacidade de desenvolvimento do Município por meio desse modelo.

Em que pese à importância e à urgência de se discutir a questão do cooperativismo no Município, não menos importante é a preparação de uma "infra-estrutura comportamental" que dê sustentação àquele modelo de gestão. Nesse sentido, o poder público pode exercer o papel de agente polarizador do processo, uma vez que a distribuição do poder local, dos recursos e da atenção das instituições passa necessariamente por aquela instância.

O potencial da cooperativa como fator de desenvolvimento já foi provado pela COOPEAVI, que vem crescendo incessantemente e projetando o Município no País. Resta agora adotar este *Benchmark*, socializar e intensificar esse *know-how* em áreas de vital importância para a economia local; a agricultura, por exemplo.

A desproporção entre a importância conferida às atividades avícola e agrícola no Município é pujante. A bandeira do Município traduz essa condição. Mesmo na atividade agrícola, fica claro que o café, em razão do valor agregado, ocupa uma posição privilegiada na estratificação da agricultura local.

Há que se considerar que os produtores de hortaliças dão nítidas mostras de sua insatisfação quanto ao seu *status* no cenário local. São eles as vítimas dos problemas com os fornecedores de insumos, com a embalagem, com o armazenamento, com o transporte, com a CEASA, com a relação com compradores e consumidores, enfim, com toda a cadeia produtiva e de comercialização.

Em suma, o processo de desenvolvimento, em qualquer plano, requer compreensão e atuação sistêmicas, que reconheçam a existência e a importância dos diversos atores e seus respectivos interesses. Não é conveniente que a percepção do processo seja fragmentada e desconsidere a necessidade de coesão política, econômica e social, por diversas que sejam suas grandezas e matizes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do progresso humano guarda considerável relatividade se forem considerados temas como a ética, o meio ambiente e o desenvolvimento. Tal relativização suscita a percepção de condições bastante diferenciadas de vida por todo o mundo, e o Brasil não está fora dessa análise, apresentando desequilíbrios inter e intra-regionais.

A Região Sudeste brasileira evidencia tal argumento quando, tendo seus quatro estados entre os onze de maior IDH do País, apresenta São Paulo em 2.º lugar, com 0,814, Rio de Janeiro em 5.º, com 0,802, Espírito Santo em 10.º, com 0,767, e Minas Gerais em 11.º, com 0,766.

No caso do Espírito Santo, o IDH não refletiu a performance econômica do período de 1985 a 2000, pois, nesse período, o Estado teve um aumento no índice de crescimento do PIB da ordem de 95,14 %.

Em que pese aos fatores objetivos, como as guerras, o tamanho do mercado e as riquezas naturais, verificou-se que não se pode desconsiderar o papel dos agentes políticos e sociais locais, nacionais e internacionais na construção de ambientes que possibilitem a redução das desigualdades.

A consideração de fatores políticos e econômicos, sem desmerecer o contexto social, conduziu o presente trabalho à apreciação de questões, tais como coesão social, cultura, atitudes e valores da sociedade de Santa Maria de Jetibá.

Inseriu-se na discussão sobre desenvolvimento o conceito de Capital Social. Tal fato deu rumo ao trabalho, na medida em que a consideração desse fator determina novas posturas para os agentes envolvidos no desenvolvimento, entre eles o Estado e a sociedade organizada.

Ao se tratar das questões de participação e democracia, intrínsecas ao conceito de Capital Social, foram feitas ressalvas ao caso brasileiro, cujo processo político, desde sempre, foi marcado pela inconstância e pela tendência ao autoritarismo.

Da mesma forma, foi defendida a idéia de que o Espírito Santo, em escala reduzida, reproduziu o processo de construção política do Brasil, não se afastando das figuras centrais instituídas pelas condições sociopolíticas, capitaneadas pelas elites, o que reduz a amplitude do papel social, ficando esta a reboque de iniciativas isoladas, individuais ou grupais.

Assim, defendeu-se a idéia de que, num Estado democrático, é a propensão à participação, ancorada em condições ambientais propícias, como o estímulo e o apoio por parte das instituições, que garante a efetiva representatividade do social no processo de desenvolvimento.

Dessa forma, em última instância, evidenciou-se que a questão do desenvolvimento passa pela questão do ordenamento institucional, um dos pontos-chave da economia, que objetiva explicitar as formas de arranjo das instituições no espaço social e seus reflexos na produção, alocação e justa distribuição.

Defendeu-se também a idéia de que, na busca da solução de seus problemas, a sociedade delinea arranjos que melhor se ajustem à realidade vivida, e que fatores de toda ordem contribuem para a escolha do que é considerado o arranjo mais apropriado: as necessidades percebidas, os recursos disponíveis, o grau de liberdade de opção por parte do povo, a resultante das relações *capital x trabalho*, o grau de coesão das pessoas naquela sociedade, o nível de confiança recíproca existente, enfim, o Capital Social acumulado pelo povo.

Diante do exposto, propôs-se a verificação do modelo cooperativista, que, em tese, consegue combinar o social, na dimensão associativa, e o econômico, na dimensão empresarial, como alternativa de inserção social no plano econômico, privilegiando a participação dos associados e, em tese, também incrementando o Capital Social daquele grupo. Questionou-se, no entanto, se tal princípio seria percebido no cotidiano das comunidades das quais já se tem histórico de práticas cooperativas.

Assim, considerando-se o tema desta dissertação – o desenvolvimento econômico – e as questões de ordem metodológica que impuseram a limitação do objeto de pesquisa, o estudo se deu em torno DAS PERCEPÇÕES DOS FORMADORES DE OPINIÃO QUANTO AOS FATORES RELACIONADOS À INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PARTICIPAÇÃO DO COOPERATIVISMO NESSE PROCESSO: O caso de Santa Maria do Jetibá

Uma das idéias que permearam todo o trabalho foi a da abordagem sistêmica à questão do desenvolvimento de Santa Maria de Jetibá, o que pode ser evidenciado no corpo do trabalho.

A relevância do estudo baseia-se na oportunidade que o momento apresenta, uma vez que a atualidade descortina uma série de esforços no sentido de conferir melhores condições de vida a uma parcela considerável da sociedade brasileira, e que tais esforços consistem em corrigir disfunções estruturais que levaram um País inquestionavelmente rico em recursos naturais a desassistir boa parte da população em suas necessidades básicas, refletindo um desajuste entre crescimento e desenvolvimento, evidenciado por diversos indicadores.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), dos municípios do Espírito Santo somente Vitória e Vila Velha apresentavam um IDH-M alto. O IDH-M dos demais foi considerado médio.

O município especificamente tratado nesta dissertação, Santa Maria de Jetibá, apresentou um IDH-M de 0,724, que o colocou na 41.^a posição no Estado e na 2.549.^a posição no País.

Verificou-se uma importante disparidade entre o parâmetro adotado pela ONU, o IDH-M, e o adotado pelo estado do Espírito Santo, o IDM-ES, que pôde ser percebida, por exemplo, na comparação entre o mesmo município nas duas relações. Assim, observou-se que Aracruz, município que se classificava em 2.^o lugar no IDM-ES, aparecia em 11.^o no IDH-M; e Iconha, que se classificava em 3.^o lugar no IDH-M, aparecia em 29.^o no IDM-ES.

No caso de Aracruz, ficou evidente que questões de ordem quantitativa, principalmente decorrentes da instalação da Aracruz Celulose, grande produtora e exportadora de celulose branqueada para produção de papel, alteram sensivelmente a análise dos dados do Município, o que pode ocorrer com vários outros e deturpar a interpretação local de desenvolvimento.

A argumentação anterior evidenciou a necessidade de uma discussão mais detalhada em torno da questão do desenvolvimento, bem como a adoção do plano local como referência mais realista para o debate, na medida em que possibilita enxergar realidades e peculiaridades que, traduzidas em pontos fortes e fracos, possibilitem o arranjo mais adequado das forças produtivas em torno de propósitos comuns.

Conforme a metodologia adotada, foram entrevistados treze formadores de opinião. A idéia central foi a de que a estratificação social local possibilitasse a esses atores exercer influências, superiores à média da população, e acabar por conduzi-la a percepções e comportamentos que pudessem ser compreendidos e interpretados à luz do pensamento daqueles agentes de influência.

Na análise de conteúdo, aquilo que foi expresso foi avaliado à luz da carga simbólica que trouxe consigo, ou seja, também foram considerados os aspectos não lingüísticos que compuseram as mensagens, detalhadamente descritos na metodologia, que possibilitaram o tratamento coerente dos dados em relação ao objeto de pesquisa.

Fez-se, portanto, a delimitação dos objetivos dentro de um quadro de referências teóricas; constituiu-se um *corpus* robusto e coerente com a proposta do trabalho; definiram-se as categorias, quatorze ao todo, que permitiram uma leitura estruturada do *corpus*; por fim, adotou-se o tema como unidade de análise, o que deu ainda maior consistência à interpretação dos dados.

No referencial teórico, após considerações de ordem histórica a respeito da questão do desenvolvimento, adotou-se o pensamento de Schumpeter como o marco teórico inicial da argumentação. Além dele, outros autores nacionais e internacionais clássicos e contemporâneos foram referenciados, principalmente Kotler.

O roteiro das entrevistas realizadas em Santa Maria de Jetibá foi estruturado com base na idéia de que não se pode desconsiderar a necessidade de todos os

possíveis rebatimentos do plano macro para as realidades locais, na medida em que é no somatório das iniciativas locais que o global se realiza.

A questão da participação comunitária no desenvolvimento econômico sempre foi alvo de controvérsias e suscetível de rotulações político-ideológicas. A atualidade tem mostrado essa possibilidade bastante palpável em contraposição aos que a classificavam como utopia.

Não obstante, o conhecimento da realidade social local foi imprescindível. Assim é que o presente trabalho buscou resgatar a história do povo pomerano, a principal representação étnica de Santa Maria de Jetibá, desde aproximadamente o ano 1000, o que reflete suas características e hábitos na atualidade.

Descreveu-se a Pomerânia como uma região da Europa localizada ao sul do Mar Báltico, região que ocupava uma área hoje fronteira entre a Alemanha e a Polônia e tinha uma extensão de 38.409 km², um pouco menor que o estado do Espírito Santo; lugar no qual as dificuldades naturais da região conduziam à preferência pelo nascimento de meninos ao de meninas, o que, em alguns casos, podia resultar na morte da menina ao nascer.

Geograficamente, a Pomerânia era dividida em Ocidental e Oriental; a parte ocidental era próspera, enquanto a oriental, com seu solo arenoso, limitava a cultura ao plantio da batata inglesa e do centeio.

Essa questão mostrou-se relevante, na medida em que a maioria dos pomeranos que vieram para o Espírito Santo a partir de 1859 era oriunda da Pomerânia Oriental, acostumados, portanto, às vicissitudes impostas pela natureza.

Com a ocupação alemã até 1400, os pomeranos acabaram por assimilar praticamente toda a cultura do invasor, inclusive a língua. Entre 1348 e 1351 a peste dizimou um terço de sua população.

Com a Reforma Protestante de Martin Lutero, a difusão da Bíblia em linguagem popular foi uma das questões centrais. Como o alemão falado pelos pomeranos

era o *baixo*, diferente, portanto, do *alto* adotado na Reforma, houve dificuldade de compreensão da Bíblia proposta por Lutero, o que a levou a ser traduzida para o pomerano da Primeira Ordem Eclesiástica Luterana. Denotava-se assim um esforço de aproximação com a Igreja Luterana, que mais tarde constituiria um diferencial na cultura pomerana.

Verificou-se também que somente após o *Congresso de Viena*, após a queda de Napoleão, quando foi redesenhado o mapa da Europa, é que surgiu a Província Prussiana da Pomerânia.

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, o restante da Pomerânia Ocidental foi integrado à Alemanha Oriental, e, no ano 1990, após a queda do Muro de Berlim, o que se conhecia como Pomerânia Oriental passou a pertencer à Polônia com o nome de *Pomorze*.

Com a necessidade de mão-de-obra num estado que começava a sair do ostracismo por meio da cultura do café, chegaram as primeiras levas de pomeranos ao Espírito Santo.

O processo colonizador atendia a quatro necessidades. Por um lado, garantia mão-de-obra para a lavoura de café; por outro, servia como forma de capitalização dos cofres públicos pela venda de terras devolutas aos imigrantes e pelos conseqüentes impostos gerados pela produção nessas terras; atendia ainda à necessidade de povoamento das terras capixabas; além disso, garantia o “branqueamento da população”, o que, para os governantes da época, permitiria a inserção do Brasil no contexto capitalista ocidental.

Deve-se ao processo de colonização de Santa Leopoldina a origem do povoamento de Santa Maria de Jetibá.

Em 16 de maio de 1873, chegavam ao povoamento 413 pomeranos e, no dia 31 do mesmo mês, 366. Vinham sob os auspícios da imperatriz Maria Theresa, esposa de D. Pedro II. A maioria deles estabeleceu-se nas regiões hoje denominadas Luxemburgo e Jequitibá.

Na década seguinte, parte desses imigrantes, na maioria pomeranos, dirigiu-se para a região de Santa Maria de Jetibá. E ali, nessas terras férteis, construíram sua segunda pátria, nela imprimindo marcas trazidas de sua região de origem e transformando-a em rico celeiro para alimentar o homem da cidade. Assumindo esse papel, alcançou Santa Maria de Jetibá um razoável nível de desenvolvimento e auto-suficiência econômica, o que contribuiu para sua emancipação. Esta lhe foi conferida pela Lei n.º 4.067, de 6 de maio de 1988. Desmembrava-se, assim, do município de Santa Leopoldina. A instalação do Município ocorreu em 1.º de janeiro de 1989.

Santa Maria de Jetibá destaca-se na economia do Estado, como, segundo a Emcaper, o maior produtor de aves do Espírito Santo, totalizando mais de 80% da produção.

A avicultura diferencia-se das demais atividades agrícolas, ou seja, é concentrada nas mãos de poucos proprietários, menos de 150 produtores; quatro deles detêm mais de 50% dos 3 milhões de aves existentes no Município. Essa atividade movimenta praticamente 50% da renda agrícola de Santa Maria de Jetibá.

Quanto à estrutura fundiária, os estabelecimentos de 0-50 ha predominam, com 77% do total da área de produção. Seguem-se os estabelecimentos de 50-100 ha (de pequenos produtores) e de 100-200 ha (de médios produtores), totalizando uma área de 21%. Os estabelecimentos com mais de 200 ha compreendem apenas 2% do total da área de produção.

Uma característica interessante do Município é a forma de gestão das propriedades, predominando, em sua maioria, a agricultura familiar.

Segundo a Emcaper, os pontos de estrangulamento desse setor no município de Santa Maria de Jetibá são as péssimas condições das estradas, com escassez de infra-estrutura, dificultando a comercialização dos produtos; a pouca organização dos agricultores, que acabam colocando-se nas mãos dos intermediários; a qualidade dos produtos, que não é perseguida com muito afinco pelos produtores.

Entretanto, a demanda por assistência técnica é muito grande. Durante a discussão para elaboração do plano de desenvolvimento rural do Município, a assistência técnica foi o item mais solicitado. Observou-se que cerca de 80% dos proprietários e colonos reivindicaram assistência técnica. A assistência aos médios e aos grandes produtores está sendo feita pela iniciativa privada. O custo dessa assistência está sendo embutido nos preços dos insumos. No entanto, como o pequeno agricultor não está alcançando esse benefício, acaba sendo excluído da atividade.

O cooperativismo em Santa Maria de Jetibá é representado hoje por:

- Cooperativa Avícola de Santa Maria de Jetibá;
- Cooperativa de Crédito Agrícola filiada ao SICOOB-ES;
- Cooperativa de Transportes, que realiza todo o transporte escolar do Município;
- Cooperativa Educacional, que atende a aproximadamente 140 alunos, atingindo os de 1.º e 2.º graus;
- Cooperativa de Trabalho, que presta serviço médico, mas que se encontra desativada;
- Cooperativa de Fruticultores, que também se encontra desativada.

Entre os diversos modelos de organização, o cooperativista é o mais antigo a associar pessoas em torno da solução de problemas comuns, o que promove o relacionamento entre o social e o capital de forma mais equilibrada. Tanto é que entre os princípios cooperativistas está o da atenção ao desenvolvimento do local onde a cooperativa está instalada. Esse conceito encadeia formalmente os aspectos financeiros e sociais daquele modelo organizacional.

O caso de Santa Maria de Jetibá mostrou-se bastante esclarecedor do ponto de vista tanto das potencialidades quanto das limitações do modelo cooperativista.

A presente dissertação, buscando verificar a percepção dos formadores de opinião do Município quanto a aspectos relacionados ao desenvolvimento local e à

participação do cooperativismo nesse processo, acessou uma série de questões que merecem ser detalhadas por aqueles que queiram conhecer ou promover o desenvolvimento do Município.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, ficou evidente no discurso dos entrevistados o potencial de trabalho do povo pomerano, que é a identidade mais forte dos munícipes, da mesma forma que sua característica recatada e desconfiada, decorrente de toda uma história de trabalho árduo e pouco compensador.

A retração, a ingenuidade e o individualismo, sustentados por tradições seculares, também fazem parte dos traços etnológicos daquele povo, não podendo ser desconsiderados, na medida em que dificultam a aproximação e, possivelmente, a cooperação.

Problemas como o alcoolismo, o consumo de drogas e o suicídio estão entre as maiores preocupações dos formadores de opinião. A gravidade da questão merece especial atenção, pois compromete o Capital Humano.

A rivalidade política, prejudicando a possibilidade de efeitos sinérgicos, é outro elemento marcante em Santa Maria de Jetibá e merece especial atenção da comunidade e do poder público.

A problemática da comercialização, um problema nitidamente mercadológico, compromete em muito o desenvolvimento local, na medida em que prejudica boa parte da população que vive da agricultura e, de forma indireta, colabora para a concentração de renda no Município.

A infra-estrutura constitui outro fator preponderante no discurso dos entrevistados, principalmente no que se relaciona à possibilidade de comercialização das hortaliças.

O papel da Igreja Luterana na comunidade, a despeito de sofrer concorrência de outras denominações, ainda é decisivo no seio da sociedade local, constituindo

um importante fator a ser considerado em qualquer esforço no sentido do desenvolvimento.

A questão do meio ambiente, tão importante para a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento, encontra adversidades no próprio modelo produtivo local, amplamente baseado no cultivo com agrotóxicos, bem como na queda de rentabilidade das propriedades em razão de seu tamanho, o que incentiva a utilização de mais produtos químicos.

O conceito de cooperativismo merece uma discussão mais aprofundada na sociedade local, que tem dificuldade de se valer de todo o potencial do modelo, em virtude da compreensão limitada que tem sobre esse conceito.

O desequilíbrio entre a agricultura e a avicultura locais é outro elemento de destaque no estudo do cenário municipal, o que requer que se aprofunde o conhecimento das relações produtivas existentes, com vistas à garantia de melhores condições de vida para a comunidade local.

Verificou-se, finalmente, uma dissociação entre o prescrito e o percebido no que se refere ao modelo cooperativista como indutor de desenvolvimento local.

9 REFERÊNCIAS

- 8 ALBAN, M. **Crescimento sem emprego**: o desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.
- 9 BANK, G. Política regional e poder central: a província do Espírito Santo no Império. In: _____. **Dilemas e símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998a.
- 10 BANK, G. Entusiasmo do medo: a elite política do Espírito Santo e a transição do Império à República (1880-1908). In: _____. **Dilemas e símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998b. cap. __, p. ____-____.
- 11 BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 34. ed. rev. Rio de Janeiro: Alfalit Brasil, 1996.
- 12 BITTENCOURT, G.; CAMPOS, N. A. **Palácio Anchieta**: de colégio à casa da governadoria. Vitória: SECE/ES, 2000.
- 13 BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.
- 14 BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- 15 CALDAS, M. T.; CALDAS, M. I. T. **O vale do Itabapoana e a história de São José do Itabapoana e São José do Calçado**. Vitória: Edufes, 1997.
- 16 CALIMAN, O. Políticas de desenvolvimento no Espírito Santo. 2002. Vitória, 2002.
- 17 CANUTO, O. **Os ingredientes**: capital social é apontado como elemento chave no desenvolvimento econômico, 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigos106>>. Acesso em: 23 abr. 2003.
- 18 CASAROTO FILHO, N. ; PIRES, H. P. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. São Paulo: Atlas, 2001.
- 19 CHARON, J. M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- 20 CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

- 21 CRÚZIO, H. O. **Como organizar uma cooperativa**: uma proposta para o desemprego. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- 22 FINDES; IEL; IDEIES. *Ranking* das 150 maiores empresas. **150 Maiores Empresas**: Espírito Santo, Vitória, ano 6, n. 6. p. 99-128, 2001.
- 23 FONSECA, I.; VEIGA, S. M. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- 24 FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- 25 GARCIA, M. T.; GARCIA, M. L. T. **O vale do Itabapoana e a história de São Pedro do Itabapoana**. Vitória: Edufes, 1997.
- 26 GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. Descentralização, equidade e desenvolvimento: atores e instituições locais. In: _____. **Competitividade e desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2001. Introdução, p. 11-29.
- 27 HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).
- 28 HERKENHOFF, S. L. V. **Mauá e Moniz Freire**: ferrovias & pioneirismo econômico no século XIX. Vitória: IHGES, 2000.
- 29 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 27/ fev / 2003.
- 30 IGLESIAS, E. V. Prólogo. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (Org.). **Capital social y cultura**: claves estratégicas para el desarrollo. 1. ed. Buenos Aires: Argentina, 2000. p. 7.
- 31 INSTITUTO DE PESQUISAS DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em www.ipes.es.br. Acessado em: 27/ fev / 2003.
- 32 JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Tradução de Maria José Cyhlar. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- 33 KLIKSBERG, B. Redesenho do estado para o desenvolvimento sócio-econômico e a mudança: a agenda estratégica para a discussão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3. jul./set. 1994.
- 34 _____. El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (Org.). **Capital social y cultura**: claves estratégicas para el desarrollo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000a. p.19-58.

- 35 _____. Seis tesis no convencionales sobre participación. In: KLIKSBURG, B.; TOMASSINI, L. (Org.). **Capital social y cultura**: claves estratégicas para el desarrollo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000b. p. 167-195.
- 36 KOTLER, P.; SOMKID, J.; MAESINCEE, S. **O marketing das nações**: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais. São Paulo: Futura, 1997.
- 37 MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidência empíricas. In: PINHO, D. B. V. **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 511-530.
- 38 NAISBITT, J. **Paradoxo global**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- 39 OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão de cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.
- 40 POCHMANN, M. **Produtividade e emprego no Brasil nos anos 90**, [199-?]. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2003.
- 41 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. **Santa Maria de Jetibá**: hino, brasão e bandeira. Santa Maria de Jetibá, [199-?]. 1 folder.
- 42 RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- 43 RICCIARDI, L.; JENKIS, R. de L. **Cooperativa a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.
- 44 RIOS, L. O. **Cooperativas brasileiras**: manual de crescimento e desenvolvimento sustentável - 10 lições práticas para as cooperativas serem bem sucedidas em mercados globalizados. São Paulo: STS, 1998.
- 45 ROCHA, H. C. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: DAVEL, E.; GUALBERTO, J. M. V. (Org.). **Inovações organizacionais e relações de trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: Edufes, 1998. p. 33-75.
- 46 RÖLKE, H. R. **Descobrimos raízes**: aspectos geográficos e culturais da Pomerânia. Vitória: UFES, 1996.
- 47 ROSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 17. ed., reest., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 1997.

- 48 SALETTTO, N. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996.
- 49 SCHUMPETER, J. **Schumpeter**. 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).
- 50 SIMÃO, R. **Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos**. Vitória: Sinpro/Es, 2000.
- 51 SILVA, M. Z. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA, 1995.
- 52 SILVA, M. Z. Mudanças sócio-econômicas, governo representativo e governabilidade democrática: impasses nas arenas subnacionais – o caso do Espírito Santo. **Revista Interface**, Vitória, ano 2, n. 4, p. 95-106, nov. 1998.
- 53 SMITH, A. **Adam Smith**. 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 v. (Coleção Os Economistas).
- 54 SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- 55 SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- 56 UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Disponível em: www.undp.org.br. Acessado em: 27 / fev / 2203.
- 57
- 58 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Guia para normalização de referências**: NBR 6023:2000. 2 ed. Vitória, 2002.
- 59 _____. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES. 6. ed. rev. e ampl. Vitória, 2002.
- 60 VALA, J. Análise de conteúdo. In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Org.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1986.
- 61 VASCONCELLOS, J. G. M. **A invenção do coronel**. Vitória: Gráfica Ita, 1995.
- 62 VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- 63 WEFFORT, F. C. **Qual democracia?**. São Paulo: Cia da Letras, 1992.
- 64 YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.